

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 59 - Série VII - N.º 810
6 de Julho de 1989
Preço: 60\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Com salário mínimo ainda por definir

Ampla movimentação social

- Concentram-se hoje em Lisboa os trabalhadores do Estado
- Comércio reage à lei dos despedimentos

- Continua marcada para dia 10 uma greve nacional do ensino superior
- Grave situação nos transportes. RN em greve

Págs. 1, 2 e 3/Semana

Preparar as eleições autárquicas!

O Conselho Consultivo Nacional da CDU, reunido no passado fim-de-semana, decidiu trabalhar intensamente para reforçar a unidade em torno da Coligação, aberta ao apoio e adesão dos outros quadrantes e partidos.

Pág. 5/Semana

RONDA
pelas
organizações
regionais
do PCP

Leiria A festa do vidro



a festa

6.ª Bienal da Festa

Onde o novo e o velho
fazem a festa do olhar!

Uma homenagem

Álvaro
Perdigão:
a modernidade dum olhar
singularmente diverso...



Nascido no distrito de
Setúbal em 1910, Álvaro
Perdigão é uma referência
obrigatória no percurso
das artes plásticas do
nosso país. Na Bienal
da Festa do Avante! a
sua obra tem estado
sempre presente.

À atenção dos artistas portugueses

É a 1.ª vez que se realiza uma exposição de 30 de Julho
de 1989, no âmbito da 6.ª Bienal da Festa do Avante!, que
se realizará no Pavilhão da Exposição, em Lisboa, entre
os dias 10 e 15 de Julho. A exposição é organizada pelo
Comitê Central do PCP e pelo Conselho Nacional da CDU.

INFANTADO

Vamos ao terreno!

- Implantação da Festa
entra em nova fase



Ténis de mesa

Vitória do convívio



Imagens que ficam...

Artesanato

A Festa do Avante! tem sempre uma presença especial no artesanato português. A 6.ª Bienal da Festa do Avante! não é excepção. A exposição de artesanato, que se realizará no Pavilhão da Exposição, em Lisboa, entre os dias 10 e 15 de Julho, é organizada pelo Comitê Central do PCP e pelo Conselho Nacional da CDU.

Números

A 6.ª Bienal da Festa do Avante! é a maior exposição de artes plásticas que se realizou em Portugal. A exposição é organizada pelo Comitê Central do PCP e pelo Conselho Nacional da CDU. A exposição é aberta ao público a partir de amanhã, 10 de Julho, e será encerrada no dia 15 de Julho.

POLÓNIA

A difícil procura dos caminhos do futuro

Pág. 10/Em Foco

União Económica e Monetária

Deputados comunistas ao PE comentam Cimeira de Madrid



Pág. 11/Em Foco

O falecimento de Andrei Gromiko



O Comité Central do PCP dirigiu ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, por ocasião da morte de Andrei Gromiko, a seguinte mensagem:

Queridos Camaradas,
Foi com profunda mágoa que os comunistas portugueses tomaram conhecimento da morte do camarada Andrei Gromiko, destacado militante do PCUS e durante décadas seu dirigente, cuja vida, no plano nacional e internacional, foi inteiramente consagrada à causa da construção do socialismo na sua pátria, contra as forças do imperialismo e da guerra, pelo direito dos povos à independência nacional e ao progresso social e pela Paz.

A acção do camarada Andrei Gromiko tornou-se uma figura prestigiada do movimento revolucionário mundial e da vida internacional nas últimas décadas. Enviámos-vos, e por vosso intermédio à família de Andrei Gromiko, nesta hora de dor, em nome dos comunistas portugueses, os sentimentos fraternais de condolências do Comité Central do Partido Comunista Português. Lisboa, 3 de Julho de 1989.

O Comité Central do Partido Comunista Português

Editorial

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 810
6 de Julho de 1989
1.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

Anatomia de uma derrota

Dos resultados numéricos definitivos das eleições europeias, não se podem extrair conclusões irrevogáveis.

Como se sabe, às perdas conjuntas da direita, superiores a um milhão e cem mil votos, (menos 36%) correspondeu apenas, relativamente às eleições similares de 1987, uma perda de dois mandatos — um do PSD e outro do CDS; à formação PS/PRD, ganhadora de um deputado relativamente a 1987, correspondeu uma quebra conjunta de mais de 335 000 votos, (menos 22%) enquanto que a CDU ganha mais um mandato apesar de uma perda de 50 000 votos (menos 6,7%).

A crua linguagem dos números nem sempre é linear e conclusiva.

É no plano político que as grandes conclusões dos resultados do 18 de Junho devem ser tiradas. O CC do PCP já as tirou no fundamental:

Pesado revés para o PSD e grande derrota política da direita; rejeição popular nitidamente expressa nas urnas da tese socialista da bipolarização da vida política nacional; êxito eleitoral notável da única força política — a CDU — que soube equacionar os factores negativos da integração de Portugal na CEE e apresentar propostas de defesa consequente dos interesses nacionais, conciliáveis no quadro da Comunidade Europeia.

Fazer agora em largos contornos a anatomia política dos resultados de 18 de Junho é uma operação essencial para o nosso movimento popular e democrático na perspectiva das grandes batalhas políticas que se avizinham.

A «anatomia» da derrota da direita não é, porém, de modo algum a dissecação de um ser sem vida. A direita no seu conjunto e a direita governante em particular perdeu posições políticas, encolheu em mais de um terço a sua base eleitoral «europela», mas não perdeu o controlo do aparelho de Estado. Continua a ser uma ameaça viva para o regime democrático.

A derrota nas europeias não teve consequências imediatas para a existência do Governo cavaquista como órgão de soberania. O Governo e o PSD perderam votos mas tinham acabado de ganhar em compensação, com a preciosa e estranha ajuda do PS, uma batalha que lhe empresta um novo fôlego para dar continuidade ao seu plano restauracionista — a Revisão da Constituição — a «reforma das reformas» como lhe chamou Cavaco Silva no encerramento do Curso de Defesa Nacional em 25 de Junho, no Porto.

A derrota eleitoral do PSD e da direita no seu conjunto reflecte de maneira inequívoca o descrédito político do cavaquismo governante nos dois anos decorrentes desde as eleições legislativas de 19 de Julho de 1987 —

em simultâneo com as «europelas» — que lhe deram a maioria absoluta da Assembleia da República e o direito constitucional de formar governo sem partilhas.

Reflecte também, queiram ou não os chefes do PSD, o desfazamento da sua imagem política, a profunda desilusão de uma parte considerável dos que acreditaram nas suas promessas e garantias de estabilidade, prosperidade e competência técnica para arrancar Portugal do seu atraso económico e social relativamente aos países desenvolvidos da Europa capitalista.

Afinal, os tecnocratas do PSD, com Cavaco e Cadilhe à cabeça, nada ou quase nada fizeram para corrigir os nossos desequilíbrios estruturais económicos, sociais e regionais, outra coisa não fizeram senão gerir com manifesta incompetência técnica e falta de idoneidade administrativa os recursos financeiros de origem externa que lhes caíram nas mãos, outra coisa não souberam fazer que (des)governar a reboque da conjuntura, agora na iminência de um novo ciclo de «vacas magras».

Cavaco Silva disse no Porto que a «opção dos portugueses aponta claramente no sentido do reforço da iniciativa privada que é a do Governo».

Mas a «opção dos portugueses» expressa nos resultados de 18 de Junho difere em termos significativos da «opção do Governo». Aponta claramente noutra direcção — aponta na exigência fundamental de uma política económica e social que vá ao encontro das necessidades básicas elementares do povo e do país; que promova a elevação das suas condições de vida, de trabalho, de habitação, de saúde, de educação, de melhoria do meio ambiente; que corrija desequilíbrios e assimetrias que têm sido sistematicamente ignorados e negados na prática política do Governo.

Na «anatomia» da derrota da direita nas «europelas» de 89 um lugar de relevo deve atribuir-se à personalidade do Primeiro-Ministro e chefe do PSD, Cavaco Silva. A índole autoritarista, a formação de tecnocrata são atributos da sua condição de servidor ao grande capital, de acérrimo defensor do capitalismo monopolista de Estado.

As suas habituais sentenças de «menos Estado — melhor Estado» encaixam-se perfeitamente no seu projecto restauracionista dos monopólios em Portugal. Esse o objectivo central da «reforma das reformas» que impôs de braço dado com o PS com a revisão da Constituição.

As suas conhecidas declarações de desprezo pela opinião democrática enquadram-se nessa

visão autoritária de um Estado que aponta à limitação das liberdades.

«Que importa a opinião pública?», disse ele recentemente. No Porto repetiu há dez dias que «tomará as (suas) necessárias medidas (...) ainda que porventura consideradas impopulares».

De vez em quando tem, contudo, sobressaltos quando a «opinião pública» se manifesta em termos activos de surpreendente combatividade.

Vêm-lhe então os temores da «opinião pública» a febre dos «corta-a-lita», dos «banhos de multidão» encomendados, as declarações populistas que não alteram no fundo os seus projectos e a sua prática restauracionistas.

O seu discurso de encerramento do Curso de Defesa Nacional, do Porto, é um modelo destas duas facetas contraditórias da personalidade do Primeiro-Ministro.

Cavaco Silva enumerou «as decisivas reformas estruturais que tivemos (o Governo) a coragem de realizar». Ficámos a conhecê-las melhor. É significativa a sua enumeração quando Portugal se encontra a apenas dois anos do embate «europeu» de 1992.

Procura-se nelas «correção das assimetrias» que há poucos dias lhe saiu da boca e o que fica mais claro e nu é o conteúdo de classe do seu projecto de restauração dos monopólios.

«A nova legislação laboral, a nova lei de bases da Reforma Agrária, o novo sistema de tributação directa, a nova lei de delimitação dos «sectores» — eis o miolo das celebradas «reformas estruturais» do cavaquismo governante.

A «Lei dos Despedimentos», apesar das alterações introduzidas pela oposição democrática e dos efeitos decisivos do movimento popular de massas, «legaliza» a insegurança do contrato de trabalho, é uma «espada de Dâmocles» suspensa sobre os trabalhadores à discrição do patronato sob a cobertura do Governo.

A «Lei dos Despedimentos» é, não somente, um atentado ao direito ao trabalho como ao direito a um salário digno. Cavaco disse há pouco que os salários cresceram desde 1985 a uma taxa superior à da inflação. Isto só é verdade lá onde os trabalhadores lutaram firmemente pela elevação dos seus salários. Mas, segundo o IPC o salário mínimo nacional deveria ser, de acordo com a taxa de inflação de 46 380 escudos. A realidade é bem outra como se sabe. O «Estatuto Remuneratório» da Função Pública exaltado por Cavaco é um modelo de esbulhamento salarial dos trabalhadores.

A «Lei de Bases da Reforma Agrária» é uma autêntica lei de restauração dos latifúndios. No Alentejo e no Ribatejo velhas famílias de latifundiários ou os seus «jovens rebentos» que se têm abotoado com terras e bens roubados às UCPs — Cooperativas, reconstituíram e em alguns ca-

sos ultrapassaram largamente os antigos latifúndios.

As consequências são as conhecidas: desemprego nos campos, desertificação, incultos, quebras da produção. Ainda anteontem se ouviu o MAPA, Álvaro Barreto, falar no aumento da produção agrícola quando em Portugal se verificou uma quebra de 12% em 1988, particularmente nos vinhos, amêndoa, avela e azeite, produtos tradicionais da nossa agricultura.

O novo «sistema de tributação» exaltado por Cavaco trouxe o efectivo aumento dos impostos principalmente sobre os estratos mais carenciados da população.

O ano de 89 vai ser, com a dupla tributação do Complementar, um ano de agravamento da carga fiscal em benefício dos mais ricos.

No centro da celerada nova «Lei de delimitação dos sectores» está a intensificação sem limites da ofensiva contra o Sector Público e Empresarial do Estado que implica novos despedimentos em massa como já se verifica em empresas-chaves da nossa actividade económica como a Siderurgia, a Quimigal, a Petrogal, a EDP, a Setenave e outras.

Os ataques ao SEE — que o cavaquismo e toda a direita como um anacronismo no quadro da Europa Comunitária — escondem a realidade do seu peso relativo na actividade económica e social: em Portugal segundo números de Velga Simão para 1984 o SEE recolhia 17,4% do investimento contra 21% na RFA, 29% na Grã-Bretanha, 30% na Itália e 33% na França; 5,3% do emprego em Portugal contra respectivamente 7, 10, 12 e 13% naqueles países enquanto o Valor Acrescentado Bruto era em Portugal de 15,4% contra 9 e 12% nos 4 países mais desenvolvidos da CEE, o que é um indicativo do grau de exploração de mão-de-obra portuguesa.

Cavaco Silva confessa que não esperou pela revisão constitucional para reprivatizar o SEE e afirma que o vai agora fazer integralmente não só nos domínios da economia mas também da Saúde, do Ensino, da Segurança Social.

Estas são algumas das realidades «anatómicas» da derrota da direita em 18 de Junho.

Esta «anatomia» deveria fazer meditar seriamente as forças democráticas e de esquerda e em primeiro lugar o PS que está batendo com a cabeça nas paredes, enredado de novo com as alianças com o PSD e a direita para as autarquias de Dezembro.

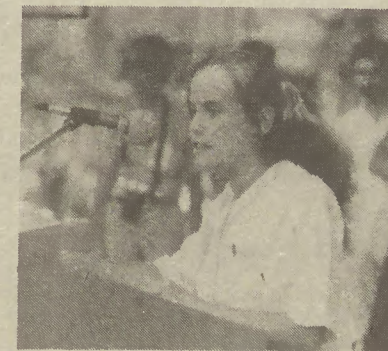
É imperioso que os socialistas sacudam a «areia dos olhos» que atirem às urtigas as suas derrotadas concepções de bipolarização, que encarem a unidade e a convergência entre as forças democráticas como uma questão vital para a democracia.

Essa é a firme disposição do PCP. O futuro está à porta e vai ditar as suas exigências. Escutemo-las!

Resumo

28 Quarta-feira

Contados os votos da emigração para as eleições ao Parlamento Europeu, confirma-se a anunciada eleição de Maria Santos de «Os Verdes»,



pela lista da CDU, e de Maria Belo, pelo Partido Socialista. ■ A Comissão Dinamizadora da Associação dos Profissionais da GNR responsabilizou as «autoridades político-administrativas» e os «comandos operacionais» pelos incidentes ocorridos em Barqueiros. ■ Num encontro de presidentes de Juntas de Freguesia da CDU, é anunciada a apresentação de um projecto de lei na AR, pelo PCP, destinado a reforçar substancialmente as competências e os meios financeiros das freguesias. ■ PSD e CDS anunciam Marcelo Rebelo de Sousa como candidato à presidência da Câmara de Lisboa, enquanto Nuno Abecasis, o actual presidente da edilidade, passaria a candidato à presidência da Assembleia Municipal. ■ O PCP anuncia que face à entrada em vigor da Lei dos Despedimentos, requereu a sua inconstitucionalidade ao Tribunal Constitucional. A União dos Sindicatos de Lisboa (CGTP) cria uma linha telefónica especial, a «SOS Trabalhador», para prestar esclarecimentos sobre a Lei dos Despedimentos. ■ O presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, de visita aos Estados Unidos, informa o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, dos resultados da cimeira de Gbadolite que culminou com um cessar-fogo em Angola. O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, destaca como um dos princípios acordados em Gbadolite «a cessação das ingerências externas nos assuntos de Angola».

1 Sábado

Realizam-se as cerimónias fúnebres do jovem Carlos Manhete Simões, alvejado a tiro pela GNR em conse-



quência da chamada «guerra do caulino». ■ Reúne o Conselho Consultivo da CDU que faz críticas ao partido socialista por inviabilizar coligações em autarquias onde é possível ganhar câmaras à direita, nomeadamente Lisboa. ■ Em Pyongyang, Coreia do Norte, tem início mais uma edição do Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, com a presença de delegações de mais de 100 países. ■ O

30 Sexta-feira

Mário Soares, de visita aos Estados Unidos, cancela o encontro previsto com Perez de Cuellar para, segundo fontes citadas por diversos jornais, protestar pela recente atribuição de um prémio da ONU ao presidente Suharto, da Indonésia. ■ O cinema Tivoli, em Lisboa, encerra as suas portas por problemas com a sua exploração. Rui



Godinho, vereador CDU na CML e candidato à presidência da Câmara, anuncia que a sua Coligação vai apresentar, na segunda-feira, uma proposta de classificação do imóvel como de interesse público. ■ De visita à Hungria, Alvaro Cunhal reúne com o presidente e com o secretário-geral do POSH, respectivamente Rezso Nuers e Karoly Grosz. Antes da Hungria a delegação do PCP visitou a Checoslováquia, seguindo-se a Polónia e RDA. ■ O Governo angolano decidiu interromper as conversações que estavam a decorrer em Kinshasa com vista a estudar as formas de concretização do acordo de Gbadolite. Tal decisão deve-se ao atentado que rompeu o cessar-fogo, por parte da UNITA

Partido Comunista da Grécia, força dominante na Coligação da Esquerda e do Progresso, dá o seu apoio à formação de um governo de combate à corrupção, chefiado por Tzannis Tzannetakis, dos conservadores da Nova Democracia. A Coligação da Esquerda e do Progresso fica com as pastas do Interior e da Justiça.

2 Domingo

A população de Barqueiros ignora a segunda e última possibilidade de votação no acto eleitoral que boicotou em 18 e 25 de Junho. Também as populações de Pernes e Vaqueiros, em protesto contra a poluição do rio Alviela, boicotam pela terceira vez as eleições para o Parlamento Europeu. ■ O ciclista Acácio da Silva vence a primeira etapa em estrada da Volta à França em bicicleta e torna-se no primeiro português a envolver a camisola amarela nesta clássica do ciclismo desportivo.

3 Segunda-feira

Cavaco Silva recebe uma delegação da CGTP, que lhe apresenta as conclusões do recente Congresso daquela central sindical. O Primeiro-Ministro diz que o novo valor para o salário mínimo «não está ainda determinado» nem foi discutido em Conselho de Ministros. ■ Os eurodeputados comunistas acusam o Governo de contribuir para a subalternização das questões sociais da integração europeia e de tratar «os assuntos da CEE como se de coitada sua se tratasse». ■ Os incidentes que envolveram o governo angolano e a UNITA, depois do acordo de Gbadolite, estão ultrapassados, segundo afirmação de Mário Soares, depois de uma audiência nos Estados Unidos com o presidente Mobutu, do Zaire, mediador das conversações, e o embaixador angolano na ONU. ■ O Partido Comunista da União Soviética anuncia a morte de Andrei Gromyko, antigo chefe de Estado e ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS.

4 Terça-feira

A propósito das questões que se movem no âmbito das candidaturas à Câmara de Lisboa, tendo em vista as eleições de Dezembro, nomeadamente as declarações de João Soares, do PS ao matutino «o diário», o candidato da CDU à presidência da CML, Rui Godinho, salienta que esta coligação «só trabalha na base de factos e não na base de hipóteses em abstracto ou especulações. Só nos poderemos pronunciar sobre propostas concretas, formalizadas oficialmente às direcções partidárias, neste caso do PCP e da CDU». ■ O novo embaixador da República Popular de Angola em Lisboa, Rui Mingas, apresenta cartas credenciais ao Presidente da República, Mário Soares. ■ O líder soviético Mikhail Gorbachev chega a Paris para uma importante visita oficial, que incluirá uma cimeira com François Mitterrand.

Avante!

Projetados de 1000 de países UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODIX, Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODIX, Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: Av. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda 3.º, Elias Garcia, 27 - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50

Porto - Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heskia Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Função Pública Concentração hoje em Lisboa

Sindicatos continuam a acusar o Governo de falta de diálogo, depois de uma reunião falhada em 30 do corrente

Sob o título «Aí está o diálogo do Governo, adiar, adiar, adiar!», a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP), que dava conta esta semana da falta de resultados verificada na reunião da Frente Comum, formada por várias organizações sindicais do sector, incluindo designadamente o STAL, anunciava para hoje, dia 6, uma concentração às 17 horas no Jardim das Francesinhas, a São Bento, em Lisboa.

Indignação

Nos termos da nota que dirigiu à Imprensa, a FNSFP afirma, que a concentração se destina a «manifestar indignação» por parte de sindicatos e trabalhadores envolvidos no processo negocial com a Secretaria de Estado da Modernização Administrativa (SEMA), órgão do Governo recentemente criado para esse fim.

A FNSFP e a Frente Comum acham «incompreensível a atitude» do Executivo

de Cavaco Silva, que continua a arrastar o conflito depois das greves.

O mesmo conflito, no entender dos dirigentes sindicais, já teria sido resolvido, se não fosse manifesta a «incapacidade negocial» dos responsáveis governamentais.

Depois do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores (STFPSA) ter lembrado «a dimensão e vigor das greves efectuadas» recentemente, a FNSFP, De que o mesmo Sindicato faz parte, destaca

que «a sr.ª secretária de Estado (SEMA) adiou a resposta às propostas concretas dos sindicatos, nomeadamente no que respeita à **apresentação de uma nova grelha salarial, que revalorize o salário mínimo da Função Pública**».

Como sucedeu principalmente nas greves nacionais de 14 e 15 de Junho passado, diz a Federação que continuavam a chegar nos últimos dias novas adesões ao plenário-concentração de hoje, em Lisboa, vindas de todo o País.

PLENÁRIO/CONCENTRAÇÃO NACIONAL
6 Julho 17h. LISBOA
Largo das Francesinhas
(a S. Bento)



Ensino superior

Ontem mantinha-se marcada a greve

Embora só amanhã sejam tornados públicos em conferência de imprensa marcada pela Fenprof os resultados da reunião dos representantes sindicais dos professores com o Governo, designadamente no que respeita ao ensino superior, continuava marcada ontem para 10 do corrente uma greve nacional «para todos os docentes e in-

vestigadores do ensino superior», conforme os termos anunciados quinta-feira passada pelo próprio secretário-geral da Fenprof, António Teodoro.

Das formas de acção adoptadas contava também a «realização de plenários de academia», no mesmo dia, «para análise da situação» e ainda «a realização de greve

às provas específicas de acesso ao ensino superior, caso não haja entretanto alteração da posição governamental».

Conforme comunicado emitido na passada quinta-feira pelo Secretariado Nacional da Fenprof, o nó central dessa posição do Governo enreda-se nas «**questões relacionadas com as novas**

grelhas de vencimentos e com os processos de revisão dos estatutos da carreira docente».

Mas, segundo António Teodoro, «o profundo empenhamento manifestado pelos docentes e investigadores significa sobretudo que, mais do que reivindicações de carácter salarial e profissional, eles

estão de facto a lutar pela dignificação do ensino e por uma verdadeira política de desenvolvimento do sistema científico e tecnológico do País».

Ao salientar o espírito de unidade, o Secretariado (direcção) Nacional da Federação, Fenprof, declara-se «disponível para encontrar, com

todas as organizações sindicais e não sindicais de docentes e investigadores do ensino superior e com os grupos de docentes espontaneamente surgidos em diferentes academias ao longo deste processo, as formas adequadas para conjugar esforços à volta destes pontos que considera fundamentais».

Largo apelo à unidade

Além do apelo à unidade dos docentes directamente interessados na participação nas acções e mobilizações aqui referidas e previstas para o próximo dia 10, se as posições do Governo não se alterarem, os dirigentes da Fenprof, segundo o seu secretário-geral, apelaram a outras organizações nos termos seguintes:

«A Fenprof apela igualmente às direcções de todas as organizações sindicais e não sindicais de docentes e investigadores do ensino superior, nomeadamente à FNE (Federação Nacional do Ensino), ao Sindep (Sindicato Democrático dos Professores) à APES (Associação Portuguesa do Ensino Superior), à OTC (Organização dos Trabalhadores Científicos) e à ACTD (Associação de Ciências e Tecnologia para o Desenvolvimento) para que se empenhem na mobilização dos seus associados para os objectivos e formas de acção (já aqui enunciados), que a Fenprof aponta para o momento presente, de modo que, todos juntos, levemos o Ministério da Educação, o Governo, os restantes órgãos de soberania e a sociedade em geral a reconhecer e consagrar aos docentes e investigadores do ensino superior um estatuto compatível com as responsabilidades que lhes são cometidas».

Pelo aumento imediato do salário mínimo

Depois da reunião com o Primeiro-Ministro, segunda-feira passada, a CGTP voltou a afirmar que o salário mínimo se encontra «profundamente desfasado da realidade» e que é indispensável aumentá-lo sem demora.

A central sindical, que se encontrou com o chefe do Governo durante duas horas, não fez em público qualquer declaração que indicasse a disposição do Governo em adiantar uma data e uma quantia ou quantias para a fixação do novo SM.

A delegação da CGTP, que se encontrou com o chefe do Executivo, integrada por Manuel Carvalho da Silva, Manuel Lopes e Maria do Carmo Tavares, da direcção da central, apresentou-lhe a documentação recentemente

aprovada no seu 6.º Congresso e tratou dos assuntos que mais afectam e preocupam os trabalhadores portugueses.

Para o mesmo efeito, uma outra delegação de dirigentes da CGTP, que em vez de

Maria do Carmo Tavares, incluía Emídio Martins e os restantes elementos que se encontraram com Cavaco Silva, teve um encontro, anteriormente, com o bispo D. Albino Cleto, secretário da Conferência Episcopal Portuguesa.

Além de apresentar àquele dignitário da Igreja, as conclusões do 6.º Congresso, a delegação da CGTP abordou na reunião «a situação social actual e os principais problemas que se colocam aos trabalhadores portugueses».

Reúnem-se as CTs hoje em Lisboa

A Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores (CTs) reúne-se hoje, 6, em Lisboa, na Rua D. Luís, 27. A Coordenadora, designada por CIL, analisará «as consequências da revisão constitucional» e preparará «acções concretas contra a aplicação do pacote laboral».

A CIL atribui «grande importância» a este encontro,

pois nele serão traçadas «as grandes orientações do movimento das CTs», perante o que considera «duas questões centrais».

Os participantes na reunião marcada pela CIL vão assinar uma **petição colectiva ao Provedor de Justiça**, requerendo a inconstitucionalidade da lei dos despedimentos e contratos a prazo.

Segundo a convocação pública do dia 4, foram convidadas a participar no encontro das CTs de Lisboa a União dos Sindicatos do distrito (USL) e as Coordenadoras das CTs de Setúbal (CIS), indústria naval e metalomecânica pesada.

A reunião será aberta à comunicação social.

A Idade do Ouro

Estamos em época de negócios, desafios, programas e projectos, investimentos e subsídios, audácia e imaginação, iniciativa e espírito empreendedor. O *sonho americano*, de que ouvimos por cá falar durante muito tempo, atravessou o oceano e está finalmente ao dispor dos portugueses com todos os grandes e pequenos mitos de que se alimenta. Enfim, depois de tantos anos, já se acha também por cá quem defenda, com convicção e uma boa mão cheia de adeptos, que enriquecer é o objectivo supremo na vida de qualquer pessoa que se quer gente, que isso não custa nada desde que se tenha cabecinha, que todos os meios são bons e uma aldrabice não é pecado nenhum, que quem não se desenrasca é parvo ou ingénuo, que só trabalha quem não sabe fazer mais nada. Os exemplos vêm mesmo de figuras muito responsáveis na governação e muito bem vistas na vida social.

Para quem acreditou no tal *sonho americano* não foi nada difícil imaginar que nos EUA só havia famílias ricas, com vivendas e piscinas, arranha-céus upa-upa, carros caros e tudo o mais de que é feita a boa vida.

Tudo isto, evidentemente, peca pelo esquematismo, pela generalização e pela simplificação exageradas, enfim, por tudo aquilo que constitui os *pés de barro* dos mitos e nunca resiste a um forte embate com a realidade. Basta ter a realidade ao alcance dos olhos... e abri-los, claro.

Com o sonho americano, a realidade está a milhares de quilómetros, por isso não surpreende que o mito possa sobreviver na fala e nos pensamentos, mesmo quando se começou a ver que, afinal, a paisagem por lá não se pinta só em cor-de-rosa.

Aqui cada português depara todos os dias com pedaços de uma realidade que é muito diferente desse refugio ideológico que nos querem impingir recauchutado e cortado à nossa medida. Avançam com a propaganda alguns *self-made men* e prometem mundos e fundos para ajudar as empresas a desenvolver-se. Mas o que muitos pequenos empresários sabem é que a concorrência apertada, os apoios não os apoiam e estão a ver o futuro por um buraco muito apertadinho.

Para os agricultores também há muitas promessas e programas especiais na televisão. Mas aos créditos bancários só chega quem tem um grande escadote, os grandes projectos de desenvolvimento estão parados, dizer que não há vida como a do campo é cada vez mais um exercício de sarcasmo.

Aos jovens fartam-se de dar empregos, casas, futuro, felicidade. Mas os jovens sabem como são essas coisas e o mito cai por terra quando dão com o nariz nas portas das universidades, quando chegam ao fim os meses da formação subsidiada ou do contrato a prazo, quando lhes negam o crédito para comprar o sonhado apartamento, quando olham para a frente e deparam com um grande túnel de instabilidade que mal deixa ver uma vela acesa lá no outro extremo.

Dão-nos pimenta para o ambiente, dizem da natureza coisas tão bonitas... Mas depois puxam pelo *petróleo verde*, matam quem não quer viver paredes meias com o caulino e deixam matar rios e lagoas.

Têm a televisão para anunciar boas taxas de inflação... esperada. Mas nós temos as contas para fazer todos os meses e os gastos para apertar ao ritmo do calendário.

Anunciam vida boa. E vida cada vez melhor! Mas depois vem a Misericórdia e diz que 35 por cento das famílias portuguesas vivem abaixo do nível reconhecido como de pobreza. Aliás, a gente vê como medram os pobres por todo o país. Bom, também é verdade que, com tudo isto que o cavaquismo por cá está a fazer, também há quem prospere. Ou não estivéssemos em época de negócios, desafios, programas e projectos, investimentos e subsídios, audácia e imaginação, iniciativa e espírito empreendedor.

■ DM

Trabalhadores

Sumário sindical

Irlanda – A convite dos Sindicatos Irlandeses partiu sábado passado para Bundoran, na Irlanda, uma delegação da CGTP, que participará na Conferência Anual da Central Sindical da Irlanda (ICTU). Compõem a delegação portuguesa José Luís Judas, da Comissão Executiva, e Fernando Maurício, do departamento internacional. O regresso dos delegados portugueses está previsto para hoje.

50 anos – O SIESI, Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas comemorou 50 anos de existência com uma sessão solene na Casa do Alentejo em Lisboa. Anunciada para ontem, dia 5, a comemoração contou com a presença de Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, que, a cumprir-se o anunciado, teria feito uma intervenção. No anúncio da sessão comemorativa indicava-se que haveria uma homenagem aos associados mais antigos e que o historiador Francisco Canais Rocha proferiria uma palestra subordinada ao tema «Do Sindicato dos Electricistas ao Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas – 50 anos de história».

Favorita – A greve anunciada nesta empresa para 28 e 29 de Junho findo foi suspensa depois de a empresa se ter comprometido a pagar por inteiro o subsídio de férias.

Madrid – «Viver Melhor numa Europa Social» é o lema do III Encontro de Sindicalistas de Lisboa e Madrid, a efectuar no Outono do ano corrente na capital portuguesa. Esta iniciativa é anunciada num comunicado conjunto assinado pela União Sindical da Região de Madrid, organização das CCOO (Comissões Obreras) e pela União dos Sindicatos de Lisboa, que se reuniram em Madrid em 26 e 27 de Junho findo.

Médicos – Está em distribuição o número de Março/Abril da «Revista dos Médicos». Editada pela Federação Nacional (FENAME), a publicação inclui matéria de índole sindical e científica. Com uma tiragem de 7000 exemplares é vendida ao preço de 150 escudos.

Eleições – O Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Évora (STADE) efectua eleições para os corpos gerentes nos dias 7, 8, 9 e 10 do corrente.

Tabela – A Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa acaba de apresentar às associações patronais uma proposta de revisão salarial, com aumentos da ordem dos 17 a 19 por cento, aproximadamente. Os salários mínimos contratuais em vigor oscilam entre os 21 500 escudos e os 56 500 escudos, com um leque salarial de 14 escalões em duas tabelas, A e B.

Teatro – A fase final do 6.º Festival Sindical de Teatro de Amadores, organizado pela CGTP, decorre em Évora, entre 7 e 16 do corrente, com a participação de 16 grupos. Segundo o gabinete de Imprensa da CGTP, «em termos de grupos participantes em todas as fases, este festival de teatro é o maior que se realiza em Portugal».

Despedimentos – Ao apoiar e reforçar a posição da CGTP quanto à lei dos despedimentos, o Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos exorta «os trabalhadores do sector a contactarem os seus sindicatos, logo que se manifestem nas suas empresas situações que indiciem de facto a aplicação da nova lei».

Covina – A comissão sindical e a comissão de trabalhadores da Covina organizam no próximo dia 10 a comemoração do 14.º aniversário da nacionalização da empresa. Além de numerosas iniciativas já promovidas ou a decorrer, principalmente de carácter recreativo, a sessão principal é na próxima segunda-feira e inicia-se com uma visita guiada às instalações fabris da empresa a que se segue um almoço comemorativo e uma sessão solene no refeitório principal.

Sado Internacional Anunciada greve com concentração em Lisboa

A empresa deve cerca de 70 mil contos aos seus trabalhadores

Depois de afirmar que a Sado Internacional é «uma empresa viável», a direcção do Sindicato das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidros do Distrito de Setúbal sublinha que «para satisfazer a actual carteira de encomendas seria necessária a admissão de mais trabalhadores». No entanto, e daí o recurso à greve, a empresa continua a sacrificar os seus 270 trabalhadores a quem deve cerca de 70 mil contos, mantendo, além disso, em atraso, os salários dos últimos dois meses.

Na altura do anúncio da greve para 3 e 4 do corrente, com concentração em Lisboa (sexta-feira passada), o Sindicato sublinhava também que «tem sido à custa do não pagamento dos salários que têm sido adquiridos as matérias-primas». Contudo, a «empresa conti-

nua com sérias dificuldades», adianta o Sindicato, apesar de não ter falta de trabalho.

Sem administração

Desde 22 de Junho findo que a empresa se encontra sem administração. Por esse motivo, revela o mesmo Sindicato, «o reduzido fundo de maneo não pode ser movimentado». Assim é que os trabalhadores se viram forçados a dirigir-se aos Bancos Pinto & Sotto Mayor e Fonecas & Burnay, principais acionistas da empresa, alertando-os para a situação e, principalmente, para «as consequências imprevisíveis» que podem advir do facto de as actuais reservas de gás tornarem «impossível a paralisação dos fornos com a mínima segurança».

Dos telexes dirigidos pelos trabalhadores àqueles ban-

cos foram enviadas cópias aos Ministérios do Emprego e Segurança Social, da Indústria, à Câmara Municipal de Setúbal e ao Governo Civil do distrito.

De acordo com o Sindicato, os trabalhadores defen-

dem os seus postos de trabalho, exigem o pagamento dos salários e, como a situação perdura sem solução, decidiram-se pelo recurso à greve com concentração junto dos referidos bancos e na companhia dos familiares.

BPSM

Eleitos do pessoal para o conselho de gestão

Uma lista unitária venceu as eleições para os dois representantes dos trabalhadores no conselho de gestão e na comissão de fiscalização do Banco Pinto & Sotto Mayor. Segundo os resultados provisórios a que o «Avante!» teve acesso, a lista A obteve 1337 votos para o conselho de gestão (elegendo José Santos Costa) e 1205 para a comissão de fiscalização (Francisco António Fernandes Navarro). A lista B, considerada afecta ao PS, conseguiu 1119 votos para o CG e 1035 para a CF; a lista C, ligada ao PSD, teve 820 (CG) e 1021 (CF) votos; a D (MRPP), 453 (CG) e 562 (CF).

Hotelaria

10 por cento é pouco

Antes de salientar que a posição dos patrões «não tem qualquer justificação económica e social», limitando-se a assentar, como que o Governo e o patronato, no aumento dos lucros diminuindo os salários, o Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria e Turismo do Centro, com sede em Coimbra, refere que a proposta de 10,4 por cento de aumentos salariais é «in-

suficiente e não repõe o poder de compra perdido pelos trabalhadores dos distritos de Coimbra, Leiria, Guarda e Castelo Branco».

O Sindicato recorda que a inflação, no período de 1 de Junho de 1988 a 31 de Maio de 1989, foi de 11,5 por cento, pelo que reclama, pelo menos, que os aumentos sa-

lariais atinjam esse nível mínimo.

Ao dirigir-se aos trabalhadores directamente interessados, o Sindicato, filiado na FESHOT/CGTP-IN, acrescenta que já se efectuaram diversas reuniões de negociação com a Associação Patronal da Hotelaria e Similares do Centro, mantendo-se no entanto os 10,4 por cento

que são manifestamente insuficientes.

Daí a necessidade de os trabalhadores terem que apoiar o Sindicato no sentido de se alterarem as posições patronais.

A parte sindical limita-se, como expressamente refere, a reclamar «aumentos salariais justos» para milhares de trabalhadores dos mais mal pagos do País.

Trabalhadores

Grave situação nos transportes

Sindicato considera «catastróficas» as decisões do Governo para a RN

- Encerramentos na CP
- Degradação dos serviços na Carris

Apesar das lutas desenvolvidas no sector dos transportes rodoviários e urbanos, comissões de trabalhadores e sindicatos continuam a reclamar contra os mesmos males que determinaram greves e outras acções de luta ainda recentes. É o que sucede na Rodoviária Nacional, com uma greve anunciada para ontem, nos STCP (Colectivos do Porto), Carris e CP. A situação agravou-se ainda mais, principalmente no aspecto social e no que respeita a segurança de emprego, em especial, com o anúncio da privatização da RN, que o Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro, com sede em Lisboa, considera «catastrófica».

A desnacionalização da empresa, que aquele Sindicato considera «uma das maiores empresas portuguesas e a maior empresa de transportes rodoviários da Europa», coincide com as negociações de revisão do Acordo de Empresa (AE), onde a posição dos gestores, sob a tutela do Ministério continua a não ser «consentânea com o aumento do custo de vida».

Quinta-feira da semana passada, o Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro afirmava que «os trabalhadores não poderão deixar que o Governo continue a pretender ligar os aumentos

salariais a taxas de inflação perfeitamente ultrapassadas na prática», o que o próprio Executivo parece reconhecer, em certa medida, quando prevê um aumento do salário mínimo nacional.

Num balanço entretanto divulgado pela comissão de trabalhadores (CT) da Carris, acerca de um ano de gestão da comissão administrativa, completado no princípio do passado mês de Junho, a CT da Carris afirma que o ano de mandato que passou foi caracterizado por «uma ostensiva fuga ao diálogo, uma arrogância provocatória e uma confrangedora imagem destrutiva».

Concretizando, de algum modo, a CT refere:

- A fraude de uma revisão salarial que, baseando-se no colaboracionismo de alguns que se dizem representar trabalhadores, se ficou pelos 8,7 por cento, quando, já na altura, era mais que sabido que a inflação para 1989 seria superior aos 12 por cento;

- A recusa de diálogo sério, quanto à reposição de mais de 4 por cento perdidos em 1988, resultantes da imposição de um Governo incompetente, que só tardiamente aceitou que a inflação naquele ano seria muito superior àquela que sem um mínimo de decoro, dava como certa e sem margem para dúvidas;

- A primária reestruturação da empresa, cheia de ambiguidades e de lacunas, em que se adivinha a doentia atenção de dismantelar em vez de reorganizar, de criar elites mercenárias em troca de inegáveis competências, de hostilizar e criar fracturas, em vez de dinamizar e congregar vontades.

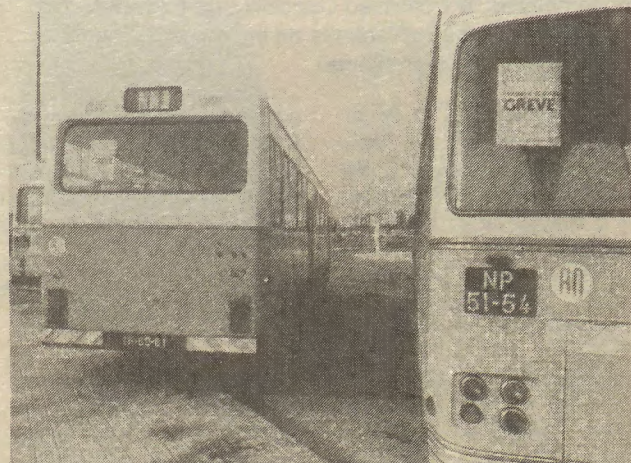
Numa moção aprovada em Plenário Geral efectuado em Santo Amaro, os trabajado-

res da Carris aprovavam, também em 29 De Junho findo, uma moção onde designadamente se condena «uma política contrária aos interesses da empresa e dos seus trabalhadores», marcadamente através do encerramento de secções (como é o caso dos Alugueres) e da «degradação dos serviços de carácter social; nomeadamente bares, cantina, barbearias, etc.».

O Plenário sublinha também que a CA (administração) «persiste na redução incompreensível do número de trabalhadores, prejudicando gravemente o normal funcionamento de vários serviços».

Ao mesmo tempo, afirma ainda o Plenário, «a CA promove reestruturações por cima, cujo objectivo é distribuir lugares e dinheiro por amigos do partido do Governo, enquanto a empresa continua paralisada e os utentes prejudicados pelo serviço cada vez pior que a Carris presta».

Por seu turno, a CT da CP acusava o Governo de manter na empresa «o plano de encerramentos e demagogia



em catadupas, por vezes com propaganda que custaria de dinheiro à empresa, dinheiro que é tirado de onde faz falta para se pôr onde se vê».

Por seu turno, os cerca de 1200 trabalhadores reformados e pensionistas da Carris, reunidos também em plenário, em 28 do mês passado, faziam várias reclamações ao Governo. Entre elas destaca-se a «atribuição de um complemento que permita equiparar a reforma ao salário mínimo», bem como o apoio à «reivindicação da CGTP-IN de um aumento mí-

nimo intercalar de 3500 escudos em todas as reformas».

Convívio na RN

Sabia entretanto o «Avante!» que, integrado na luta contra mais uma tentativa do Governo para privatizar a RN, os trabalhadores comunistas do sector da área de Lisboa organizam em 30 do corrente, pelas 13 horas, no Parque da Fontainhas, em Caneças, uma sardinhada-convívio, aberta a militantes, simpatizantes e amigos da mesma área coberta pela Rodoviária Nacional.

FEPACES reage à lei dos despedimentos

A lei dos despedimentos que entrou em vigor na semana passada teve lugar de destaque na reunião de 28 de Junho do Conselho Nacional da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços.

Aquele organismo — segundo o departamento de informação da FEPACES — decidiu realizar uma «campanha de esclarecimento das novas disposições da lei, com vista a evitar ou restringir ao mínimo as suas consequências mais perversas». Irá ainda «participar e promover a discussão pública das propostas de alteração apresentadas pelo PS e pelo PCP com vista à sua aprovação».

O CN da FEPACES expressou o seu «desapontamento pelo facto da cimeira de Madrid dos países da CEE não ter adoptado a Carta Social com valor jurídico vinculativo dos Estados membros».

Na reunião foi feita «uma alargada análise da actual situação social» — de acordo com o departamento, que informa ainda ter o Conselho Nacional definido «um conjunto de acções e iniciativas na perspectiva da concretização das conclusões do 6.º Congresso da CGTP-IN e da realização do 4.º Congresso da FEPACES», agendado para o primeiro semestre de 1990. Informa-se também, na

nota enviada à Imprensa, que o CN «procedeu ainda ao reajustamento da sua composição e funcionamento e do seu secretariado».

Comércio de Setúbal

Em reuniões concelhias realizadas em Almada, Barreiro, Grândola, Montijo e Setúbal, os trabalhadores do comércio a retalho deste distrito filiados no CES/Sul aprovaram a proposta de revisão do contrato colectivo de trabalho vertical, exigindo uma actualização de 15 por cento na tabela salarial e restante matéria económica e a fixação em 40 horas da duração máxima da semana de trabalho.

Os trabalhadores e o sindicato propõem ainda a instituição de dois dias de descanso semanal seguidos: sábado e domingo, ou domingo e segunda-feira, alternadamente.

O CCTV do comércio a retalho do distrito de Setúbal abrange cerca de 7 mil empregados e 9 mil empresas — segundo uma nota do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul.

Incêndios e segurança

Num comunicado sobre o recente incêndio na baixa de Setúbal, a direcção do CES/Sul anunciou a sua intenção de propor «um debate sério com todas as entidades interessadas para sensibilização da aplicação das normas de segurança e outras medidas que visem diminuir os riscos».

Recordando que o CES/Sul «tem sistematicamente alertado tudo e todos» para este problema, a direcção do sindicato afirma que «muitos estabelecimentos do distrito de Setúbal não respeitam e estão (alguns) pouco interessados em respeitar as elementares regras de segurança», situação agravada pelo facto de «a esmagadora maioria» das lojas se situar «em instalações velhas e de difícil acesso».

Na nota refere-se que «recentemente, só em sete concelhos do distrito, numa operação conjunta da Inspeccção-Geral do Trabalho e dos bombeiros, foram detectadas 620 irregularidades em 233 empresas». O total de estabelecimentos comerciais no distrito, segundo o CES/Sul, é de cerca de 15 mil.

Este assunto será levado pelo sindicato ao conheci-

mento da governadora civil do distrito e foi também referido pelos dirigentes do CES/Sul numa audiência com o representante em Setúbal do Ministério do Emprego, dr. Patrício Costa.

Nesta audiência foram também transmitidas outras preocupações dos trabalha-

dores e do sindicato, nomeadamente o **alastramento dos despedimentos baseados em «motivos económicos, de mercado, estruturais»**. Segundo o CES/Sul, nos últimos dois anos foram já despedidos no distrito de Setúbal 355 trabalhadores.

«Os comerciantes vêem

no despedimento de **velhos** trabalhadores, efectivos ou contratados a prazo, a solução dos seus problemas concorrenciais» — constata o sindicato. A proliferação nas montras de ofertas de trabalho a «jovens dos 16 aos 18 anos» mantém a precariedade de emprego facilitada pela nova lei.

Salários em atraso Problema por resolver

Os salários em atraso, apesar de todas as declarações oficiais em contrário, continuam a ser problema em aberto. A Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP, que representa este ano os trabalhadores em Genebra na OIT, publicou sexta-feira passada a seguinte nota sobre o assunto:

«1. A CGTP-IN, através da sua representação na Conferência Internacional do Trabalho, que tem lugar durante este mês em Genebra, voltou a apresentar a questão dos salários em atraso em Portugal;

«2. Na altura, teve oportunidade de demonstrar que o problema se encontra longe de estar resolvido, continuando a verificar-se níveis inadmissíveis num Estado democrático;

«3. Mais uma vez o Governo e as entidades patronais procuraram minimizar a dimensão dos salários em atraso, quando se sabe que, diariamente, vão surgindo novos casos. Nos sectores têxtil, constru-

ção, hotelaria e metalurgia surgiram perto de uma dezena de milhar de novos casos;

«4. A CGTP-IN salienta o facto de a Comissão de Peritos ter registado que, não obstante as medidas legislativas tomadas, a questão persiste, chamando a atenção do Governo português, que deve encontrar soluções para que o problema seja resolvido na prática;

«5. A Comissão de Peritos referiu ainda a necessidade de o Governo, no próximo ano, apresentar um relatório onde dê conta dos progressos realizados;

«6. A CGTP-IN reafirma, pelo seu lado, a disposição de continuar a lutar para que este problema, que afecta ainda milhares de trabalhadores, seja definitivamente resolvido, tanto mais que os meses de Julho, Agosto e Setembro são meses com propensão para o aparecimento de mais casos, devido ao não pagamento dos subsídios de férias».

PCP

ÉVORA

É urgente a reestruturação administrativa da cidade

A reestruturação administrativa da cidade de Évora é coisa que incomoda determinadas forças políticas. Recentemente, um episódio — bem característico do PSD de Cavaco Silva — ocorrido na Assembleia da República comprovou estas palavras. Em contacto com os jornalistas, a Comissão Concelhia de Évora do PCP, que realizou uma conferência de imprensa, comenta e esclarece assim o problema:

No passado dia 30 de Junho a Assembleia da República votou e aprovou a elevação a vila de 24 povoações e a criação de 25 novas freguesias.

Nesse «pacote autárquico» estava previsto igualmente o agendamento e votação do Projecto de Lei n.º 242/5 apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP e subscrito pelos deputados comunistas eleitos pelo distrito de Évora referente à reestruturação administrativa desta cidade e que criava cinco novas fre-

guesias — **Malagueira; S. Brás; Senhora da Saúde; Bancelo e Sé e S. Pedro**, a partir das actuais freguesias da **Sé e S. Pedro**.

O processo tinha já 5 pareceres favoráveis da Câmara e Assembleia Municipal; da Junta e Assembleia de Freguesia dos Canaviais; da Assembleia de Freguesia da Sé (de maioria PS/PSD) e somente dois pareceres negativos: das Juntas de Freguesia da Sé e de S. Pedro. Unicamente faltava o parecer da Assembleia de Freguesia de

• PS e PSD boicotam...

S. Pedro, de maioria PSD/PS, órgão que não tem assumido qualquer funcionamento significativo, só tendo reunido duas vezes desde a sua eleição e que neste momento está sem presidente — um eleito do Partido Socialista — por se ter demitido. Apesar disso e devido às diligências efectuadas pelos eleitos da CDU naquele órgão, a Assembleia de Freguesia reuniu na última segunda-feira mas a maioria PSD/PS impediu que fosse proferido qualquer parecer, negativo ou positivo.

Entretanto, de outros sectores da cidade chegavam-nos manifestações de apoio ao projecto de lei.

A Subcomissão permanente da Assembleia da Repúli-

ca para o estudo da criação de novos municípios, freguesias, vilas e cidades considerou que o processo estava em condições técnicas regulares de subir a plenário e ser votado.

Acontece contudo que, apesar disso, o PSD, sem apresentar quaisquer alternativas, argumentando unicamente com «razões políticas locais» impediu o seu agendamento inviabilizando a sua votação em 30 de Junho.

Meras razões políticas...

Pela primeira vez, na Assembleia da República, um processo desta natureza, considerado em condições regulares, não foi agendado nem pôde ser votado por meras razões políticas, impedin-

do-se assim a necessária reorganização da divisão administrativa da cidade e a sua adaptação ao cumprimento e ordenamento urbano da última década, prejudicando as populações, criando irresponsavelmente novas dificuldades ao desenvolvimento da nossa cidade património mundial.

Esta é a história recente deste processo.

Importa agora reflectir sobre todo este caso exemplarmente típico do comportamento negativo de certas forças políticas como o PSD e o PS.

Como é sabido, Évora não tem cessado de crescer nos últimos anos tornando a estrutura da divisão administrativa da cidade profundamente

desajustada à actual malha urbana.

O crescimento verificado, e que continua hoje a acontecer a um ritmo acelerado, corresponde ao aparecimento de bairros bastante dispersos que entretanto a gestão dos eleitos comunistas e seus aliados na Câmara ordenou e enquadrou no Plano Director Municipal e no Plano Geral de Urbanização.

Segundo o último censo de 1981 apenas 10 450 dos 41 102 habitantes da cidade residiam no perímetro intra muros (Centro Histórico) e só na freguesia da Sé reside 79,5% da totalidade da população da cidade.

É uma evidência, aceite pelos mais variados sectores, que se torna necessário e urgente adaptar a divisão administrativa da cidade, que vem da década de 50, à nova realidade existente.

Foram estas razões — e mais nenhuma — que levou o PCP, através do seu Grupo Parlamentar e dos deputados eleitos pelo distrito, a apresentar em Maio de 1988 um primeiro projecto de lei visando responder àquelas necessidades na sequência, aliás, de desejos expressos pelas populações e pela Câmara Municipal.

Fez-se, em íntima colaboração com a CME a quem foi solicitado o necessário apoio técnico, um trabalho sério e rigoroso de análise de toda a zona urbana e periurbana, de estudo das novas freguesias a criar e respectivas delimitações.

Colocado o projecto de lei à apreciação de todos os órgãos autárquicos directamente envolvidos desde logo foi afirmada a disponibilidade do PCP, para num processo de diálogo construtivo, introduzir as alterações que viessem a ser sugeridas e que não fossem globalmente incomparáveis com o projecto.

Na sequência disso, e por iniciativa dos eleitos comunistas constituiu-se, com esse fim, um grupo de trabalho na Assembleia Municipal com a participação de todas as forças políticas nela representadas e eleitos das freguesias envolvidas.

O PS e o PSD nunca compareceram às reuniões do Grupo de Trabalho que apresentou à Assembleia Municipal, como resultados dos esforços feitos, propostas de alteração ao texto inicial do projecto de acordo com as sugestões ouvidas vindas designadamente, da freguesia dos Canaviais e de eleitos na lista PS/PSD na Assembleia Municipal.

Entretanto, por razões que nunca explicaram e sem apresentarem quaisquer projectos alternativos — embora dizendo que estavam de acordo com a reorganização administrativa da cidade e da freguesia da Sé — as organizações locais do PS e do PSD declararam opor-se ao projecto de lei.



Porto

Eleições — tema em destaque na reunião da DORP do PCP

Reunida no dia 3 de Julho de 1989 na sua 3.ª reunião plenária, a DORP do PCP debateu os resultados das eleições para o Parlamento Europeu e considerou as tarefas que se colocam à organização partidária nos próximos meses, com destaque especial para as eleições autárquicas.

Em relação às eleições para o Parlamento Europeu, a DORP sublinhou os traços essenciais da análise dos resultados feita pelo Comité Central do Partido:

- Um sério desaire para o PSD e para a direita e uma derrota significativa para o Governo Cavaco Silva.

- Um importante êxito para a CDU, que registou entre as principais forças políticas o maior aumento da percentagem global da votação (mais três pontos) e passou de três para quatro deputados.

- Uma séria derrota das pretensões hegemónicas do PS e da sua estratégia de bipolarização da vida política nacional, devida à subida eleitoral da CDU e ao limitado aumento percentual do PS.

- Um nível muito elevado de abstenção, expressão de um descontentamento popular muito amplo face à política do governo, da desmotivação de grande parte dos portugueses para questões da CEE e da descrença em importantes camadas em relação aos benefícios decorrentes da integração.

Comparados os resultados com os do PE87 em relação ao distrito do Porto a DORP sublinha:

- Apesar do acréscimo de 62 mil inscritos nos cadernos, votaram menos 241 mil eleitores.

O PSD perdeu 105 mil votos, o CDS 59 mil, o PS perdeu cerca de 53 mil votos e a CDU teve uma votação inferior à de 1987 em apenas 11 mil votos.

Trata-se em primeiro lugar de um grande desaire dos partidos da direita, PSD e CDS, e do Governo Cavaco Silva.

- Em termos relativos a CDU averbou o melhor resultado entre as principais forças partidárias.

Números redondos, por cada cem votos de 1987, a CDU obteve 86, o PS 81, o PSD não ultrapassou os 69 e o CDS ficou apenas pelos 61.

- A CDU viu aumentada a sua percentagem a nível distrital em 1,45 pontos.

É significativo que as maiores subidas de percentagem da CDU tenham tido exactamente lugar nos principais concelhos — todos os do Grande Porto e em St.º Tirso.

- É igualmente significativo que mesmo no distrito do Porto, onde o PS tem obtido tradicionalmente as suas melhores votações nacionais, os resultados do PS a nível distrital e nos principais conce-

lhos tenham desmentido os projectos bipolarizadores dos seus dirigentes.

Não pode deixar de ser anotado como positivo o facto de que a nível distrital, e em 10 dos 17 concelhos (incluindo todos os do Grande Porto) que abragem 80% do eleitorado do distrito, a CDU tenha conseguido melhorar a sua posição em relação ao PS.

- A votação da CDU no distrito do Porto é tanto mais de valorizar quanto, a abstenção também desfavoreceu eleitoralmente a CDU o que é comprovado nomeadamente pelo facto de nos concelhos e em muitas freguesias onde foi menor a abstenção se verificarem os melhores resultados da CDU e, ao mesmo tempo, a CDU ter uma percentagem de votos menor e um crescimento percentual menor nos concelhos e em muitas freguesias onde a abstenção é mais elevada.

A DORP analisou o desenvolvimento recente das lutas sociais na região do Porto — com particular destaque para as lutas dos professores, da função pública, da Siderurgia Nacional e nos últimos dias dos trabalhadores dos SMGE, dos STCP e das Alfândegas.

Ao mesmo tempo que sublinhou a importância do prosseguimento e intensificação da luta de massas por objectivos concretos e imediatos e contra a política do Governo, a DORP manifestou todo o seu apoio e solidariedade aos trabalhadores e sectores em luta.

A lei dos despedimentos cuja inconstitucionalidade o PCP reclamou, representa

um dos mais sérios ataques do PSD contra os direitos dos trabalhadores, das suas organizações de classe e dos jovens que procuram o primeiro emprego.

Autárquicas

A DORP analisou ainda com detalhe as perspectivas e as tarefas decorrentes das próximas eleições autárquicas e sublinhou:

- A decisão da CDU de trabalhar para a apresentação de listas próprias a todos os órgãos autárquicos do distrito e a forma democrática e participada como decorre a constituição das listas da CDU, em vivo contraste com o panorama de choques, divisões, ambições pessoais e conflitos que estão a caracterizar a formação de listas nas outras principais forças partidárias;

- A possibilidade real de um importante resultado eleitoral nas próximas eleições, com uma nova e apreciável subida na votação da CDU (PCP/PEV), que se traduza num aumento do número de eleitos e na obtenção de mais maiorias nas autarquias;

- A existência de um valioso trabalho autárquico e obra realizada ao longo de anos em numerosas e importantes autarquias pela CDU e seus eleitos e cuja superioridade quando confrontado com o realizado pelas outras forças políticas é hoje cada vez mais generalizadamente reconhecido;

- O apoio às candidaturas da CDU (PCP/PEV) às Câmaras e Assembleias Municipais já tornadas públicas, apoio quer de organizações populares quer de numerosas

e destacadas personalidades da vida cívica política e cultural;

- A necessidade de se realizarem, em todos os concelhos e freguesias, esforços para um ainda maior alargamento unitário da CDU como espaço de unidade e cooperação de vastos sectores democráticos, num momento em que o PS não só assumiu a responsabilidade de recusar coligar-se com o PCP e outras forças integrantes na CDU onde dessa forma seria possível retirar à direita importantes autarquias (como Lisboa, Porto, Coimbra, Gaia e outros municípios) como já anunciou acordos com o PSD contra a CDU em muitas outras;

- A necessidade de prosseguir e apoiar a dinamização da Juventude CDU e das mulheres CDU e de dar uma particular atenção à eleição de mais jovens e mulheres para os futuros órgãos autárquicos; e de desenvolver desde já um muito largo trabalho de auscultação das organizações populares, dos intelectuais, da população, para a preparação dos programas das candidaturas a apresentar pela CDU (PCP/PEV);

A DORP, ao mesmo tempo que denuncia a interferência eleitoralista e a demagogia do governo PSD em relação às próximas eleições autárquicas, de que é exemplo o programa de visitas do Primeiro-Ministro a autarquias do distrito do Porto no último fim-de-semana, salienta a necessidade da preparação e organização atempada de uma ampla e dinâmica campanha em torno das candidaturas da CDU.

Nacional

CDU prepara eleições autárquicas

— reuniu o Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo Nacional da CDU reuniu no passado fim-de-semana em Lisboa debatendo a evolução da situação política, a campanha e a intervenção eleitoral para o Parlamento Europeu e a preparação para as eleições autárquicas de Dezembro. As cerca de 300 personalidades que constituem o Conselho Consultivo Nacional da CDU, metade das quais sem qualquer filiação partidária, decidiram nesta reunião «trabalhar intensamente» para reforçar a unidade em torno da Coligação, ao mesmo tempo que a declararam aberta «ao apoio e adesão dos democratas dos outros quadrantes e de outros partidos».

O Conselho criticou as orientações assumidas pelo PS após as eleições para o Parlamento Europeu, nomeadamente no que respeita às eleições autárquicas. Para a CDU, essas orientações revelam que o PS «não se mostra capaz de tirar as necessárias conclusões da vontade expressa pelo eleitorado» em 18 de Junho, que claramente penalizou o PSD e o seu Governo, penalizou as alianças do PS com a direita, recusou a estratégia de bipolarização, e apontou para a criação de condições para uma alternativa democrática «na base do entendimento e do diálogo sem pretensões hegemónicas».

Lisboa precisa da CDU

A este propósito o Conselho responsabilizou o PS pela recusa das propostas de unidade com a CDU em Lisboa, Porto e outros municípios, ao mesmo tempo que procura a renovação de alianças com a direita.

A esta questão referiu-se o dirigente comunista Luís Sá, em conferência de imprensa no final da reunião, na qual estava acompanhado pelo vereador independente da Câmara Municipal de Lisboa eleito nas listas da coligação, Anselmo Aníbal.

Na altura Luís Sá desmentiu notícias segundo as quais os comunistas só estariam disponíveis para entendimentos globais com os socialistas. Salientou a propósito que a única exigência feita é a de «entendimentos na base de coligações», não fazendo depender um acordo para Lisboa de eventuais acordos noutras autarquias ou da rectificação da política geral de alianças do PS.

O dirigente comunista reiterou a condenação das alianças do PS com a direita, mas afirmou que «a questão de Lisboa é tão importante que justifica em si mesma um acordo». Luís Sá sublinhou que face às sucessivas recusas por parte do PS, as candidaturas da CDU «continuam a ganhar crescentes apoios», com destaque para a candidatura de Rui Godinho para a Câmara Municipal de Lisboa.

Luís Sá garantiu ainda que as listas da CDU integrarão além de membros do PCP, Verdes e independentes, também elementos de outros partidos, anunciando que estão previstos para breve encontros com outros partidos nos planos nacional, regional e concelhio.

As eleições para o PE

O Conselho Consultivo Na-

cional da CDU concluiu nesta reunião que os resultados das eleições de 18 de Junho constituem um importante êxito eleitoral da Coligação, salientando a eleição de quatro deputados — três do PCP e um do partido «Os Verdes» —, a subida de três pontos percentuais, o aumento das percentagens de votação em todos os distritos e o aumento absoluto de votos em distritos como Braga, Guarda, Viana do Castelo e Viseu.

Para a CDU estes resultados confirmam o reconhecimento por parte do eleitorado «do valor e da coerência da intervenção da CDU na vida política nacional e no PE, a importância justa e clareza das suas propostas, bem como a firme oposição que desenvolve ao Governo e à sua política», e vêm abrir novas perspectivas positivas para o desenvolvimento da luta contra a política de direita e por uma alternativa democrática.

O Conselho denunciou o agravamento da acção do Governo, e as diversas declarações feitas por Cavaco Silva após as eleições, frisando que elas mostram não haver da parte do PSD «a mínima intenção de respeitar o veredicto popular, mas pelo contrário existe o propósito de prosseguir os aspectos mais antidemocráticos e negativos da sua política».

Como ilustrativos destes propósitos a CDU aponta a brutal repressão das movimentações e da luta justa da população de Barqueiros (de que resultaram um morto e vários feridos), a entrada em vigor da Lei dos Despedimentos, o protelamento da actualização do salário mínimo nacional, as manobras em torno da eleição do Tribunal Constitucional que confirmam «a ânsia de concentração de poder por parte do partido do Governo».

O Conselho apontou ainda como demonstrativos dos propósitos do PSD o anúncio pelo Governo de medidas visando concretizar a breve prazo os aspectos mais negativos da revisão da Constituição feita graças ao acordo PS/PSD, nomeadamente no que respeita a novas leis de privatização, contra a Reforma Agrária, contra o Serviço Nacional de Saúde, a alteração antidemocrática da legislação eleitoral e a abertura da Televisão ao grande capital. Contudo — sublinha a CDU — «nada disto altera o severo enfraquecimento político do Governo e do PSD em consequência da derrota eleitoral, e as excelentes condições criadas para a acção

visando contrariar a sua política e aprofundar o seu isolamento na sociedade portuguesa».

Apelo à unidade

Ao examinar os diversos aspectos da preparação das eleições autárquicas de Dezembro, a importância específica destas para a defesa dos interesses das populações, e o contributo que podem constituir para a construção de uma alternativa democrática, o Conselho fez um apelo a todos os activistas da CDU para que reforcem o seu empenhamento nas lutas dos próximos meses, agindo para o reforço da unidade em torno da Coligação.

Na reunião do passado fim-de-semana foi condenada a lei que obriga a CDU a incluir na sua sigla e símbolo as siglas e símbolos do PCP e de «Os Verdes», lei que cria uma situação de incerteza em virtude de a sua entrada em vigor se dar apenas em 17 de Setembro.

O Conselho repudiou a po-



Luís Sá, membro do Executivo da Comissão Política do PCP — «não fazemos depender um acordo para Lisboa de acordos noutras autarquias, ou da rectificação da política geral de alianças do PS»

lítica anti-autárquica do Governo PSD, «em particular o regime governamentalizado da tutela, o bloqueamento da regionalização e a diminuição das competências dos órgãos do poder local em áreas como por exemplo os eucaliptos, o ordenamento do território e os recursos hídricos».

Como disse Anselmo Aníbal na conferência de imprensa no final da reunião, o Conselho decidiu «exortar os eleitos autárquicos da CDU a uma grande campanha de prestação de contas dos programas eleitorais apresentados há quatro anos», recomendando a participação dos eleitores e dos diversos sec-

tores sociais na elaboração dos programas eleitorais, e sublinhando a necessidade de ser dado maior relevo às questões do ambiente e da qualidade de vida nos programas das candidaturas CDU.

Foi decidida pelo Conselho da CDU a realização a 29 de Outubro de um Encontro sobre a Juventude e o Poder Local, e de um Seminário sobre os direitos dos cidadãos face à Administração Pública. Este Seminário, que terá lugar no Outono, contará com a participação de candidatos aos órgãos autárquicos, especialistas e activistas.

Por último registou-se que nesta reunião o Conselho Consultivo Nacional da CDU afirmou o objectivo de concorrer a todas as Câmaras e Assembleias Municipais e ao maior número possível de freguesias, com intensa participação de homens, mulheres e jovens profundamente ligados às populações e às comunidades locais, que se propõem desenvolver a sua acção com a honestidade, trabalho e competência que caracterizam a intervenção da CDU e dos seus eleitos.

Emigrantes confirmam eleição de Maria Santos

A contagem dos votos dos emigrantes portugueses residentes nos países da CEE, realizada no passado dia 28, confirmou a esperada eleição de Maria Santos, do Partido Ecologista «Os Verdes», quarta candidata da lista da Coligação Democrática Unitária, e de Maria Belo, número oito pelo PS, completando a distribuição dos 24 lugares que cabem a Portugal no Parlamento Europeu.

Segundo os números provisórios divulgados pelo STAPE, estavam inscritos 54 526 eleitores, votaram 19 360, o que representa uma taxa de abstenção de 64,5%. A CDU obteve 2443 votos (12,6%), o PS — 7485 (38,7%), o PSD — 6557 (33,9%), o CDS — 1537 (7,9%), o MRPP — 335 (1,7%), o PDC — 294 (1,5%), o POUS — 144 (0,7%), a UDP — 126 (0,7%), o MDP —

111 (0,6%), o PPM — 65 (0,3%), o PSR — 45 (0,2%) e a FER — 12 (0,1%). Houve ainda 123 votos brancos e 83 nulos.

Depois de somados os votos dos emigrantes aos do continente (sem as freguesias de Barqueiros, Vaqueiros e Pernes) e regiões autónomas, os resultados do escrutínio provisório das eleições de 18 de Junho são:

MRPP — 26 580 (0,64%); MDP — 56 786 (1,37%); PSD — 135 689 (32,7%, 9 deputados); PSR — 31 621 (0,76%); FER — 7 644 (0,18%); UDP — 44 907 (1,08%); CDU — 59 740 (14,4%, 4 deputados); PDC — 29 718 (0,72%); PPM — 84 112 (2,03%); CDS — 58 637 (14,13%, 3 deputados); PS — 118 345 (28,52%, 8 deputados); POUS — 11 345 (0,27%).

A nova lei dos despedimentos individuais

1. A entrada em vigor da nova lei dos despedimentos individuais imposta pelo Governo PSD/Cavaco Silva, constituindo uma grave concretização da sua política de retrocesso social, coloca sobre a ordem do dia a necessidade do prosseguimento da luta dos trabalhadores contra esta iníqua legislação e da mais apertada vigilância e combate em rela-

ção a cada uma e a todas as tentativas da sua aplicação pelo patronato.

2. O PCP, que requereu oportunamente no Tribunal Constitucional a declaração da inconstitucionalidade deste diploma gravemente ofensivo dos direitos dos trabalhadores, reafirma nesta ocasião que o progresso e o desenvolvimento do País exigem, não a acentuação de

poderes arbitrários do patronato e o alastramento de insegurança no emprego — como faz o Governo do PSD —, mas a plena garantia dos direitos dos trabalhadores dentro e fora das empresas e a estabilidade e a segurança no emprego.

3. Solidário com os trabalhadores e com o seu movimento sindical unitário, o PCP, pela sua parte, confir-

ma que prosseguirá o seu combate à injusta legislação laboral imposta pelo PSD e que não poupará esforços para que a democracia portuguesa se veja liberta da grave e indigna mancha de prepotência que a nova lei de liberalização dos despedimentos individuais representa.

28.6.89
O Gabinete de Imprensa do PCP

Fábrica da Ford em Palmela

Solicitado por alguns órgãos de comunicação a comentar a anunciada instalação de uma fábrica da Ford/Electronic no concelho de Palmela (distrito de Setúbal), o gabinete de imprensa da DORS (direcção Regional do PCP) considera que tal perspectiva, que prevê a criação de 1700 postos de trabalho e um investimento na ordem dos 20 milhões de contos, confirma as potencialidades do distrito e também, no caso da gestão CDU, que as autarquias criaram as condições e infra-

-estruturas necessárias, estando abertas e incentivando o desenvolvimento socioeconómico na sua região, contrariamente às campanhas que pretendem fazer crer que os comunistas não servem para implementar o desenvolvimento económico nas Câmaras que gerem.

Aliás e no caso em presença — o concelho de Palmela — é de sublinhar que desde 1986 se instalaram ou estão em vias de o fazer mais de 50 novas empresas.

Assembleia da República

Maioria tenta silenciar a luta e os problemas das mulheres

• Acusam deputadas do PCP

A «tentativa deliberada de silenciar a luta e os problemas das mulheres» constitui um dos aspectos mais marcantes da acção do Grupo Parlamentar do PSD na presente Sessão Legislativa, sublinharam em conferência de imprensa, na última semana, as deputadas comunistas.

Esta postura da maioria governamental, como se pode aferir pela circunstância de não terem agendado um único projecto que fosse sobre os direitos das mulheres, contrasta entretanto com o dinamismo evidenciado pelas parlamentares do PCP, autoras de numerosos projectos incidindo sobre questões muito concretas que vão ao encontro dos problemas das mulheres.

Em hora de balanço, as deputadas do PCP (Ilda Figueiredo, Odete Santos, Luísa Amorim, Apolónia Teixeira, Lurdes Hespagnol e Paula Coelho) consideram assim como um dos aspectos fundamentais da actividade legislativa no último ano a «desvalorização por parte do PSD» das questões referentes à problemática feminina, realçando a este propósito como particularmente significativo a extinção da Comissão Parlamentar da Condição Feminina.

Igualmente significativo não deixou de ser, por outro lado, a «continua oposição do PSD» ao agendamento dos projectos de lei respeitantes a questões específicas das mulheres e a recusa do agendamento

de um Projecto de Resolução subscrito por deputadas da Oposição no qual se propunha a marcação de um dia parlamentar para o debate de iniciativas sobre a problemática feminina.

Particularmente verberado pelas deputadas comunistas foi ainda aquilo que consideraram o «atropelo» do Governo às competências próprias da Assembleia da República e o desrespeito pelas iniciativas parlamentares e, bem assim, o «não lamentado de que é exemplo a Lei do Planeamento Familiar e da Interrupção Voluntária da Gravidez».

No encontro com os jornalistas foi também chamada a atenção para as graves consequências que resultam da oposição do PSD quer ao agendamento quer à aprovação de projectos de lei sobre temas relativos à mulher.

Apresentados pelo PCP, estão neste caso, recorde-se, projectos de lei que previam a Protecção às mulheres vítimas de violência, a criação de um subsídio mensal aos filhos a cargos de mães e pais sós, a criação de um mecanismo legal visando que o Estado assegure o pagamento das prestações de alimentos devidos a menores, a garantia de protecção jurídica às pessoas a viver em união de facto, e ainda um outro projecto que definia medidas tendentes à efectivação dos direitos das mães sós.

Caso Estoril-Sol!

Opiniões divergentes quanto aos resultados finais da Comissão Parlamentar de inquérito ao caso Estoril-Sol vieram a lume após a conclusão dos seus trabalhos.

Enquanto o PSD julgou destituídas de fundamento as acusações feitas pela deputada Helena Roseta, considerando mesmo que esta pretendia apenas «vilipendiar o Governo e o PSD», opinião diametralmente oposta sus-

tentaram os grupos Parlamentares do PCP e do PS.

Para este, de acordo com declarações produzidas no decorrer de uma conferência de imprensa conjunta, «as imputações da deputada não foram abrangidas pelo inquérito».

«Conclusões precipitadas e destituídas de fundamento» foi por sua vez a opinião sustentada pelos deputados co-

munistas que integraram a referida comissão parlamentar, posição expressa aliás na declaração de voto feita que produziram, onde acentuam que a maioria PSD recusou durante os trabalhos várias propostas para que fossem ouvidas outras intervenções no processo, recusa em tudo idêntica à que foi adoptada pelo Governo sempre que lhe foram solicitados elementos pela Comissão.

Bens hídricos do Estado Governo quer legislar às escondidas

Furtando-se a um debate profundo que a totalidade da oposição considerava imprescindível, o Governo fez aprovar com os votos favoráveis da sua maioria uma proposta de autorização legislativa relativa aos bens do domínio público do Estado e respectiva administração e utilização.

Tudo se passou faz amanhã oito dias quando se tratou de analisar a proposta de lei n.º 108/V, diploma que trata de questões básicas do domínio público hídrico, desde o seu planeamento e gestão até ao controlo da poluição, cheias e secas.

Desconhecendo os textos legais objectivos e concretos a partir dos quais fosse possível obter um adequado conhecimento quanto às so-

luções ensejadas pelo Governo, os partidos da oposição viram-se assim confrontados com uma autorização legislativa — autêntico cheque em branco — que a deputada comunista Ilda Figueiredo, por exemplo, não teve dúvidas em classificar de «vaga, imprecisa, totalmente omissa quanto a tudo».

O próprio discurso do Secretário de Estado, Macário Correia, acabou também por não trazer nenhuma luz ao

assunto, facto que Herculano Pombo, de os «Verdes», não deixou passar em claro afirmando que o representante governamental se limitaria a dar «à manivela». «Saíu o discurso do costume — observou o deputado verde — muito bonito, mas sem efeitos práticos».

Adiantando uma explicação para esta fuga ao debate e à crítica e para o não envio de qualquer documento à Assembleia da República, Ilda Figueiredo associou-se à circunstância de o conteúdo das propostas governamentais terem já merecido profundas críticas e uma oposição fundamentada quer dos cerca de 60 municípios reuni-



A política de destruição da Reforma Agrária e de reconstituição do latifúndio longe de nos aproximar da Europa Comunitária e de ir ao encontro dos interesses dos produtores agrícolas está apenas a servir uma vasta teia de clientelas, de sectores intermediários, de grandes produtores florestais e respectiva indústria, denunciou o deputado comunista Lino de Carvalho

Acção de Barreto Um palmarés de ilegalidades

No prosseguimento da sua política de reconstituição do latifúndio e de destruição da Reforma Agrária, o Governo está a recusar o pagamento do subsídio de gasóleo às Cooperativas, de novo sem qualquer base legal e numa clara atitude prepotente e de abuso de poder.

Este último atentado aos direitos das Cooperativas vem assim juntar-se a outros recentemente cometidos pelo ministro Álvaro Barreto, de entre os quais se destacam a não notificação dos trabalhadores ou notificação pelo telefone, sempre que manda entregar reservas.

Não contente com tudo isto, de acordo com a denúncia feita pelo deputado comunista Lino de Carvalho numa das sessões plenárias da semana passada, o ministro da Agricultura descobriu ainda um outro argumento para não acatar os acórdãos de suspensão do Supremo Tribunal Administrativo.

Invocado em vários despachos relativos a processos de entregas de reservas, tratase da alegada utilização de «fundos comunitários» pelos agrários, argumento este que segundo o ponto de vista da bancada comunista é além do mais falso na medida em que já todos os agrários foram «presenteados com re-

servas ao abrigo da legislação anterior».

Na opinião de Lino de Carvalho, para além de favorecer «deliberada e escandalosamente os reservatórios», esta atitude de Álvaro Barreto «quer tornar inútil o recurso à Justiça, obtendo os trabalhadores e as cooperativas os mesmos resultados quer o recurso lhes seja favorável ou desfavorável, quer o acto ocorrido seja suspenso ou declarado ilegal pelo Tribunal».

Por estas e por outras, aliás, é que o ministro da Agricultura tem já averbado no seu pouco abonatório palmarés cinco queixas contra si apresentadas na Procurado-

Morte no Tejo

O aparecimento no passado dia 26 de Junho de milhares de peixes mortos nas águas do rio Tejo a montante de Tanços voltou a colocar na ordem do dia a questão da poluição nos nossos rios.

Por negligência ou irresponsabilidade, descargas químicas lançadas nas suas águas voltaram assim a semear no Tejo um rasto de destruição que no mínimo põe em risco o equilíbrio dos seus ecossistemas.

Conforme refere o deputado comunista Álvaro Barreto, no requerimento que a propósito deste assunto dirigiu ao Governo, não é a primeira vez que isto acontece e certamente não será a última se, como observa, «não forem tomadas medidas drásticas de maneira a castigar os prevaricadores».

acompanhando a preocupação do deputado do PCP expressa no texto do requerimento especialmente dirigido à Secretaria de Estado do Ambiente, importa, pois, saber se o Governo já tomou conhecimento do caso e, em caso afirmativo, saber que medidas já adoptou ou pensa adoptar para que casos idênticos não se voltem a repetir.

PSD boicota criação de novas cidades

Por oposição do PSD, não foram agendados para a última sexta-feira os projectos de lei que prevêm a elevação de algumas vilas a cidades, não podendo assim, por consequência, integrar o «pacote autárquico» que na ocasião elevou povoações à categoria de vilas e criou novas freguesias.

As povoações de Felgueiras, Loures, Odiveias, Valongo, Ermesinde e Alverca do Ribatejo vão deste modo ter de continuar a aguardar que as suas vilas vejam o seu estatuto elevado à categoria de cidade, como a aguardar pela sua reestruturação administrativa vai ter de continuar a cidade de Évora e tudo, apenas, porque o PSD assim o quis.

Com efeito, sob a alegação de necessitar de mais tempo para os apreciar, a

maioria não permitiu o agendamento destes projectos, isto apesar de a própria subcomissão criada para a análise ter considerado no relatório elaborado para o efeito que os referidos diplomas se encontravam «técnica e legalmente» em condições de subir a plenário.

Cláudio Percheiro, do PCP, não hesitou em classificar esta posição da maioria laranja como um claro «boicote» que, a seu ver, veio passar um «atestado de «descredito» ao trabalho da subcomissão e partidizar o pacote autárquico.

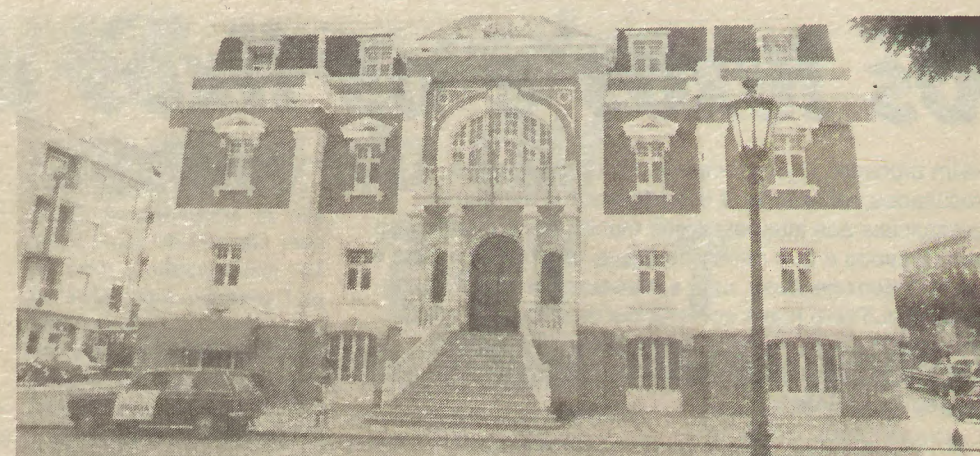
Um pacote que, com a aprovação da Câmara, contemplou a criação de vinte e cinco novas freguesias e elevou à categoria de vilas 24 povoações.

Promoções administrativas que se ficaram a dever em

larga medida, pese embora as tentativas da maioria para as impedir, à persistência e às justas reclamações dos eleitos das autarquias e suas populações em geral e em particular, como assinalou Cláudio Percheiro, aos eleitores e população de Pedroso, no concelho de Vila Nova de Gaia.

49 promoções

Diã, Cacia, Vila Chã de São Roque, Eixo, S. João de Ver, Mozelos, Branca (no distrito de Aveiro); Pias (Beja); Forjães (Braga); Torre de D. Chama (Bragança); Paão, S. João do Campo, Alhadas (Coimbra); Paúl, Aldeia do Carvalho (Castelo Branco); Paranhos da Beira, Loriga (Guarda); Forte da Casa, Pêro Pinheiro (Lisboa); S. Vicente de Alfena, S. Pedro da Cova, Fânzeres, Pedroso, (Porto); Amora (Setúbal), constituem as povoações que em resultado da votação na Assembleia da República foram elevadas à categoria de vila.



A exemplo do que sucedeu com Alverca, Ermesinde, Felgueiras, Odiveias e Valongo, a vila de Loures (na foto) vai ainda ter de aguardar por mais algum tempo até ver o seu estatuto elevado à categoria de cidade

Quando às novas freguesias elas são as seguintes: N.ª Senhora de Ó de Aguiar, Dornelas (Aveiro); Luzianes-Gare, Zambujeira do Mar (Beja); Fradelos (Braga); Enxames, Cantar-Galo (Castelo Branco); Borja do Campo (Coimbra); Ilha, Chainça, Usseira, Carreira, Montes (Leiria); Olival de Basto, Ribafria, St.ª António dos Cavaleiros, Prior Velho, Bobadela, Ramada, Famões (Lisboa); Ribeira do Farrio, Assentiz (Santarém); Atonsoeiro, Comporta (Setúbal); Cortes (Viana do Castelo).

Urgem as medidas de apoio às escolas isoladas e aos professores deslocados

Motivo de preocupação para a generalidade dos portugueses, os problemas das escolas e do ensino voltaram a concitar as atenções da Assembleia, numa das sessões plenárias da semana finda. Em destaque estiveram sobretudo a adopção de medidas de apoio às escolas isoladas e aos professores deslocados, matéria que constituiu o miolo de um projecto de lei da iniciativa da bancada socialista.

António Barreto, na abertura do debate, tratou de dar o mote ao enunciar, entre os propósitos que moveram o seu partido na elaboração do presente diploma, a necessidade de que «haja mais solidariedade nacional relativamente à escola. Que o orçamento cresça. Que os professores sejam mais motivados para os sacrifícios que se lhes exige. Que haja menos desigualdade entre escolas ricas e escolas pobres; entre escolas do litoral e escolas do interior, da montanha ou das

ilhas. Que não falte material pedagógico, nem recintos de desportos, nem um local aquecido, nem um simples bar ou cantina em grande parte das escolas portuguesas».

Provenientes da totalidade dos restantes partidos da oposição, as reacções de apoio a estes objectivos não se fizeram naturalmente esperar. O próprio diagnóstico quanto à situação e natureza dos problemas acabou por merecer também um largo consenso entre os partidos de oposição, sendo opinião geral que o diploma em apreço constituía uma base de trabalho aceitável.

Problemas que radicam em larga escala na existência de gravíssimas assimetrias regionais e de níveis muito desiguais do desenvolvimento em diversas zonas do País. A deputada comunista Lourdes Hespagnol começou justamente por pôr na sua intervenção o acento tónico neste aspecto ao lembrar que se a escola pode desempenhar uma importante missão no desenvolvimento do meio, a verdade é que o seu sucesso «está fortemente condicionado pelas condições que são criadas ou negadas às diferentes regiões».

Daí que, a seu ver, o processo de Regionalização assumia uma importância decisiva na alteração do quadro actual, uma vez que, frisou, só ele poderá «encontrar as soluções de fundo» que permitam dar resposta satisfatória aos problemas.

Detendo-se na questão concreta das escolas isola-

das, Lourdes Hespagnol defendeu a ideia de que tais escolas existem quer no mundo rural quer no mundo urbano, tese que o deputado Barbosa da Costa (PRD) compartilhou quando salientou que é igualmente preciso encarar o isolamento urbano, com as suas escolas superlotadas mas onde «há tanta gente com gente, tanta gente sozinha».

Explicitando melhor o seu ponto de vista, a deputada comunista adiantou que embora a escola do meio rural tenha «mais tendência ao isolamento devido a factores de localização geográfica, dispersão da população, tipo de actividade rural», não deixa de ser verdade que também na escola urbana, e fundamentalmente

nos grandes centros, é possível encontrar escolas «profundamente isoladas, autênticos ghettos» que se apresentam, sublinhou, como «exemplos paradigmáticos de falta de inserção social numa comunidade e de violências culturais desadaptadas a padrões cultural e geograficamente definidos».

Nessa medida, observou, colocar a tónica do isolamento apenas em termos geográficos é «ter uma visão reduzida do problema, esquecendo designadamente que para o isolamento também contribuem outros factos como sejam as condições sociais, económicas, culturais, etc.».

«Tais escolas são, em si

próprias — sublinhou a propósito Lourdes Hespagnol — factores de insucesso e de abandono escolar, coincidindo com zonas onde é mais gritante o recurso ao trabalho infantil, onde são mais graves os problemas de deslocação, onde escasseiam os incentivos para o trabalho docente de qualidade».

Perspectivando a resolução destes problemas num



Dois pesos e duas medidas no apoio aos deficientes

Ao abrigo do regime de isenções fiscais, os limites máximos de cilindrada dos veículos a importar por deficientes passam a ser de 1600 cc nos automóveis a gasolina e de 1750 cc nos a gasóleo.

Por termo aos alegados abusos que neste domínio vinham sendo cometidos na compra de veículos considerados de «luxo» constitui o motivo principal da proposta de autorização legislativa que estabelece aqueles novos valores, aprovada por unanimidade pela Câmara.

Apesar do seu voto favorável, o Grupo Parlamentar do PCP fez alguns reparos ao conteúdo do diploma, desig-

nadamente quanto a algumas restrições nele contidas sobre a acessibilidade e imobilidade dos cidadãos portadores de deficiência.

O deputado comunista Manuel Filipe defendeu nomeadamente a manutenção da cilindrada de 2500 cc para veículos a isentar, porquanto, disse, «um automóvel pequeno restringe o espaço para o condutor», respectiva família e cadeira de rodas, sem esquecer, simultaneamente, que são já hoje «raros» os veículos a gasóleo com pequenas cilindradas.

Considerando que a acessibilidade e mobilidade para os deficientes «não residem apenas na facilidade de aquisição de veículos motoriza-

dos», Manuel Filipe chamou ainda a atenção dos deputados para a necessidade de regulamentação da Lei de Bases de Prevenção e Reabilitação de pessoas portadoras de deficiência, nomeadamente no que se refere à eliminação prevista das barreiras arquitectónicas, adaptação e aumento do número de transportes públicos para deficientes e melhoramento das condições de trânsito, com implementação de mais parques reservados.

Na mesma ocasião, o deputado comunista manifestou o repúdio da sua bancada pelo conteúdo da portaria n.º 403-A/89 de 6 de Junho, a qual, do seu ponto de vista, vem diferenciar o apoio às

instituições lucrativas e não lucrativas do Ensino Especial.

Evidenciando dois pesos e duas medidas, o Governo veio com efeito estabelecer para os colégios em condições de semi-internato com fins lucrativos uma verba de 30 621\$00, enquanto as CERCIs recebem apenas 12 397\$00, ou seja, menos de metade do que recebem os colégios.

«Com o pirilampo mágico a demagogia do Governo veio ao de cima, afirmando-se sensível para com os problemas das cooperativas. Agora, na portaria, já não apoia as CERCIs, apoia quem tem lucro com a deficiência», observou, a propósito, Manuel Filipe.

Poder Local

Os luxos e os lixos da Lipor

«Um processo muito complexo e duvidoso, cujos resultados poderão vir a ser altamente gravosos e prejudiciais aos interesses dos municípios e populações interessados e que não pode deixar de colocar muitas e sérias interrogações», esta a preocupação manifestada pela CDU/Porto numa conferência de imprensa em que analisou o conjunto de problemas que se vivem na LIPOR, empresa intermunicipal de tratamento dos lixos da região do Porto.

Armando Pimenta, do conselho Administrativo da LIPOR e vereador da CM de Gondomar, e Eduardo Ferreira, da Assembleia Intermunicipal da LIPOR e vereadora da CM de Valongo, fizeram o ponto da situação.

A resolução dos graves problemas levantados pela necessidade do tratamento final dos lixos da região do Porto levou à constituição, há mais de dez anos, duma Associação de Municípios, congregando os esforços dos concelhos do Porto, Espinho, Gondomar, Maia e Valongo. «Num acto de gestão já na

altura discutível», afirma a CDU, a referida Associação comprou (com o apoio da Secretaria de Estado do Ambiente) as instalações altamente degradadas duma empresa produtora de adubo orgânico (a partir da transformação de parte dos lixos produzidos na zona), que acumulou problemas gravíssimos no que se refere a aterros, desprotegendo o meio ambiente e originando prejuízos elevados à população de Ermesinde e Rio Tinto.

Verbas avultadas foram então dispendidas pelos municípios na reparação dos

equipamentos, tendo sido construída uma efectiva Estação de Tratamento de Lixos, com capacidade para tratar 180 toneladas/dia. O facto de os Concelhos associados terem passado a recolher cerca de 400 toneladas/dia (aumento que se deve à melhoria significativa dos serviços, nomeadamente no Porto, Gondomar e Valongo) obrigou à instalação de uma segunda linha de tratamento de lixos com capacidade superior, medidas que contaram desde o início com o apoio e o trabalho dos vereadores da CDU no Conselho Administrativo da LIPOR.

Com a continuação do aumento da recolha dos lixos na região entretanto verificado, a LIPOR recebe um excedente diário de 250 toneladas que, na opinião da CDU, é razão suficiente para a abertura de uma nova linha de tratamento, idêntica à segunda, que por si só resolve-

ria o problema com um custo máximo de 300 mil contos. Foi, pois, «com espanto e preocupação» que os vereadores da CDU foram confrontados com a proposta de alargamento da Associação a mais dois municípios (Vila do Conde e Matosinhos), ou seja, a LIPOR passaria a receber ainda mais 200 toneladas/dia de lixo, quando já não conseguia tratar totalmente o dos restantes municípios. Tudo se desvendou entretanto: com este pretexto, a maioria do Conselho Administrativo passou a defender, não já a construção de uma nova linha idêntica à anterior, mas uma nova Estação de Tratamento de Lixos, em Matosinhos, com custo não de 300 mil contos mas com o custo estimado entre 2 a 6 milhões de contos!

Durante dois anos membros do Conselho Administrativo da LIPOR (com excepção dos vereadores da CDU que se recusaram a partici-

par) realizaram mais de 20 viagens a numerosos países da Europa e da América, por conta de empresas vendedoras de equipamentos, potenciais adjudicatárias de uma obra de tão elevado custo. Ao mesmo tempo que considerava «de grande interesse o conhecimento das experiências e o contacto com novos sistemas e tecnologias», a CDU alerta porém para a necessidade de «esse contacto dever ser planificado com rigor, sempre por iniciativa das autarquias e das Associações de Municípios, pagos por estas porque são do interesse destas, e nunca realizado por iniciativa e com despesas pagas por quem quer vender um serviço e/ou equipamento». «Este procedimento, prossegue a CDU, é inaceitável e susceptível de pôr em causa a isenção e transparência de decisões da administração da LIPOR ou do sentido do voto de alguns dos seus membros».

Ao fim destes anos o Conselho de Administração da LIPOR, «mostrando que nada aprendeu nas tais viagens», decidiu abrir um concurso de acessoria técnica visando a elaboração do caderno de encargos, realização do concurso, fiscalização da obra e elaboração de um relatório para servir de base à decisão de adjudicação do Conselho Administrativo.

Tudo isto abre caminho a «um processo muito complexo e duvidoso» que os eleitos da CDU no Conselho Administrativo e na Assembleia Intermunicipal da LIPOR se propõem continuar a denunciar a cada momento, continuando «a trabalhar e a lutar nestes órgãos dentro dos princípios que sempre nortearam a CDU — pela transparência da gestão, contra o compadrio e a corrupção, por soluções técnicas avançadas ao serviço de uma política virada para a resolução dos problemas da população».

Flores

O buraco da bomba

Está em curso a instalação, em Santa Cruz das Flores, na Região Autónoma dos Açores, de uma bomba e depósito de combustíveis, no centro da vila e junto à vedação da pista do aeroporto. A comissão CDU local não só manifestou a sua discordância, em relação à obra, como invocou mesmo ilegalidades flagrantes no processo respectivo.

Situada numa zona de servidão aeronáutica conforme definido em lei, tal instalação levanta, além do mais, sérios problemas de segurança.

Em consonância com a gravidade da situação, o vogal da CDU na Assembleia Municipal de Santa Cruz, Francisco Corvelo, apresentou um voto de protesto, aprovado por unanimidade por aquele órgão autárquico e que passamos a transcrever.

«Na penúltima sessão desta Assembleia, aos 24 de Fevereiro do corrente ano, todas as bancadas manifestaram discordância em relação à projectada instalação de uma bomba e depósito de combustíveis na R. Fernando Mendonça, junto à vedação da pista do aeroporto.

Tal localização para além do péssimo enquadramento que representa, situa-se além do mais numa servidão aero-

náutica, conforme descrito no decreto-lei 45 987 de 64 e, como tal, sujeita aos condicionamentos daí resultantes, previstos nos artigos 4 e 9 do mesmo decreto-lei.

«No caso vertente verificou-se, conforme documentos cedidos pela Câmara Municipal a solicitação de competente requerimento, que esta não só manifestou a sua autorização e fez até diligências junto de responsáveis da ANA (EP) (Empresa Exploradora do Espaço Aéreo Nacional e Aeroportos, e não autoridade fiscalizadora competente) no sentido da localização pretendida, como o fez sem base no competente e indispensável projecto.

Para além do mais comprometeu-se a Câmara Municipal, através do seu presidente, reexaminar a sua posição neste caso, levando em linha de conta as três hipóteses de localização na altura avançadas pela Assembleia Municipal (89/04/24).

«Nestes moldes, a assembleia municipal de Santa Cruz das Flores, reunida em plenário a 16 de Junho de 1989, decide:

1. Protestar veementemente pelo facto da Câmara Municipal, à revelia e contra a opinião expressa por esta Assembleia, ter iniciado as obras em causa.

2. Recomendar à Câmara Municipal a imediata suspensão das obras.

3. Levantar ao conhecimento do Ex.^{mo} Sr. Director Geral da Aviação Civil, autoridade competente para o licenciamento de tais obras, a sua posição sobre o assunto.

4. Condenar o facto de, a uma empresa com fins lucrativos estar a Câmara Municipal e outras entidades públicas a colocar à sua disposição, terrenos, equipamentos e mão-de-obra, em detrimento das populações que por princípio deveria estar a servir.

Montijo



Montijo (edifício dos Paços do Concelho). A coligação PS/PSD transformou-se numa «zanga de comadres» que deixa à vista o real desprezo desta aliança pelos interesses do município

Zangam-se as comadres na coligação PS/PSD

Como se sabe, a Câmara Municipal do Montijo (ainda) tem uma gestão PS/PSD resultante da conhecida tática do Partido Socialista de combater a direita aliando-se a ela.

O negócio não rendeu grande coisa, para além do afastamento conjuntural e *in limine* da CDU da presidência do município, num Concelho onde sempre foi maioritária. Naturalmente quem saiu mais penalizado foi o próprio Concelho e a sua população, a partir daí fustigados por um estendal de incompetências que já abriram feridas e deixaram marcas no município.

Mas há uma novidade, embora não propriamente uma surpresa, neste cadinho de contradições injungido no Montijo pelo anticomunismo militante: as comadres feitas à pressa zangaram-se e andam a brandir em público a sua peculiar filosofia autárquica, demitindo-se uns aos outros em golpaças que estão a transformar os órgãos autárquicos da Câmara do Montijo numa zaragata de bairro.

Segundo relato da CDU lo-

cal, em 28 de Abril passado surgiu inesperadamente, em reunião da Assembleia Municipal, o pedido de demissão dos 1.º e 2.º secretários da mesa do órgão (dominada pela coligação PS/PSD), numa altura em que se avolumava o contencioso, a propósito do complexo de piscinas, entre o coordenador concelhio do PS, José Bastos, e o seu correligionário Primo Jaleco, actual presidente do executivo camarário, tendo por pano de fundo a ambição do primeiro em desalojar o segundo da presidência.

Em recente reunião da Assembleia Municipal e para espanto da sala cheia que assistia aos trabalhos, «a bancada maioritária, sem considerandos dignos desse nome, instava o presidente da Assembleia Municipal — conhecido construtor civil do PSD, Rogério Neves — a demitir-se, descobrindo-se que a demissão de 28 de Abril não passava de pretexto institucionalizado para um ajuste de contas infra-coligação (e intra-PSD). Como, patética-

mente, Rogério Neves não se demitia, vociferando e ameaçando, amaldiçoando gentes do seu partido e aludindo a combinações aberrantes na e da coligação, esta não esteve com meias-dúzias: passou à votação «ultra»-democrática, e antes de substituir os 1.º e 2.º secretários, substituiu o próprio Rogério Neves... por um dos secretários a substituir em seguida, iminência parda social-democrática daquela terra».

Segundo a CDU, tratou-se tão somente de «mais um exemplo do terrorismo de cariz institucional a que Cavaco Silva já habituou o seu partido e as suas hostes, sem conseguir habituar o povo e o País sem contestação e oposição».

«Coisa mais bonita» aconteceu a uma pretensa moção do PSD/PS «deitando abaixo a China e todos os países socialistas sem excepção», conclui a nota da CDU local: «tão execravelmente estava redigida, que a simples barreira da CDU (em minoria) bastou para que fosse retirada como moção a votar».

Proposta de Rui Godinho

Defendam o Tivoli!

Rui Godinho, candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, apresentou no início desta semana em sessão de Câmara uma proposta de classificação do edifício do cineteatro Tivoli como imóvel de interesse público, considerando igualmente que, «para além da aprovação da proposta da CML, será necessário desenvolver um grande movimento de opinião» para preservar o Tivoli, no quadro de uma Avenida da Liberdade já sujeita a tantas acções de descaracterização.

O candidato da CDU à presidência da Câmara apelou para que se integrem neste movimento de opinião personalidades e instituições de relevo na cidade de Lisboa, com representantes de todas as forças políticas, associação de arquitectos portugueses, associações de defesa do património, associações ecologistas e de defesa do ambiente, sindicatos, em particular dos trabalhadores de espectáculos, comerciantes e empregados desta zona da cidade, cineastas, actores, intelectuais, homens e mulheres de todas as profissões do teatro, e, em geral, todos os que amam Lisboa e que pretendem ver ao abrigo de actuações de liquidação do seu património e memória colectiva, como é o caso indiscutível do edifício do cinema Tivoli.

Nacional

Barqueiros

Solidariedade com a população

1. Condenando firmemente as acções repressivas desencadeadas contra a população de Barqueiros, de que resultaram a perda de uma vida humana, o PCP salienta que os dramáticos acontecimentos registados naquela localidade são em si mesmo um veemente testemunho de que o recurso pelo Governo do PSD à repressão — agravada por chocantes aspectos de violência absurda e desproporcionada —, longe de atenuar ou apaziguar con-

tos, conduz directamente ao seu agravamento e agudização.

2. O PCP considera inteiramente compreensíveis e merecedoras de apoio as principais reivindicações da população de Barqueiros no sentido da retirada imediata da GNR da freguesia, de se pôr termo à exploração de caulino no centro daquela freguesia e da reparação dos danos causados pela intervenção das forças de segurança.

3. O PCP chama a atenção da opinião pública e das instituições democráticas para que a facilidade e irresponsabilidade com que o Governo do PSD envereda por processos repressivos são uma clara demonstração da sua incapacidade de observar e respeitar princípios e regras essenciais à vida democrática do País.

28.6.89

O Secretariado do Comité Central do PCP



Concentração frente ao ME, em Dezembro último, uma das diversas acções dos futuros assistentes sociais em luta pelo reconhecimento do grau de licenciatura do curso que frequentam durante cinco anos

Governo atrasa licenciatura no Serviço Social

«Portugal atrasa o reconhecimento da licenciatura em Serviço Social, enquanto os assistentes sociais portugueses têm esse reconhecimento a nível europeu» — denuncia a associação de estudantes do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.

Esta associação promoveu na semana passada, na reitoria da universidade católica, uma conferência de imprensa, integrada nas acções dos estudantes pelo reconhecimento do curso de serviço social como licenciatura e na qual participaram professores, nomeadamente com responsabilidades na gestão, e alunos dos três institutos superiores de serviço social actualmente em funcionamento (Lisboa, Porto e Coimbra) e assistentes sociais.

Numa informação da AE do ISSSL recorda-se que o grau de licenciatura dos cursos de serviço social ministrados em Portugal foi já reconhecido por vários estabelecimentos de ensino superior a nível internacional, nomeadamente as universidades de Munique, Michigan, Minneso-

ta e a Universidade Católica de São Paulo.

A Federação Internacional dos Assistentes Sociais — informa a associação de estudantes — também se pronunciou favoravelmente e solicitou ao Ministério da Avenida 5 de Outubro o reconhecimento do grau de licenciatura «para quem em 1992 os assistentes sociais portugueses não tenham de se confrontar com outros colegas de Estados membros da Comunidade Europeia numa posição de desvantagem».

A AE do ISSSL sublinha que há estudantes nesta altura a concluir o 4.º ano e que vão iniciar o 5.º sem saber o grau académico que lhes será atribuído. Constatou ainda que, sendo o serviço social um curso ministrado só a nível particular, os futuros assistentes sociais — 90% dos quais trabalharão na função pública — têm que pagar actualmente 12 contos por mês pela sua formação. A tudo isto «o Governo mostra-se alheio» — diz a associação de estudantes.

JCP quer esclarecer contas do CNJ

? + ? = ?

A Juventude Comunista Portuguesa denunciou na semana passada o facto de ainda não terem sido apresentadas em Assembleia Geral as contas de 1987 pela direcção do Conselho Nacional de Juventude. Paula Coelho e Rui Salgado afirmaram aos jornalistas que «faltam justificar centenas de contos de despesas» e manifestaram o empenhamento da JCP em contribuir para o esclarecimento de «uma situação ainda irregular na vida do CNJ, que poderá afectar o seu prestígio».

A JCP, aguardando o resultado desta Assembleia Geral, «reserva-se o direito de propor outras medidas no sentido do esclarecimento das contas de 1987 e apuramento de responsabilidades». «Não vamos ficar quietos» — sublinhou Paula Coelho.

Em 21 de Fevereiro de 1988 a AG do CNJ aprovou o relatório de actividades da direcção cessante e elegeu um novo órgão directivo. Na altura não foram apresentadas as contas do exercício de 1987, nem o parecer respectivo do conselho fiscal. Houve, contudo, o compromisso do presidente da direcção (António José Seguro, reeleito) de apresentar a documentação em falta até dali a um mês.

A 16 de Maio de 1988, ainda sem as contas de 1987 esclarecidas, foi apresentado à AG um orçamento do CNJ para 1988, que teve a opinião e o voto contra a JCP, por esta entender que o projecto não assentava em análise e elementos rigorosos do exercício financeiro anterior.

Em Janeiro de 1989 voltou a reunir a Assembleia Geral do CNJ, as contas continuaram por esclarecer, o presidente voltou a comprometer-se a pôr tudo em ordem até à AG seguinte.

Será desta?

Durante este mês, embora ainda sem data definida, deverá realizar-se nova Assembleia Geral do CNJ. Na conferência de imprensa, Paula Coelho (do secretariado da JCP) e Rui Salgado (representante dos jovens comunistas da AG do CNJ) afirmaram que a JCP tem conhecimento da não alteração da situação; aliás, esta seria a causa dos sucessivos adiamentos da reunião da AG, que deveria ter periodicidade trimestral.

Perante tal quadro, a JCP — numa nota do seu secretariado distribuída na conferência de imprensa — considera essencial que na Assembleia Geral de Julho seja dada uma informação precisa sobre os meios e recursos investidos no esclarecimento das contas e que sejam fornecidos todos os dados que permitam uma visão clara da situação por todas as organizações que fazem parte do CNJ, criando assim condições para que a AG possa decidir da forma mais correcta.



A participação dos jovens na campanha e nas eleições foi considerada bastante positiva pela JCP

Juventude e eleições

Os resultados das eleições de 18 de Junho são «um reflexo do descontentamento dos jovens pela política de desemprego, insucesso escolar, insegurança no trabalho que o actual Governo tem vindo a realizar» — afirma o secretariado da Direcção Nacional da JCP numa nota de imprensa divulgada após a sua reunião de 25 de Junho.

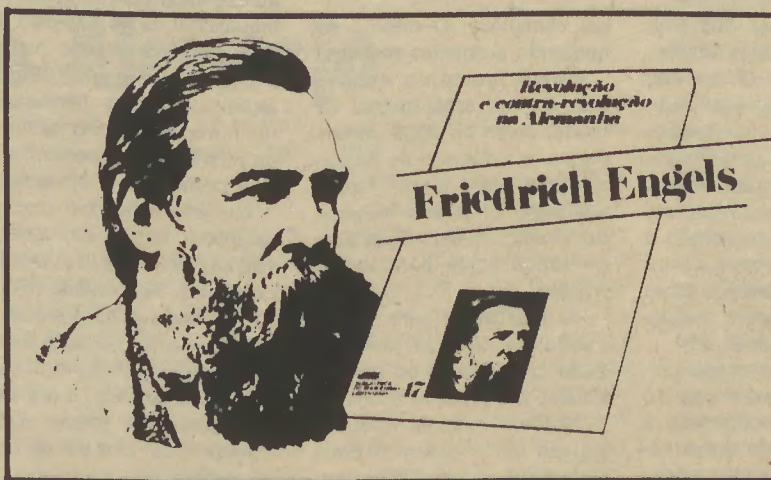
A apreciação segue-se a uma reunião do executivo da DN e será aprofundada no fim-de-semana de 15 e 16 de Julho por toda a Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa.

Na nota do secretariado da JCP afirma-se que «não se confirmou o apelo feito pela JSD ao voto dos jovens» e considera-se «bastante positivo o interesse demonstrado pelos jovens na campanha e mesmo pelo seu exercício de voto», registando a JCP que «em várias mesas de novos eleitores a percentagem de abstenção é inferior ao total nacional».

«A participação da juventude na campanha eleitoral da CDU foi de longe superior à da participação de jovens noutras forças políticas, destacando-se nessa participação a capacidade mobilizadora da JCP» — afirma o secretariado.

Na nota expressa-se ainda «regozijo» pela participação de uma delegação portuguesa no 13.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, a decorrer em Pyon-Yang até dia 8; a JCP lamenta que uma delegação de jovens sulcoreanos tenha sido impedida pelas autoridades do seu país de participar no festival.

Depois de analisar a situação em Barqueiros, o secretariado da DN da JCP decidiu expressar a sua «profunda indignação pela actuação brutal da GNR a mando do Governo», o seu «mais sentido pesar e a sua maior indignação pelo assassinio do jovem Carlos» e a sua «solidariedade com os jovens e a população» daquela aldeia.



Revolução e contra-revolução na Alemanha

Um clássico do marxismo, rigorosamente traduzido e anotado. O balanço da revolução de 1848-1849, com base no materialismo histórico em que se desenvolvem os princípios tácticos da luta revolucionária do proletariado.

edições Avante!

Internacional

Grécia

Comunistas no governo

A situação política gerada na Grécia pelos resultados das eleições legislativas, realizadas em simultâneo com as eleições para o Parlamento Europeu, teve agora um desenvolvimento significativo.

A Coligação de Esquerda e do Progresso, de que a força determinante é o Partido Comunista da Grécia, chegou a um acordo com a Nova Democracia (conservadores), para constituição de um gabinete, possivelmente por três meses, presidido por Tzannis Tzannetakis, personalidade perseguida quando do domínio da Junta dos Coronéis fascistas na Grécia.

Este gabinete destina-se, no fundamental, a criar as condições para combater a corrupção, em que o PASOK (socialistas) se encontra verdadeiramente afundado. Os dois lugares atribuídos aos comunistas neste governo são o do Interior e da Justiça.

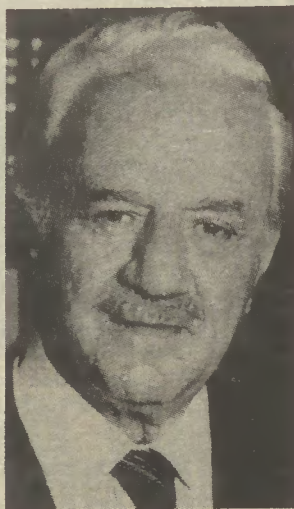
Esta nova situação política vem na sequência de sucessivas tentativas, goradas, de formação de governo, primeira pela Nova Democracia e depois pelo PASOK. A solução de momento encontrada surge quando o secretário-geral do PCG, Florakis, foi encarregado de formar governo.

Recorde-se que, nas eleições de 18 de Junho, os comunistas gregos obtiveram 13 por cento dos votos, a que, mercê de uma lei que favorece de forma acentuada os dois partidos mais votados, correspondem 28 deputados no conjunto de 300 lugares do Parlamento. Esta situação coloca os comunistas numa posição privilegiada na elaboração de acordos e alianças entre as diferentes forças políticas.

A situação socioeconómica

O actual quadro político grego, não tem a ver apenas com a sucessão de escândalos em que o PASOK se envolveu. Esse é apenas parte e sintoma de problemas mais profundos. A verdade é que, desde que o socialista Papandreu assumiu o poder, em 1981, o desemprego agravou-se, atingindo actualmente 10% da população. A protecção social sofreu os cortes da «austeridade». Os salários diminuíram em 16%. As rendas de casa aumentaram radicalmente, consumindo, em Atenas, de 50% a 70% do salário médio de um empregado.

Sectores importantes da



Harislaos Florakis, secretário-geral do Partido Comunista da Grécia

economia nacional sofreram profunda degradação, como é o caso dos estaleiros navais de Chalkia, a siderurgia de Volos, ou a empresa de material eléctrico, Kim, em Salónica.

Actualmente, a Grécia é o país mais endividado da Europa capitalista.

Em paralelo à degradação da situação socioeconómica, desenvolveram-se importantes lutas dos trabalhadores, tocando praticamente todos os sectores profissionais. Na greve geral de 24 horas, realizada em Março passado, convocada pela maior central sindical do país, a CGTG, participaram cerca de dois milhões de trabalhadores.

Entre as reivindicações avançadas, salientam-se — os aumentos salariais prometidos pelo governo, a semana de 37,5 horas, cinco semanas de férias, a criação de creches, a assinatura de convenções colectivas nacionais, tanto da parte do patronato como da parte do governo.

Um ponto alto de uma acção reivindicativa que tem sido sistemática, e em que os comunistas desempenham um importante papel.

URSS

Gorbatchov alerta para perigos de conflitos inter-étnicos

Da «solução correcta» da questão das nacionalidades e dos conflitos étnicos depende, em grande medida, a «tranquilidade e prosperidade da população, o futuro da perestroika e mesmo o destino e integridade» da União Soviética. Este o alerta lançado por Gorbatchov, em recente intervenção na televisão soviética.

Afirmando ser seu dever «advertir contra o perigo crescente do agravamento das relações inter-étnicas e as suas consequências para a sociedade, cada família e cada pessoa», o presidente do Soviete Supremo alertou: «os apelos irresponsáveis, a instigação política, a aposta na contraposição artificial e o confronto de interesses, o desalojamento de umas nações por outras, os apelos e acções deste género, podem levar a uma tragédia comum».

Para travar o passo a tais desenvolvimentos dramáticos (já muita gente morreu nestes confrontos), foram anunciadas «as medidas mais enérgicas» contra quem fomenta os confrontos étnicos, exorte à revisão de fronteiras ou ao desalojamento das minorias.

Mas esta é apenas uma parte — imediata — de reacção a uma situação que assume contornos perigosos.

A resposta de fundo aos graves problemas actuais passa por «analisar tudo profundamente», sanear as relações entre grupos étnicos e

«eliminar as causas dos problemas surgidos».

Para Gorbatchov «os problemas étnicos e os decorrentes do marasmo económico» entrelaçam-se «num forte nó de contradições», que tem também a ver com muitas das violentas soluções do passado.

Mas na perspectiva do futuro, «as respostas a todas estas questões» não passam pela «destruição da unidade, mas sim por uma significativa renovação da federação, a fim de lhe dar o segundo fôlego e concretizar plenamente os princípios colocados por Lénine na fundação da União

das Repúblicas Socialistas Soviéticas».

Os conflitos e os problemas acumulados

Sucedem-se os nomes de cidades, regiões, Repúblicas, onde estalam dolorosos e por vezes dramáticos conflitos étnicos. Fergana, no Uzbequistão ocidental, Tadjiquistão. Kazaquistão. Nagorni Karabak. Moldávia.

Sem dúvida que, de par dos problemas muito reais, há o seu aproveitamento, mesmo criminoso. De par de exigências sentidas de uma maior autonomia, se desenvolvem esforços para desmembrar a União Soviética.

Mas o caminho que se pretende trilhar, pela maioria das populações da URSS, é claro — preservar a unidade, e o que de conquistas positivas se foi concretizando, corrigir o que de negativo se gerou (ou impôs), caldo de cultura dos problemas, protestos (e cínicos aproveitamentos) actuais.

Gorbatchov dizia no seu livro, a «Perestroika»: «A destruição provoca conflitos e por vezes confrontos violentos

entre o velho e o novo (...). Os que se encontram no caminho oferecem uma resistência (...). A atmosfera da nossa sociedade tornou-se realmente mais tensa à medida que se faziam sentir mais profundamente os efeitos da perestroika».

Esse um factor que também terá o seu peso no agravamento — e explosão — dos problemas de nacionalidades. Mas outros factores contam. Em Fergana, por exemplo, os mortos foram vítimas de actos criminosos de fundamentalistas islâmicos. Tanto as razões profundas como as causas próximas estarão longe de ser unívocas. E de par de problemas históricos, socioeconómicos, culturais — com grande e legítimo peso — há a própria realidade de uma União de povos que já viveu muita história em comum, e se manteve unida também, porque apesar das suas trágicas vicissitudes o socialismo soviético trouxe muito aos povos que o compõem.

Trata-se hoje de dar um outro salto em frente. De refundir a União, adquirindo neste processo novas qualidades. O que, como os factos o testemunham, está bem longe de ser tarefa fácil.

EUA, que direitos humanos?

Admitida execução de menores e de doentes mentais

Por este nosso mundo diversificado pode haver — e há de facto — diferentes concepções de direitos humanos, muito embora se registem tendências para universalização de alguns conceitos, como está aliás consagrado na própria carta dos direitos humanos na ONU.

Mas dificilmente se pode conceber que, de entre tais concepções, alguma se possa afirmar compatível com a execução — legal — de menores e de doentes mentais.

E no entanto é essa a recente decisão do Supremo Tribunal dos Estados Unidos, que (por cinco votos contra quatro) considerou constitucional a execução das penas de morte, nessas circunstâncias.

As decisões do Supremo Tribunal nos Estados Unidos, têm força de lei. O que não acontece na generalidade dos países com instituições políticas representativas, onde apenas órgãos eleitos detêm tal poder. A actual constituição daquele órgão é de uma ultraconservadora maioria — estabelecida a seu tempo por Reagan, e adoptada pelo presidente Bush.

A lei agora aprovada permite que, a partir dos 16 anos, qualquer condenado à morte por alegado crime cometido ainda criança, possa

ser executado. O mesmo se aplicando a doentes mentais.

Neste momento encontram-se nas antecâmaras da morte, cerca de 2200 condenados, e a decisão do Supremo pode levar a uma rápida execução 27 jovens menores de 18 anos, à espera de atingir idade limite para serem mortos...

A autorização para a execução de doentes mentais, pode atingir cerca de um terço dos condenados à morte.

Note-se que, de entre os países que mantêm a pena de morte, e segundo infor-

mações citadas pela Amnistia Internacional, só é permitida a execução de menores no Bangladesh, Paquistão, Iraque, Irão e Barbados.

Acresce ainda que as sentenças de pena de morte nos EUA (e aqui tão pouco estamos a discutir a própria pena de morte) assumem um carácter marcadamente racista.

Racista e arbitrário

Segundo um documento apresentado pela Amnistia Internacional na 44.ª sessão da Comissão de direitos humanos, realizada em 1988, o sistema judicial e penitenciário norte-americano assume um carácter claramente racista e politicamente arbitrário.

De acordo com o mesmo relatório, nunca em toda a história dos Estados Unidos houve um tão elevado número de condenados à morte. A maioria destas pessoas esperaram longos períodos antes de serem executados, e em muitos casos nem sequer a sua culpabilidade fora devidamente comprovada.

Os negros em particular, e também pessoas de origem latino-americana, constituem, de forma clara, o maior contingente de condenados à morte.

A actual decisão do Supremo Tribunal dos EUA, levantou protestos. As associações contra a pena de morte qualificaram a sentença de «acto de barbárie». A Amnistia Internacional sublinhou que a execução de menores «vai contra os tratados internacionais que o proíbem, assinados, mas não ratificados, pelos Estados Unidos; a Convenção Americana dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos».

São particularmente significativas as palavras do arcebispo de Lecce, em Itália, que comentou que «o facto de se ter apenas imaginado que se pode mandar para a morte crianças e doentes mentais dá a dimensão exacta da situação de degradação moral a que se chegou na sociedade norte-americana».

À venda

PROGRAMA

PCP

ESTATUTOS

Internacional

Afeganistão

Najibullah propõe coligação ampla

O presidente do Afeganistão, Najibullah, em entrevista recentemente concedida a uma agência noticiosa, reafirmou a sua intenção de formar um governo provisório de coligação ampla, que deveria incluir o Partido Democrático Popular do Afeganistão — PDPA — e a oposição.

Estas forças, sublinhou Najibullah, deveriam encarar a concretização de um cessar-fogo como passo importante para a constituição de um tal governo de coligação, antecedendo a elaboração de uma nova Constituição para o país e a realização de eleições.

Na mesma entrevista, o presidente afegão apelou ainda à União Soviética e aos Estados Unidos para que no decurso das consultas que vêm mantendo «elaborem uma fórmula capaz de encorajar os rebeldes a entabular negociações pacíficas».

É de salientar como demonstrativo das intenções das autoridades do Afeganistão de encontrar uma solução política para o conflito no país, que tal oferta de um cessar-fogo é reiterada numa altura em que a situação de guerra se torna cada vez mais favorável ao governo, numa altura em que aumenta o número de chefes de for-

mações armadas rebeldes que, ou encetam conversações com as autoridades, ou cessam as acções de combate.

Por outro lado, vem também aumentando o número de choques entre grupos pertencentes a diferentes organizações da «Aliança dos Sete», ao mesmo tempo que se reforça a unidade do PDPA, e que o exército afegão evidencia grande combatividade.

O irrealismo dos EUA

Abdul Wakil, ministro dos Negócios Estrangeiros do Afeganistão, considerou irrea-

listas as declarações de porta-vozes norte-americanos, sobre as vias de resolução da questão afegã por meios políticos, proferidas no final da visita da primeira-ministra paquistanesa Benazir Bhutto, a Washington.

De acordo com aquelas declarações, os Estados Unidos e o Paquistão pretendem a destituição do governo afegão e a formação daquilo a que chamam de «governo tecnocrata neutro», que teria a incumbência de negociar com a oposição a formação de uma coligação ampla.

O ministro afegão recordou, a propósito, que em dez anos os grupos da oposição não conseguiram sequer encontrar uma linguagem comum, e que se agudizam dia-a-dia as contradições entre eles. Em tais circunstâncias — interrogou-se Abdul Wakil — «como poderiam esses grupos dividir o poder e manter a paz, com um governo sem base e sem apoio»?

Não obstante os apelos à regularização política do conflito, a administração norte-

-americana demonstra pela prática que não quer a realização de conversações, pelo menos antes de os rebeldes esgotarem todas as hipóteses de conquistar o poder pela via militar.

Busch rearma os rebeldes

Segundo notícias vindas a público através do jornal britânico «The Independent» a administração Bush vai aumentar drasticamente o fornecimento de armas aos rebeldes afegãos, com o objectivo de lhes dar possibilidades de continuarem a manter acções de combate ao longo deste ano.

Aquele periódico britânico, referindo-se às armas que os EUA irão fornecer, revela que os rebeldes receberão novos lotes de mísseis antiaéreos Stinger, morteiros e foguetes de elevado poder destrutivo.

O exemplo dos Estados Unidos é aliás seguido pela Arábia Saudita que presta aos rebeldes apoio no valor de vários milhões de dólares.

Colômbia

Apelo à solidariedade contra a «guerra suja»

Todos os que lutamos pela democracia na Colômbia estamos ameaçados de morte — afirmou recentemente o procurador-geral daquele país, resumindo assim de forma inequívoca a situação colombiana, onde a «guerra suja» prossegue com todas as suas trágicas consequências.

Os assassinatos de Teófilo Forero e José Antequera, os ferimentos sofridos pelo senador Ernesto Samper Pizarro (entre outros que poderiam ser citados), na própria capital do país, revelam como a «guerra suja» se instalou já em Bogotá, afectando o centro onde se tomam as decisões e até à sede do próprio governo nacional.

As repetidas denúncias apresentadas ao presidente Barco, as exigências nacionais em defesa da vida e dos direitos humanos mais ele-

mentares, não conseguiram ainda dos organismos oficiais a tomada de medidas que garantam o livre exercício da actividade política dos sectores da oposição, das forças democráticas e dos movimentos sociais e sindicais.

Os democratas colombianos têm apelado de todas as formas ao presidente da República para que encarregue as Forças Armadas de desactivar os grupos paramilitares; têm pedido, exigido, em foros nacionais e internacionais que seja posto fim à im-

punidade; os democratas e os próprios organismos de justiça têm apontado e apresentado provas da cumplicidade e participação directa de funcionários e sectores do Estado em crimes da «guerra suja», e apesar de tudo isso a impunidade é cada dia mais gritante.

Na Colômbia, continua sem ser tomada nenhuma medida concreta que ponha cobro à acção sangrenta dos grupos paramilitares.

Para fazer face a tão grave situação, as forças democráticas colombianas contam sobretudo com o apoio e solidariedade da comunidade internacional e com os esforços de todos os colombianos que aspiram a viver em paz. Nesse sentido, representantes da

União Patriótica, da Frente Popular, do Movimento Alternativo Democrático, do Partido Comunista Colombiano, da Juventude Comunista, do Movimento 19 de Abril e do Partido Socialista dos Trabalhadores, subscreveram recentemente um apelo para a formação de uma grande Frente Comum.

Nesse apelo, os signatários exigem o fim da «guerra suja», defendendo que as divergências políticas e ideológicas devem ser expressas sem medo e exigindo a desactivação dos grupos paramilitares.

O fim da impunidade dos criminosos, a reposição da justiça na Colômbia, garantias expressas e efectivas por parte do governo de que todas as organizações sociais e políticas possam desenvolver livremente as suas actividades, são outras das exigências contidas no apelo.

Para alcançar estes objectivos mínimos, fundamentais para o desenvolvimento do diálogo pela paz e a justiça social, os subscritores defendem a formação da Frente Comum e apelam à acção unitária de todos os democratas.

Apelam igualmente à comunidade internacional para que, designadamente através das Nações Unidas, desenvolva acções de solidariedade para com o povo colombiano e envie uma comissão permanente de protecção dos direitos humanos.

Namíbia

A SWAPO iniciou a sua campanha eleitoral na Namíbia com um gigantesco comício realizado nos subúrbios de Windhoek, a capital do território, e apresentou o seu manifesto eleitoral baseado na defesa de um sistema de economia mista, no fim das desigualdades entre os brancos ricos e os negros pobres, e no combate à corrupção.

Entretanto, o presidente da SWAPO, Sam Nujoma, acusou em Londres o regime de Pretória de subverter o processo pacífico de acesso da Namíbia à independência, continuando a praticar o terror e o assassinio. Nujoma salientou que unidades especiais da polícia devastam sementeiras e aterrorizam a população negra do território.

Sam Nujoma denunciou ainda as tentativas de Pretória de elevar a idade mínima de participação nas eleições de 18 para 21 anos, sublinhando que tal poderia reduzir em 30 por cento o número de votos na SWAPO, força considerada favorita nas eleições de 1 de Novembro.

Multinacionais na África do Sul

A Organização das Nações Unidas anunciou a criação de um grupo internacional de peritos, que de 4 a 6 de Setembro próximo vai analisar em Genebra a actividade das multinacionais na África do Sul e na Namíbia.

As audiências, a realizar no quadro da luta contra o «apartheid», terão como tema central o papel desempenhado por cerca de 800 multinacionais que actuam na África do Sul ou estão estreitamente ligadas à economia sul-africana, obtenção de tecnologias, empréstimos e créditos para Pretória.

Golpe militar no Sudão

Uma Junta militar tomou na sexta-feira o poder no Sudão, na sequência de um golpe militar que depôs o governo de Sadim El-Mahdi, tendo sido detidos pelo exército dirigentes políticos e membros do governo daquele país africano.

O general Omar Hassan, chefe do Conselho de Comando da Revolução de Salvação Nacional, declarou, entretanto a sua intenção de estabelecer conversações com os guerrilheiros do Exército de Libertação do Povo do Sudão, e pôs de parte a possibilidade de regresso ao sistema partidário ao mesmo tempo que incitou à perseguição de dirigentes políticos, desde fundamentalistas islâmicos a comunistas.

A Junta militar apelou à administração norte-americana para que reconheça e apoie o novo regime.

URSS/Conselho da Europa

Uma delegação da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, chefiada pelo seu presidente Anders Bjoerk, reiterou em Moscovo num encontro com Anatoli Lukianov, vice-presidente do Soviète Supremo da URSS, a grande importância que atribui à visita de Mikhail Gorbatchev esta semana a França. Do programa desta visita do dirigente soviético consta uma deslocação a Estrasburgo onde fará uma intervenção perante a sessão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

Médio-Oriente

O Comité Tripartido da Liga Árabe para a pacificação do Líbano manteve na semana passada em Moscovo contactos com vista a assegurar a contribuição da União Soviética para a normalização da situação no Líbano.

O ministro marroquino dos Negócios Estrangeiros, em representação do Comité Tripartido, foi recebido por Mikhail Gorbatchev que reafirmou a disponibilidade da URSS para proceder a contactos regulares com outros países como a Síria e o Iraque, com vista à resolução do conflito.

Agricultura — divergências EUA /Austrália

Os Estados Unidos e a Austrália não conseguiram solucionar as suas divergências em matéria agrícola, durante as conversações mantidas em Washington por George Bush e Robert Hawke.

O primeiro-ministro australiano manifestou a sua indignação pelo facto de os EUA e a CEE subsidiarem as exportações de produtos agrícolas, considerando que tal prejudica a competitividade do sector agrícola australiano.

Bush e Hawke conseguiram entretanto chegar a acordo quanto à necessidade de que esta questão volte a ser analisada no decurso da próxima sessão do GATT.

Rearmamento

O periódico norte-americano Washington Post noticiou esta semana que o número de aviões de combate instalados pela NATO na Europa subiu de centenas de unidades durante estes últimos meses.

A propósito saliente-se que este reforço armamentista da NATO decorreu em simultâneo com as negociações de Viena sobre redução de armas e forças convencionais.

Delegação do PSUA visitou o Alentejo

No quadro da cooperação entre a DORA do PCP e a organização distrital de Neubrandenburg do Partido Socialista Unificado da Alemanha, visitou o Alentejo, de 26 de Junho a 3 de Julho, uma delegação daquela organização do PSUA, composta por Ernst Albrecht, secretário da direcção distrital para a agitação e propaganda, Joachim Lautenschlager, presidente da Associação dos Artistas

Plásticos e Dieter Menchwell, director da cooperativa agrícola Penkow.

A visita possibilitou contactos directos com a actividade da DORA e com aspectos da realidade política e social prevalecente no Alentejo. Durante a estadia da delegação de Neubrandenburg realizou-se um comício de amizade em Montemor-o-Novo em que usaram da palavra Ernst Albrecht e José Soeiro, mem-

bro da Comissão Política do PCP.

Antes do Regresso à RDA, a delegação de Neubrandenburg foi recebida na SPG por Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Central de Controlo e Quadros do CC, que esteve acompanhado por Manuela Bernardino, membro suplente do CC e da Secção Internacional, e Diamantino Dias, membro do CC e da DORA.

Internacional

Angola

Processo de paz exige o respeito dos acordos de Gbadolite

Violações ao cessar-fogo em Angola, por elementos da Unita, provocaram a semana passada apreensões quanto ao desenvolvimento dos recentes acordos da cimeira de Gbadolite (Zaire) para a paz naquele país, ainda que a serenidade pareça continuar a ser, a par da firmeza da princípios, uma das preocupações das autoridades angolanas.

Os actos terroristas registados — sabotagem contra linhas de alta tensão e ataques a viaturas civis, entre outros — ocorreram no momento em que se iniciavam as conversações com vista à aplicação das modalidades práticas do plano de paz, o que só pode contribuir para desestabilizar o processo em curso.

Se por um lado importa não sobrevalorizar aqueles incidentes, por outro é evidente que também não podem ser subestimados, pois se em todos os conflitos armados uma ordem de cessar-fogo pode levar o seu tempo a ser plenamente cumprida, não é menos verdade que a concretização de acordos passa pelo respeito dos compromissos assumidos.

Para as autoridades de Luanda, entretanto, os incidentes parecem sugerir a falta de controlo da chefia da Unita sobre os seus elementos ou mesmo a possível existência de fracções e de

lutas internas, tanto mais que não se tratou de um acto isolado mas de vários e em diferentes áreas do país.

No entanto, como refere a propósito um comentário da Angop, não existe já nenhuma motivação que justifique a continuação da prática dessas acções violentas contra a população, pelo que importa denunciar com toda a veemência seja o que for que contrarie o acordado em Gbadolite.

O desejo de paz e de reconciliação — salienta-se naquele comentário — impõe a todas as forças militares e militarizadas que se respeite escrupulosamente o cessar-fogo e os compromissos assumidos, para não se destruir o capital de esperança que se instalou já no coração de todos os angolanos amantes da paz e do progresso.

A concretização do processo de paz, com todas as suas dificuldades e complexidades, exige de resto o em-



Viver em paz, um desejo de sempre do povo angolano

penhamento de todos os angolanos, como não deixou de sublinhar o presidente José Eduardo dos Santos, ao apresentar na reunião do Bureau Político do MPLA-PT os resultados da cimeira do Zaire.

Os novos desafios

Para o chefe de Estado angolano importa ter presente que «ao processo de inte-

gração poderão apresentar-se situações difíceis que exigirão perspicácia, tolerância e flexibilidade», dado que ele implicará «lidar com compatriotas que se habituaram a uma certa forma de pensar e de agir que poderão não coincidir com a nossa». Na opinião de Eduardo dos Santos, ultrapassar esta questão exige ter como traço de união «o patriotismo e o trabalho socialmente útil de todos dentro da ordem jurídica estabelecida», para alcançar «a reconstrução, o desenvolvimento e o engrandecimento da nação angolana».

De referir que no final da sua reunião o Bureau Político do MPLA-PT exortou «o Governo angolano a prosseguir na procura dos mecanismos conducentes à aplicação das decisões tomadas, com esforço redobrado e sem perder a flexibilidade que o tem caracterizado, numa clara demonstração de maturidade, firmeza e exemplar sentido de responsabilidade perante os desafios da história».

Na sua declaração, aquele órgão recomendou igualmente ao Governo que faça um apelo à comunidade internacional no sentido de ajudar

Angola na reconstrução nacional, uma vez que a integração dos elementos da Unita e das populações refugiadas nos países vizinhos e deslocadas dentro do território angolano «coloca ao Governo não apenas problemas de ordem técnico-organizativas mas sobretudo problemas de ordem material e financeira».

Por outro lado, a declaração considera a data de 24 de Junho, acordada para o cessar das hostilidades, como o «início de uma nova era em que os ódios do passado, a desconfiança e as disputas sangrentas cedem lugar ao diálogo, à concertação, ao esforço de unidade para a realização do nobre objectivo da reconstrução do país».

Após salientar as dificuldades do processo e o papel de relevo nele desempenhado por Eduardo dos Santos, a declaração salienta que o processo assentará na subordinação de todos os angolanos à autoridade do Presidente da República e do Governo de Angola, a quem compete orientar e executar as medidas práticas para o êxito da integração.

Telegrama do PCP ao MPLA-PT

O Comité Central do PCP enviou ao presidente do MPLA-PT, camarada José Eduardo dos Santos e ao Comité Central do MPLA-PT o telegrama que a seguir transcrevemos na íntegra:

Por ocasião do cessar-fogo ocorrido na RPA, na sequência do encontro de Gbadolite, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda os esforços do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, do seu presidente para o tornar realidade e congratula-se com o acordo verificado.

Para os comunistas portugueses o cessar-fogo não pode ser desligado das grandes vitórias políticas, militares e diplomáticas da RPA que conduziram à saída dos racistas sul-africanos de Angola e aos acordos que puseram em movimento a aplicação da Resolução 435 das Nações Unidas conducentes à independência da Namíbia.

O Comité Central do PCP faz votos para que, finalmente, o povo angolano possa reconstruir o país e para que cessem definitivamente os actos terroristas da Unita.

Lisboa, 28.6.89

Morreu Andrei Gromyko

Andrei Gromyko, antigo dirigente soviético que durante mais de um quarto de século foi ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, morreu no passado domingo.

A notícia foi divulgada pelo dirigente soviético Mikhail Gorbachov na sessão de segunda-feira do Soviete Supremo da URSS, onde foi guardado um minuto de silêncio em homenagem a Gromyko, que este mês completaria 80 anos de idade.

O estado de saúde do antigo dirigente agravara-se no final da semana passada devido a problemas vasculares, tendo sido submetido a uma intervenção cirúrgica.

Nascido em 1909 na aldeia Stareyie Gromyki, na região de Gome, Andrei Gromyko filiou-se no PCUS em 1931 e concluiu no ano seguinte o curso do Instituto de Economia da Academia de Ciências, onde exerceu as funções de secretário científico. Doutorou-se em Ciências Económicas em 1956.

A carreira diplomática de Andrei Gromyko começou em 1939, com a chefia do Departamento dos Países Americanos do Comissariado do Povo dos Negócios Estrangeiros, então dirigido por Molotov. No final desse ano vai para a embaixada da URSS em Washington, como conselheiro. Em 1941 é encarregado de negócios e, dois anos depois, torna-se embaixador da URSS nos Estados Unidos.

Nesse período, Gromyko dirige a delegação soviética à Conferência de Dumbarton Oaks, em 1944, para a criação da Organização das Nações Unidas e participa nos trabalhos das Conferências da Crimeia e de Potsdam dos chefes de Governo dos EUA, URSS e Grã-Bretanha. Em 1946 está em Nova Iorque como primeiro representante soviético junto das Nações Unidas, após ter chefiado a delegação da URSS à Conferência de São Francisco, em 1945, onde assina a Carta da ONU.

Vice-ministro dos Negócios Estrangeiros desde 1946 e primeiro vice-ministro desde 1949, é enviado como embaixador para a Grã-Bretanha em Junho de 1952.

Regressa a Moscovo em Abril de 1953 onde assume o cargo de primeiro vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, cargo que ocupa até 1957, altura em que passa a ministro dos Negócios Estrangeiros. Andrei Gromyko mantém-se neste posto até Julho de 1985.

Membro suplente do CC do PCUS desde o 19.º Congresso, o último em vida de Estaline, Gromyko passa a efectivo no 20.º Congresso em 1956. Entra no Bureau Político do PCUS em 1973 e dez anos depois acumula o cargo de ministro com o de primeiro vice-presidente do Conselho de Ministros da URSS.

Em Março de 1985 é Andrei Gromyko quem, em nome do Bureau Político do PCUS, propõe Mikhail Gorbachov para o cargo de secretário-geral do PCUS. Em 2 de Julho do mesmo ano é substituído por Eduard Chevardnadze no cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, indo ocupar até Setembro do ano passado o cargo de Presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS.

Ao abandonar os seus cargos, Gromyko manifesta o seu apoio às medidas do PCUS para a aplicação das decisões do 27.º Congresso e da 19.ª Conferência Nacional do Partido e dos Plenários do CC e afirma-se «profundamente convencido de que o rumo da reestruturação revolucionária de toda a vida do país é o único justo e científico».

Em Abril deste ano, juntamente com mais de uma centena de membros do CC do PCUS, pede a passagem à reforma.

As cerimónias fúnebres de Andrei Gromyko realizaram-se ontem, após o corpo ter estado em câmara ardente na Casa do Exército.

Mensagens de condolências têm sido enviadas de todo o mundo para a URSS, destacando-se a do secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, que homenageou Andrei Gromyko classificando-o como um «patriota, diplomata e homem de Estado». Segundo Perez de Cuellar, «a ausência de um outro conflito global (como o da Segunda Guerra), assim como a estabilidade que goza o seu continente nas últimas quatro décadas, deve-se bastante à sua experiência e sabedoria».

«Estão actualmente no Forte de Peniche perto duma centena de presos políticos submetidos a um regime celular dos mais severos do mundo. Encerrados em estreitas células individuais onde não chega o som da vida, mergulhados no silêncio e na solidão, tendo por único horizonte as quatro paredes da cela, (...) estão Manuel Rodrigues da Silva, Manuel Guedes, José Vitoriano, Carlos Costa, Américo de Sousa, Afonso Gregório, Carlos Aboim Inglez, Carlos Brito, Adolfo Ramos, Orlando Ramos, Joaquim Carreira, Mário Sena Lopes, António Santo, José Rolim, João Raimundo, Joaquim Velez, José Pacheco, Severiano Falcão, António Lima, Luís Nogueira, Agostinho Saboga (...).

Sob a orientação da PIDE, o regime prisional agrava-se de ano para ano. O chefe dos guardas, Vítor Ramos, cuida com fria eficiência nazista de tornar insuportável a vida dos presos; andou na guerra de Espanha e gosta de repetir que em sua opinião as cadeias se dispensavam bem... Treinados por ele, os guardas tornam-se perseguidores implacáveis dos presos.

A disciplina é dum rigor intolerável. Tudo é regulado por apitos estridentes: o levantar e o deitar, as refeições e o recreio. Os presos não podem conversar senão no recreio e de modo a serem bem ouvidos pelos guardas. É proibido dar seja o que for a um companheiro, nem mesmo um cigarro; Agostinho Saboga foi castigado com 6 dias de segredo por ter dado uma laranja! Além disso os guardas encontram sempre um motivo para provocar e castigar um preso: porque se deitou sobre a cama de dia, porque não se perfilou ao tocar o apito, porque sorriu estando à mesa, etc.

As visitas fazem-se num parlatório que é um modelo de desumanidade. Preso e família ficam separados por um largo balcão tendo em cima uma chapa de vidro e uma rede, sendo obrigados a falar alto para se ouvirem. Os guardas intervêm nas conversas e interrompem as visitas com qualquer pretexto, tratando as famílias com a mesma rudeza com que tratam os presos. É frequente que pessoas que viajam 100 ou 200 quilómetros para ver um familiar preso tenham apenas 15 minutos de visita, quando a têm...

Como passam os presos os intermináveis dias de cadeia? A leitura é fortemente limitada; os jornais são retalhados para os presos não tomarem conhecimento de notícias políticas, não entram revistas nem livros estrangeiros. Não se pode estudar colectivamente nem ensinar seja o que for a um companheiro. Não há ordem para a mais pequena diversão, é proibido cantar ou assobiar. Os papéis e roupas são vasculhados diariamente. As cartas para a família são limitadas e com frequentes cortes de censura. Desta forma os carcereiros procuram metodicamente quebrar os presos e transformá-los em farrapos.

Nenhum destes patriotas sabe quando chegará o fim da sua pena, pois estão todos condenados a «medidas de segurança». Mas em todos eles não morre a esperança de que a luta do nosso povo os traga finalmente para a liberdade.

Ajudemos os presos políticos!».

(«A Fortaleza de Peniche» — «Avante!», VI série, n.º 319, Julho 1962)



Vamos a isto, camaradas!

Enquanto os preparativos para a Festa do «Avante!» ganham ritmo e velocidade, prossegue em todo o País um intenso trabalho dos comunistas e seus aliados na CDU para as próximas eleições autárquicas, em Dezembro.

Neste número (e não apenas neste caderno de «Em Foco») dá-se bem nota da grande actividade que está a ser desenvolvida pelo PCP, num tempo em que a urgência e a diversidade das frentes de trabalho impõem redobrados apelos à mobilização dos camaradas e amigos, pese embora os bons resultados que vão testemunhando, um pouco por todo lado, o empenho com que as tarefas se vão cumprindo.

Cumprir e bem, fizeram-no os vereadores da CDU na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, como se pode constatar através da entrevista que publicamos neste caderno e que permite à Coligação Democrática Unitária encarar com grande optimismo as próximas eleições

autárquicas neste populoso concelho do Norte (300 000 habitantes).

Outra nota de optimismo chega-nos pela voz do candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, camarada **Rui Godinho**, que também em entrevista ao nosso jornal dá conta do importante trabalho realizado pelos eleitos da CDU no concelho da capital (onde, recorde-se, é a segunda força mais votada) e demonstra como a CDU é, realmente, a grande alternativa à desastrosa gestão da Câmara de Lisboa até aqui conduzida pela direita com a convivência dos eleitos do PS.

Em foco igualmente o Encontro Nacional de eleitos de Freguesia promovido a semana passada em Lisboa pela CDU, onde foi também apresentada uma nova iniciativa legislativa do PCP na Assembleia da República, o projecto de lei «Sobre o Regime de Competências e Meios Financeiros das Freguesias, com vista à sua Dignificação e Fortalecimento».

A par disto sucede-se a apresentação de listas

da CDU candidatas às próximas eleições autárquicas, confirmando a Coligação Democrática Unitária como a força política, de longe, mais firme e amplamente implantada no terreno de preparação do acto eleitoral que se avizinha.

A consigna da CDU — «Trabalho, Honestidade e Competência» — e o dinamismo dos comunistas e seus aliados continuam a ser profusamente confirmados pelos factos. Subjacente a toda esta actividade está, entretanto, uma realidade que importa realçar: o prestígio (que, de resto, ninguém ousa contestar) da actividade do PCP no panorama político nacional, construído com o entusiasmo, esforço e dedicação de muitos milhares de camaradas e amigos e constituindo um património que é reconhecido muito para além das largas margens do Partido. Esse trabalho continua e vai intensificar-se, por imperativo das tarefas que se colocam de momento.

Vamos a isto, camaradas. ■

■ **Henrique Custódio**

Encontro da CDU

Pelo reforço do papel das freguesias

Reunindo presidentes de Juntas de Freguesia e outros eleitos da CDU, teve lugar na passada semana em Lisboa um encontro subordinado ao lema «**Pelo Reforço do Papel das Freguesias**», onde foi igualmente apresentando o novo Projecto de Lei do PCP «Sobre o regime de competências e meios financeiros das Freguesias, com vista à sua dignificação e fortalecimento». Estiveram presentes **Luís Sá**, da Comissão Política do CC do PCP, e o deputado comunista **João Amaral** (também candidato à Câmara de Lisboa nas próximas eleições autárquicas), que pormenorizaram alguns aspectos da iniciativa legislativa do PCP. **António Gonçalves**, presidente da Junta de Freguesia de Odivelas (Concelho de Loures) e vice-presidente da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) produziria uma intervenção de fundo que referiremos de seguida.

Após rememorar a importância que as Freguesias adquiriram com o 25 de Abril, no quadro do Poder Local democrático, nomeadamente pela sua proximidade ao quotidiano das populações, António Gonçalves apresentou três questões de grande importância para as Freguesias, a eficácia e a dignidade do exercício de Poder Local: «A questão do regime de permanência, a questão da criação de novos Concelhos e Freguesias e a questão da redefinição das atribuições, competências e meios financeiros dos órgãos autárquicos ao nível das Freguesias. E aqui naturalmente se terá que complementar com a postura do poder central face a esta problemática», frisou.

A criação de novos Concelhos e Freguesias (para a qual existem vários projectos na Assembleia da República apresentados por diversos Partidos) tem estado suspensa com o argumento de que «na base de vários projectos haveria intenções eleitoralistas». Embora «num caso ou noutro tal possa acontecer, na generalidade trata-se da concretização de aspirações objectivas de milhares de portugueses», salientou o vice-presidente da ANAFRE, que acrescentou: «E diga-se de passagem, a melhor maneira de combater o eleitoralismo não residirá certamente na tomada da parte pelo todo, mas antes no debate em cada sítio com as populações abrangidas por esses projectos de alterações administrativas. Desta forma, facilmente se descortinará onde se situa o eleitoralismo e onde se situa a vontade das populações na criação de novas Freguesias».

A criação de vários novos concelhos encontra-se, segundo algumas versões, dependente da regionalização do País. Ou seja, «não há novos concelhos sem haver regionalização. Mas não há regionalização porque o país tem que ser devidamente ordenado no plano administrativo, para não se criarem novos desequilíbrios regionais. A verdade é que, tal como reconheceu a Comissão Parlamentar da Administração do Território, Poder Local e Ambiente, aquele artigo da Lei Quadro da Criação de Novos Municípios foi assim redigido para impedir, se tal se assumir, a criação do Concelho de Vizela. E assim se toma a parte pelo todo. Com o beneplácito do PSD, e também do PS, para não se criar o Concelho de Vizela, elabora-se numa lei travão de novos municípios nos maiores aglomerados urbanos do País. E depois diz-se que isso se deve à existência dessa lei. O caricato é que quem o diz tem toda a competência para alterar a lei», acrescentou António Gonçalves.

As competências

A segunda questão tem a ver com uma nova delimitação de com-

considerasse a sério a existência de eleitos das Freguesias em regime de permanência, em certos casos e condições», afirmou o autarca.

Regime de permanência

De seguida António Gonçalves recordou a atribulada história das propostas levadas à Assembleia da República defendendo o regime de permanência nas Freguesias.

composta por gente de todos os quadrantes políticos mais importantes, que se tem debruçado também sobre esta questão, por posições consensuais e unânimes, defendendo a generalização do regime de permanência às freguesias que tenham condições para tal, sem a imposição de ser o presidente da Junta, contestando assim, por insatisfação, o próprio projecto do PSD, mas manifestando igualmente disponibilidade para o debater».

Em 4 de Abril de 1989, por requerimento do PCP, esta questão

sua maioria, impediu que tal se concretizasse. Ou seja, não será já nesta sessão legislativa que o assunto será discutido.

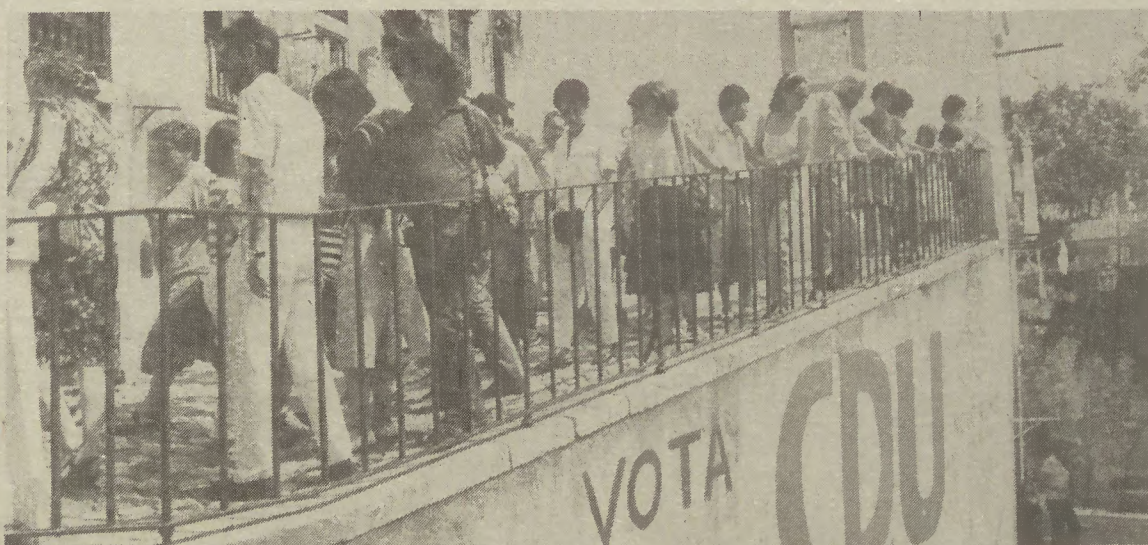
«Mais uma vez o PSD funciona como travão ao desenvolvimento do País. Com esta atitude do PSD, quem perde, pelo menos por enquanto, são as Freguesias, são as populações, quem perde é Portugal», assinalou o presidente da Junta de Freguesia de Odivelas.

Projecto inovador

Quanto à Proposta de Lei do PCP «Sobre o Regime de Competências e Meios Financeiros das Freguesias, com vista à sua Dignificação e Fortalecimento» (que Luís Sá e João Amaral abordaram diversas vezes ao longo do encontro, sobretudo no período de conversa com os jornalistas), nela se definem as Freguesias como «a maior rede do sistema de descentralização democrática do Estado e a mais próxima das populações», pelo que «a reforma legislativa necessária deverá potenciar e desenvolver as virtualidades dessa rede de Freguesias, e que resultam das suas características próprias: proximidade das populações, proximidade e conhecimento directo dos problemas e flexibilidade na resposta às questões».

Há várias novidades neste Projecto de Lei do PCP de que respigamos o seguinte: duplicação dos recursos financeiros através quer da transferência do Orçamento do Estado quer da afectação de novas receitas (garantindo assim a elevação significativa do financiamento das Freguesias), a definição de que a transferência de competências (por protocolo) implicará obrigatoriamente a transferência de meios necessários e suficientes e a caracterização das competências próprias como competências atribuídas a todas as Freguesias, com carácter geral e universal, sendo o seu exercício obrigatório.

Entretanto como se refere no próprio documento, «o Projecto de Lei do PCP não é nem pretende ser obra acabada», estando presente à discussão pública e esperando por todas as contribuições para o seu melhoramento. ■



Outro exemplo da capacidade de iniciativa das Freguesias: visita guiada a Alfama, em Lisboa, enquadrada por especialistas e promovida pela Junta

petências, atribuições e capacidade financeira das Freguesias, que actualmente em matéria de lei se encontra muito restringida e, em alguns aspectos, ambígua. Aqui o orador considerou o seguinte:

«A opção gestonária em vários municípios, nomeadamente da CDU, tem contribuído para criar uma nova realidade. Através de protocolos de delegação de competências e descentralização financeira desses municípios para as respectivas Freguesias, estes órgãos têm assumido responsabilidades e competências que não só se traduzem numa significativamente maior intervenção na resolução de problemas locais, com maior eficácia e rapidez, como aumentam a capacidade financeira dos órgãos dessas Freguesias, com a consequente criação de postos de trabalho».

«Certamente estas experiências inovadoras merecerão num caso ou noutro alguns acertos, mas tem-se traduzido de forma bastante positiva na melhoria da administração pública. Tomando estas experiências positivas como exemplo a consolidar e a generalizar, torna-se assim fundamental que a Assembleia da República proceda à legislação sobre esta matéria», sublinhou.

A terceira e última questão prende-se «com a dignificação e a responsabilização plena do desempenho de cargos públicos». Se é sabido que os órgãos das Freguesias são os que mais próximos estão das populações, também facilmente se reconhece que os seus eleitos são em regra, os mais solicitados porque são mais acessíveis, porque como se pode dizer, «estão ali ao lado». Tal como é sabido que os eleitos das Freguesias são os que se debatem, no geral, com maiores dificuldades de recursos materiais, financeiros, técnicos e humanos, o que os leva a ter uma intervenção activa, constante, não só na administração da autarquia como na execução de obras e desenvolvimento de actividades.

«Isto só por si justificaria que se

«Desde o início da década de 80 o PCP tem apresentado projectos que visam a existência, em determinados casos e condições, de membros das Juntas de Freguesia em regime de permanência», disse. «Em 1987 voltou o PCP a apresentar um projecto. Nessa altura também o PS e o PSD apresentaram outros projectos sobre a matéria. Em Maio de 1988 a Assembleia da República votou maioritariamente e na generalidade o projecto do PSD que permitiria o regime de permanência ao presidente da Junta nas freguesias com mais de 20 mil eleitores. O projecto baixou assim à Comissão Parlamentar para estudo na especialidade».

Entretanto, «surge em Novembro de 1988 a criação da ANAFRE — Associação Nacional de Freguesias,

volta ao plenário da Assembleia da República. Quanto tudo indicava que finalmente a Lei seria criada, «o PSD requere que novamente o projecto baixasse à Comissão Parlamentar por um período não superior a 30 dias (quando já tinha lá estado quase um ano)».

Desde aquele adiamento imposto pelo PSD em Abril de 1989, «novamente o PSD tem vindo sistematicamente a propor na Comissão Parlamentar adiamentos por períodos de 30 dias».

Mais recentemente, na Conferência de líderes parlamentares, o PCP requereu o agendamento da questão para o plenário da Assembleia da República a fim de que aquele órgão de soberania se pronunciasse sobre a matéria ainda na presente sessão legislativa. O PSD, com a



As Juntas de Freguesia CDU são um exemplo impar, a nível nacional, do que pode a descentralização autárquica com o empenhamento das suas gentes. Instituir a permanência de funções dos eleitos das Freguesias, eis o que urge concretizar (na foto, jardim infantil criado pela Junta de Freguesia CDU de Alfama)



Lisboa precisa, realmente, de uma grande «desratização»...



Largo do Município de Lisboa. À espera de uma gestão que ame, proteja e desenvolva a cidade

■ Pedro Tadeu

CDU em Lisboa:

A alternativa de esquerda e os anseios dos cidadãos

É preciso que os lisboetas saibam que a decisão para a presidência da Câmara de Lisboa passa exclusivamente pela candidatura da CDU e do PSD, as duas maiores formações políticas da cidade. A anunciada candidatura de Marcelo Rebelo de Sousa é uma operação de cosmética, destinada a continuar a levar a cabo a política de direita que tem destruído Lisboa. A anunciada candidatura do PSD é o resultado das lutas internas naquele partido, das lutas entre pessoas que pretendem através da conquista de cargos públicos, fazerem valer a ambição, a promoção pessoal, ignorando os interesses dos cidadãos. É preciso que os lisboetas entendam isto.

Estas as razões explicadas ao «Avante!» por Rui Godinho, candidato CDU à presidência da Câmara de Lisboa, que levam a um desafio efectuado a Marcelo Rebelo de Sousa — um debate a concretizar-se na televisão, «para que todos os lisboetas possam ver quem realmente tem um projecto para a cidade, para que todos os lisboetas saibam quem realmente vive e conhece os problemas e anseios das pessoas que vivem e trabalham, como nós, em Lisboa».

Desafio à candidatura do PSD que vem na sequência de um outro

efectuado ao actual presidente da edilidade, Krus Abecasis, para um debate público sobre a gestão camarária «de consequências nefastas para a cidade».

Referindo-se «à desorientação estratégica» do Partido Socialista no que se refere à autarquia lisboeta, Rui Godinho disse ao «Avante!» que essa desorientação vem de há muito tempo, concretizando-se nos dois últimos mandatos da Câmara «numa convivência com a gestão de direita, convivência que atingiu o auge aquando do estabelecimento de um protocolo entre os vereadores do PS

e Abecasis, que deu a este um poder absoluto em tudo o que se refere à demolição e construção de edifícios, aprovação de urbanizações, no fundo deu a Abecasis o poder sobre toda a gestão urbanística da cidade».

«A manter-se esta atitude de desorientação do PS, tal resultará certamente num progressivo e ainda maior afastamento da direcção daquele partido em relação às forças políticas de esquerda, como se viu ao ser inviabilizada uma coligação formal com a CDU, proposta por nós em Fevereiro passado».

Instado sobre a possibilidade de uma eventual desistência de Rui Godinho como cabeça de lista da CDU à presidência da Câmara de Lisboa, em favor de um candidato que resultasse de um eventual acordo entre a Coligação e o PS, Rui Godinho afirmou-nos ser essa possibilidade cada vez mais remota, estando no entanto a CDU «aberta ao diálogo e a um entendimento com os socialistas, ideia aliás reafirmada pelo meu camarada Luís Sá, no passado domingo, quando apelou num comício em Pinhal Novo para que o PS reveja a sua estratégia autárquica de molde a que as forças de esquerda possam derrubar a direita em municípios como Lisboa, através de entendimentos entre as forças democráticas, que tenham como base o respeito mútuo e a defesa dos interesses das populações».

CDU candidata-se para ganhar

Respeito mútuo que parece não ter existido por parte dos socialistas, ao exigirem, para a aceitação de um acordo com o PCP sobre a cidade de Lisboa, que os candidatos comunistas integrassem não uma coligação, mas sim a lista daquele partido.

Perante esta situação, Rui Godinho afirma-nos liderar a única alternativa de esquerda, capaz de ganhar Lisboa à direita, já que a «CDU tem os seus candidatos apresentados, eu próprio liderando a lista para a Câmara e José Saramago liderando a lista para a Assembleia Municipal; candidaturas que dia a dia ganham uma dinâmica e encontram

apoios que me levam a dizer que são candidaturas para disputar a vitória nas próximas eleições».

E Rui Godinho conclui dizendo que «os desenvolvimentos recentes da situação política demonstram que a candidatura para Lisboa da CDU é a única credível, capaz de juntar a esquerda, capaz de protagonizar uma gestão diferente para a cidade, a melhor gestão, a gestão que os lisboetas anseiam e merecem».

É conhecida a actividade do engenheiro Rui Godinho como vereador na Câmara Municipal de Lisboa, actividade que levou o autarca da CDU a ser o protagonista de algumas das iniciativas mais importantes, em benefício da cidade, nos últimos anos efectuadas.

No quadro da candidatura da CDU para a cidade de Lisboa, Rui Godinho apresentou na segunda-feira, em reunião de Câmara, uma proposta para que o edifício do cinema Tivoli fosse classificado como imóvel de interesse público e prepara-se para, dentro de dias, apresentar um conjunto de iniciativas destinadas à preservação e revalorização do parque de Monsanto para, como nos diz o candidato CDU «voltar a ser o local privilegiado de lazer e recreio da população da cidade de Lisboa».

O Chiado dos cidadãos

A realização de um debate público sobre a recuperação do Chiado e da Baixa Pombalina é uma iniciativa da CDU anunciada a meio da semana passada por Rui Godinho, com a finalidade de «dar a palavra ao cidadão sobre a solução encaminhada para «sarrar» uma ferida no coração da cidade».

Já no passado dia 3 de Maio a CDU vira aprovada por unanimidade uma proposta sua, apresentada à Câmara Municipal de Lisboa, de realização de um debate público sobre a Recuperação do Chiado, debate que deveria realizar-se até ao final do mês de Maio.

«Sucede que o presidente da Câmara desrespeitou, uma vez mais, uma deliberação unânime da Câmara e recusa-se, desde então, a realizar tal debate».

Rui Godinho explica que a CDU se sente na obrigação de avançar com este debate, que em princípio se concretizará em 26 de Julho próximo, por «respeito pelo povo de Lisboa e pelos profundos sentimentos de amor à cidade, manifestados aquando da tragédia do Chiado».

Para a CDU, as soluções preconizadas pelo Plano Geral de Reconstrução do Chiado, aprovado pela Câmara e elaborado pelo arquitecto Siza Vieira, têm como base um conjunto de ideias e uma concepção de cidade exactamente contrárias ao que Abecasis e a direita têm defendido e aplicado nos últimos dez anos.

Considera a CDU de Lisboa que é preciso, no entanto, testar a adesão dos lisboetas a algumas propostas desse Plano como o abrir ou não a Rua do Carmo ao trânsito automóvel, o que deverá ser o novo Grandella enquanto centro comercial e cultural activador de factores de reanimação da Baixa, o papel do metropolitano no Chiado, o reforço da função residencial até 30-40 por cento, a manutenção do tipo de comércio tradicional e a forma como este irá conviver com as novas formas de comércio que se venham a instalar.

Preocupações quanto aos postos de trabalho suspensos após o incêndio do Chiado e a futura situação dos comerciantes e moradores são outros motivos para a concretização deste debate sobre o Chiado e a Baixa lisboeta, numa iniciativa da CDU para que estão convidados o arquitecto Siza Vieira, técnicos do Gabinete do Chiado, presidentes de Juntas de Freguesia da área sinistrada, o Instituto Português do Património Cultural, a Associação dos Arquitectos Portugueses, a Ordem dos Engenheiros, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Associações de Comerciantes, o Sindicato do Comércio e Serviços de Lisboa, Associações de defesa do Património e outras Associações Culturais, Associações Ecologistas e de Defesa do Ambiente, o Grupo Amigos de Lisboa e representantes dos partidos políticos com assento parlamentar, para além de um convite generalizado a arquitectos, urbanistas, sociólogos e outras personalidades que têm a ver com Lisboa. ■



Rui Godinho, candidato CDU à presidência da Câmara Municipal de Lisboa

VILA NOVA DE GAIA

na opinião da CDU

Vila Nova de Gaia é cidade há pouco mais de três anos. Cidade e concelho com 300 mil habitantes reflecte nos seus inúmeros problemas as consequências de um crescimento de forma desorganizada, ao sabor dos interesses e pressão dos construtores. Reina a desordem urbanística, os estrangulamentos de trânsito, as dificuldades nos transportes, uma rede viária em péssimas condições, subsistem carências de habitação e de saneamento básico, em equipamento social, cultural e desportivo. Fomos lá ouvir a opinião da CDU, que lançou recentemente a sua candidatura com vista às próximas eleições autárquicas. Ilda Figueiredo e Maurício Ferraz, vereadores, encabeçam a lista para a Câmara Municipal. Alberto Andrade, independente, é o candidato à presidência da Assembleia Municipal. Dos seus problemas, da gestão camarária das sucessivas câmaras do PS e do PSD, das propostas da CDU para o progresso e desenvolvimento do concelho daremos conta em breve no «Avante!».

Hoje, registamos da conversa tida com os vereadores da CDU na Câmara Municipal de Gaia a obra que conseguiram realizar nos Pelouros que estão à sua responsabilidade — Ambiente e Jardins e Desporto e Tempos Livres. Um exemplo da capacidade de gestão e de iniciativa dos eleitos da CDU, que, mesmo trabalhando em minoria, com um orçamento reduzido que não ultrapassa os 5% do Orçamento Municipal, conseguiram nos últimos quatro anos fazer obra de destaque e corresponder a justos anseios da população nas áreas que lhes compete.

Preservar a natureza, sensibilizar a população em sua defesa, criar nos jovens o desejo de construção de um futuro harmonioso, onde seja agradável viver sem poluição não são apenas objectivos de que ouvimos falar em Vila Nova de Gaia — são realidade, que se vai construindo, decididamente, nos últimos anos, com a acção alargada e eficiente do Pelouro do Ambiente e Jardins.

A camarada Ilda Figueiredo, vereadora da CMG, é o motor de toda a actividade desenvolvida neste âmbito e justamente reconhecida pelas várias forças políticas, pela população, como de grande valia para a melhoria da qualidade de vida em Gaia.

A prová-lo bastaria um exemplo, de entre as muitas iniciativas do Pelouro — o Parque Biológico Municipal, em Avintes, fundado há pouco mais de três anos, foi já frequentado por mais de 150 mil pessoas, mais de metade da população do concelho. Verdadeira «escola viva de educação ambiental», por ali passaram em visitas de estudo guiadas ou simples passeios de fim-de-semana, jovens, crianças e adultos que podem admirar a beleza das margens do rio Febros, afluente do Douro, cuja poluição se está a combater, apreciar o crescimento das árvores, conhecer os animais da região, ver como funciona o Horto Municipal, beneficiar do Circuito de Manutenção, descansar no Parque das Meirendas e até entrar em contacto com alguns aspectos do processo de produção agrícola. É que, além dos atractivos naturais, há a preocupação de preservar o património rural, através da recuperação das antigas instalações da Quinta da Cunha, onde está instalado o Parque. A subida em flecha do número de visitantes é por si só incentivadora de outros objectivos que o Pelouro tem em vista, nomeadamente com o alargamento do Parque, com maior área arborizada e uma fauna mais diversificada, a instalação de um museu rural vivo com moinhos a trabalhar usando a água do Rio Febros.

Um outro aspecto de grande inter-

trução de parques infantis. Só neste mandato foram construídos mais de 60 parques infantis em pequenos espaços verdes, «já que não nos deixaram grandes espaços para a construção de jardins no centro da cidade».

Defender o litoral de Gaia

A acção de relevo está igualmente a ser desenvolvida pelo Pelouro, no litoral de Gaia, visando em particular a defesa das dunas e do Cabedelo. A plantação de vegetação em todo o litoral, a colocação de passadiços de madeira para acesso às praias, a

além dos floricultores, de actividades e trabalhos organizados por crianças de mais de quarenta escolas do concelho; as comemorações do **Dia Mundial do Ambiente**, que incluíram, entre outras acções, a 9.ª Marcha de Montanha na Serra de Canelas; e agora, durante os meses de Junho e Setembro, o programa «**Músicas nos Jardins**», com a contribuição das Tunas e Bandas de várias colectividades de Vila Nova de Gaia, são outras tantas actividades levadas a cabo pelo Pelouro de Ambiente e Jardins.

Também o debate de toda a problemática ambiental no concelho é preocupação patente nas iniciativas promovidas. O II Seminário sobre Ambiente «Gaia, que Futuro?» foi

damente em zonas como a Serra de Canelas, o problema das pedreiras e da extracção de inertes, o crescimento urbano e a poluição sonora, foram, entre outros, temas profundamente debatidos durante dois dias.

Especial atenção foi dada ao conjunto de medidas que estão a ser tomadas na construção de infra-estruturas de saneamento básico. A camarada Ilda Figueiredo, que integra o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, lembrou que «esta é uma área onde há em Gaia um atraso muito grande — só beneficia da rede de esgotos cerca de 10% da população e a rede domiciliária de distribuição de água ainda não abrange 40% dos gaieiros». O contributo da CDU, não podemos deixar de afirmá-lo, tem sido decisivo «para a execução do plano de acção que está a ser desenvolvido visando num prazo de três, quatro anos dar resposta a estes principais problemas, medidas que são fundamentais para a resolução dos problemas mais graves de poluição no concelho».

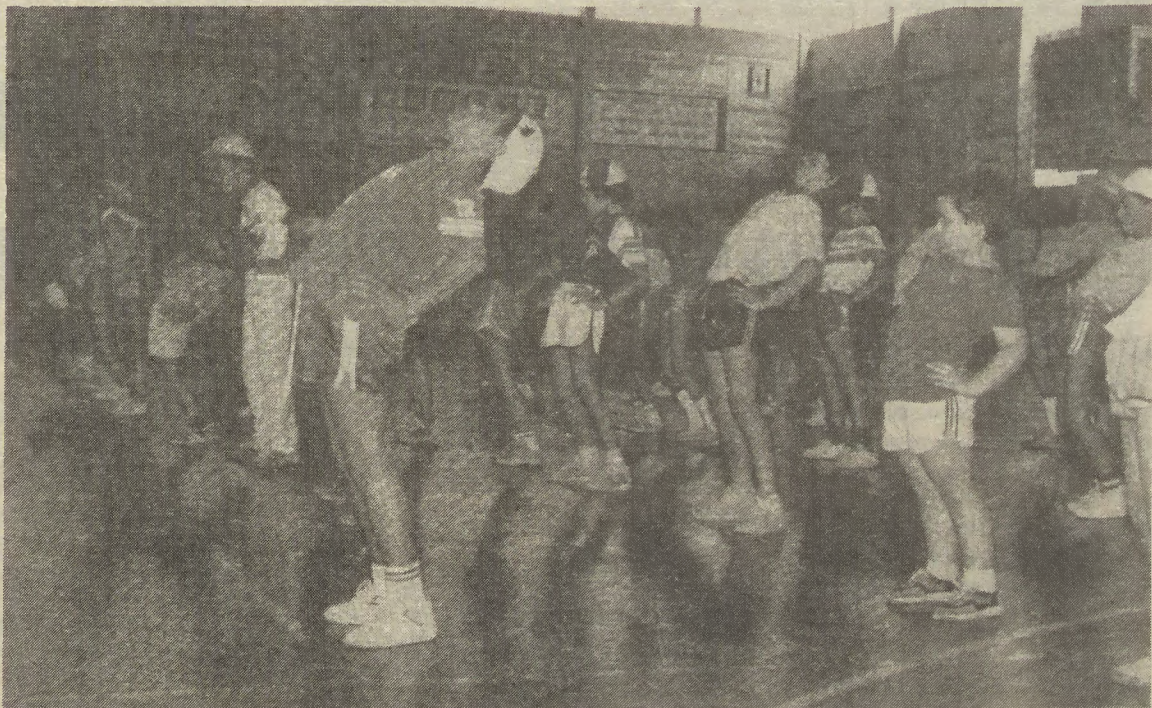
«Vila Nova de Gaia tem de ser a cidade e município onde todos nos orgulhamos de viver», afirma Ilda Figueiredo. No Pelouro do Ambiente e Jardins, mesmo com poucos recursos financeiros, há lugar para sonhos, concretizados no dia-a-dia, na realidade concreta das acções que podemos observar e que muitos gaieiros podem já usufruir.

Desporto

Uma acção dirigida fundamentalmente para as camadas mais jovens, para o apoio ao desporto escolar e a nível associativo, para a melhoria dos equipamentos e instalações desportivas no concelho, para a ajuda às colectividades — eis em síntese o que tem vindo a ser desenvolvido em Gaia na área do Desporto e Tempos Livres, da responsabilidade do vereador da CDU, Maurício Ferraz.

Com entusiasmo, ouvimos falar da prioridade que tem sido dada à organização dos jogos juvenis, este ano na sua oitava edição, que envolveram, nas fases de freguesia e concelhia, mais de 10 mil crianças e jovens em diversas modalidades. Cem colectividades, cinquenta estabelecimentos de ensino, quarenta grupos diversos, vinte e três das vinte e quatro freguesias do concelho a participar, são alguns números que dizem da adesão a esta iniciativa que decorre anualmente de Fevereiro a Junho. «Nestes últimos quatro anos, diz-nos Maurício Ferraz, os Jogos tiveram um impulso muito grande, sobretudo porque foram criadas condições e meios, no sentido de despertar nos jovens uma salutar vivência desportiva e competitiva e ao mesmo tempo possibilitar transformá-los em veículo de convívio e cultura». Para o pelouro, «a qualidade, a formação de todos aqueles que fazem parte dos Jogos Juvenis é essencial para que se consiga ultrapassar a barreira que a falta daqueles atributos opõem a um desenvolvimento correcto de todas as actividades ligadas aos jogos, numa perspectiva de integração cultural e progresso social». Este é, aliás, o objectivo que tem vindo a ser perseguido pelo pelouro, que se estende a outras áreas da sua actividade com crescente interesse, entusiasmo e participação da população.

A aprendizagem da natação para os mais novos, crianças das escolas



«Desporto em Férias», uma iniciativa a repetir este ano



resse para a resolução dos problemas do ambiente no concelho de Gaia, tem a ver com o trabalho recentemente realizado pelo Serviço de Ambiente da CMG, criado há pouco mais de um ano. É a construção de uma base de dados sobre a indústria — a INDUSTRIGAL — que fez um levantamento de mais de mil empresas existentes na área. Um estudo aturado que permitiu já «a implementação de algumas medidas que darão combate à poluição industrial, sobretudo nos casos mais graves», afirmou-nos Ilda Figueiredo.

Foi dada também atenção à construção de jardins, à defesa dos espaços verdes existentes, à cons-

trução de parques infantis. Só neste mandato foram construídos mais de 60 parques infantis em pequenos espaços verdes, «já que não nos deixaram grandes espaços para a construção de jardins no centro da cidade».

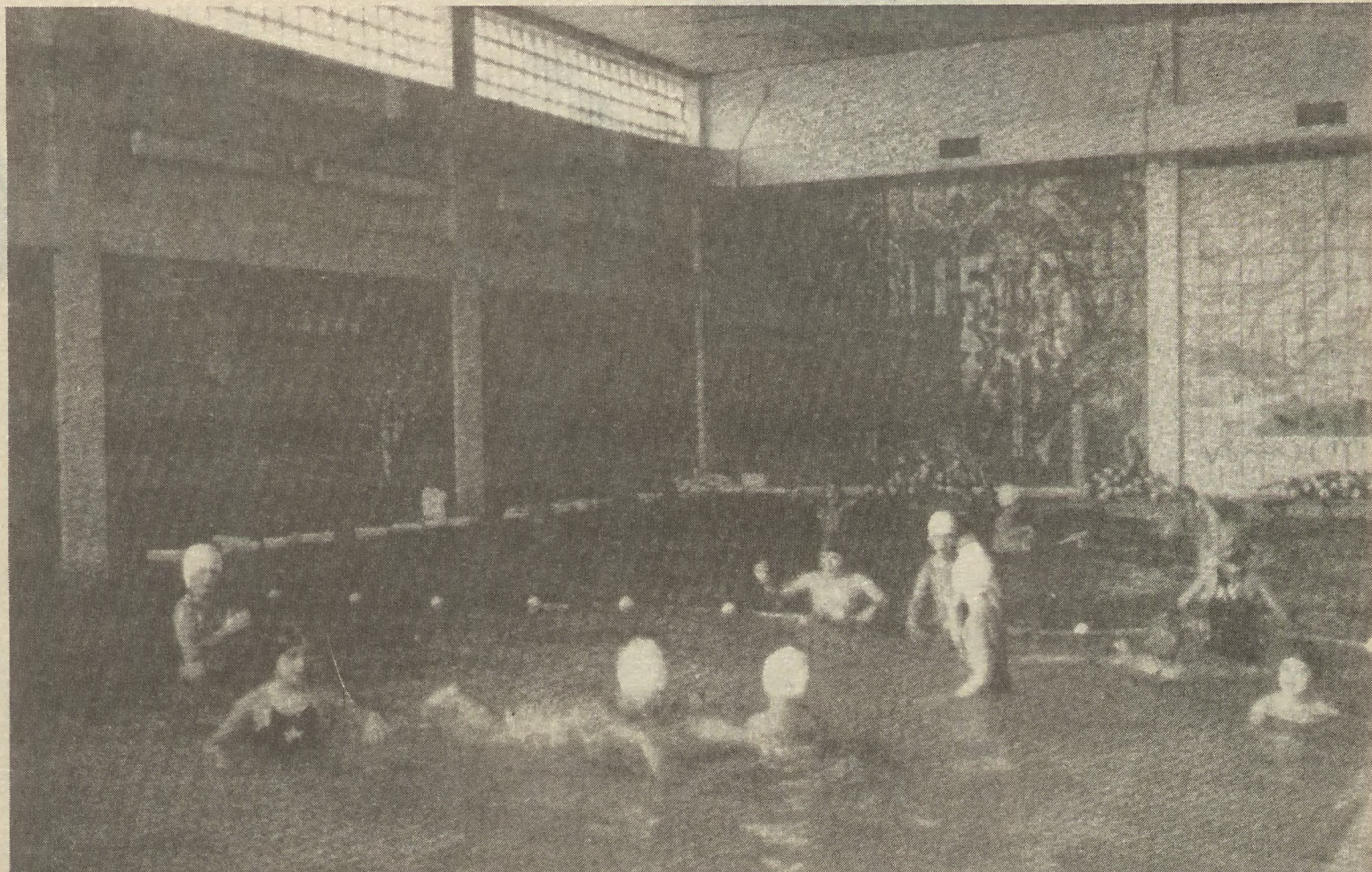
A Florgaia/89, exposição que vai já na sua quarta edição é que este ano contou com a participação, para

recentemente ponto de encontro de cerca de duas centenas de autarcas, investigadores, professores, técnicos e especialistas dos órgãos municipais e de organismos do poder central, membros de colectividades e associações ecológicas. Encontro para balanço, reflexão e lançamento de novas propostas para a resolução do conjunto de problemas que continuam a subsistir.

Problemas como o saneamento básico, como questão fundamental para um ambiente sadio, a situação da saúde no concelho, a poluição industrial, a questão das zonas verdes, a sua destruição e a necessidade de implementar medidas que defendam o que ainda existe, nomea-

do ensino primário do concelho, é objectivo de outra actividade denominada «Vamos Nadar». O número elevado de participantes — de 1500, em 1988, passou-se para 4500 este ano —, com tendência para crescer, levanta um problema que o Pelouro tentou resolver — a necessidade da construção de piscinas ou tanques cobertos que permitam a prática da modalidade, mesmo de Inverno. «A posição da CDU, criar neste mandato, pelo menos, dois tanques cobertos, que servissem a população escolar e até prestassem serviço de manutenção a outros sectores, foi contrariada pela Câmara, que assim impediu muitas mais crianças de beneficiarem da aprendizagem ou de continuarem a desenvolver esta actividade». Actividade que, segundo realçaram os professores, tem tido aspectos positivos também no sucesso escolar, tendo a generalidade dos alunos envolvidos melhorado a sua capacidade de concentração, revelou ainda Maurício Ferraz. «É um problema que teremos de resolver já no próximo mandato», disse.

O desporto escolar, com acções de dinamização em mais de uma centena de escolas, abrangendo 18 freguesias, envolvendo alunos e professores na prática de educação física, fornecendo material desportivo muito variado, é outra actividade



Na «Acção Vamos Nadar», promovida pelo pelouro do Desporto e Tempos Livres a cargo da CDU na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, participaram 4200 crianças

para que tem estado voltada a acção do Pelouro.

Também na ocupação dos tempos livres os créditos não são deixados por mãos alheias — a Quinzena Jovem, recentemente realizada, é um exemplo apenas. Um ciclo de cinema, espectáculos de jazz e de música popular portuguesa, debates sobre desporto e sobre novas tecnologias, uma conversa com José Sa-



Outra iniciativa original do pelouro de Desporto e Tempos Livres: uma série de três cursos de espeleologia na serra do Valongo (a foto refere-se ao primeiro, em 15 de Janeiro passado)

ramago, uma mesa-redonda sobre Arte/Anos 80, uma Marcha na Serra de Canelas, foram alguns aspectos de que se revistiu esta acção, «no âmbito do vasto campo de apoios e cooperação possíveis com a juventude e suas iniciativas próprias (alguns já hoje considerados pelo pelouro) que deverão ser estimulados

e incentivados», conforme refere Maurício Ferraz.

Trabalhar com as colectividades

Em Vila Nova de Gaia há uma intensa actividade associativa. Das 320 colectividades do concelho, 123 estão voltadas essencialmente para a actividade desportiva. É natural, pois, que muita da actividade do Pelouro do Desporto e Tempos Livres esteja voltada para o apoio às suas iniciativas, para a ajuda na melhoria das suas instalações. Também destas questões nos falou o camarada Maurício Ferraz.

«As colectividades têm uma enorme dinâmica que nós consideramos essencial apoiar e desenvolver. A sua capacidade de iniciativa é decisiva para resolver muitos problemas, particularmente de equipamentos, capacidade que a Câmara muitas vezes não tem tido. Hoje uma colectividade faz um polidesportivo e amanhã é capaz de se habilitar a fazer um grande pavilhão. São estas potencialidades que têm de ser aproveitadas», disse-nos. E deu um exemplo: o Pavilhão de Gulpilhares, que foi iniciado, por falta de verbas corria o risco de ser simplesmente abandonado e que, fruto da insistência do Pelouro vai ser terminado. «Com pouco mais de trinta mil con-

tos completa-se um pavilhão que hoje não se faz por menor de 150 mil». Outros casos, como o de Grijó ou o de Seixezelo, foram apontados. «Nestes quatro anos de mandato em que me encontro responsável pela área do desporto, poderia tirar, pelo menos no que respeita a equipamentos, uma conclusão: a câmara tem de alterar o seu funcionamento, pois é inconcebível que não tenha produzido sequer um projecto de um polidesportivo, quando há associações que com pouco dinheiro e com iniciativa e vontade o conseguem fazer». E não foi sem orgulho que contou os resultados da sua acção de incentivo às iniciativas próprias das colectividades de desporto, que triplicaram. Apoio que passa por um plano anual de subsídios, para obras de beneficiação de instalações e outras acções.

E já que estamos a entrar em período de férias aqui fica notícia de mais uma iniciativa do Pelouro, que já em anos anteriores contou com a participação de largos milhares de crianças: o **Desporto em Férias**, que nos próximos meses de Verão, irá ocupar mais espaços desportivos ainda que no ano passado. Quem more em Gaia e tenha crianças poderá levá-las já este mês à prática do desporto, no Pavilhão do Gaia, no Vilanovense, em Crestuma, no Parque da Aguda, em S. Caetano, na Beira Rio (em três locais), no Pavilhão do Gulpilhares, nos cortes do Mariani. ■



Comemoração do Dia Mundial da Árvore, em 17 de Março último, no Jardim do Candal



A colocação de passadiços nas praias para a protecção das dunas foi outra das preocupações da CDU no pelouro do ambiente e, como «quem vai ao mar avia-se em terra», não se esperou pelo início da época balnear para tratar do assunto



6.^a Bienal da Festa

«Um momento de integração da festa que a arte é, na festa multifacetada que é a Festa do Avante!», este é um dos objectivos da 6.^a Bienal de Artes Plásticas que a 8, 9 e 10 de Setembro terá lugar na Festa do «Avante!» um acontecimento que desde 1977 é realizado regularmente, adquirindo características que nos levam a dizer ser esta uma das mais importantes iniciativas realizadas em Portugal no domínio das Artes Plásticas.

Ao juntar no mesmo espaço artistas jovens com artistas já consagrados, a Bienal da Festa do «Avante!» apresenta algumas das mais originais correntes estéticas nacionais do nosso tempo, a par de outras consideradas já «clássicas» na história recente das artes visuais.

Disso mesmo nos fala Virgílio Domingues, escultor e membro da Comissão Organizadora da 6.^a Bienal, ao afirmar que «muitos dos artistas procuram hoje novas formas que dêem resposta às novas questões que se põem no campo das artes e da realidade envolvente ao mesmo tempo, constatamos a existência de grandes camadas de público para quem os velhos padrões são ainda uma novidade». Tal reforça a importância desta iniciativa, já que, no dizer do escultor, o grande número de pessoas que na Festa do «Avante!» tomam contacto com a Bienal torna «difícil ignorar a importância cultural de acontecimentos com a dimensão» deste, «independentemente das insuficiências que se lhe possam apontar».

Onde o novo e o velho fazem a festa do olhar!

Para exemplificar esta afirmação, Virgílio Domingues aponta um dos efeitos possíveis da Bienal, na relação única que cria com o seu público: «as perturbações ou perplexidades que possam causar, em muito desse público, o contacto

com novas formas de expressão na área das artes plásticas», como sucede na «Festa» podem ser enriquecedoras e, à distância, as consequências culturais far-se-ão sentir pelas próprias interrogações que esse contacto suscita».

Mas não só junto do público se farão sentir as consequências de uma organização desse tipo; para este escultor, a importância desta iniciativa toca outras áreas já que «também uma Bienal com estas características, numa época em que

os aspectos mercantilistas invadem todas as áreas da cultura, pode ter um papel moralizador, onde a obra de arte pode ser olhada em função das suas virtualidades e não como um objecto condenado a um consumismo exacerbado». ■

Uma homenagem

Álvaro Perdigão: a modernidade dum olhar singularmente diverso...



Álvaro Perdigão é nome de um pintor que ao longo de mais de cinquenta anos de actividade nunca se fixou num género de pintura nem se dedicou a um tema em especial. Autor de uma obra vasta, ele é o nome este ano homenageado pela 6.^a Bienal da Festa do «Avante!» através de uma exposição individual onde se mostrarão as técnicas e os processos utilizados pelo artista, diversos e dispersos.

Álvaro Perdigão nasceu em 1910 na região de Palmela, na freguesia de São Pedro e fez os primeiros estudos em Setúbal, ingressando depois na Escola de Belas Artes de Lisboa em 1930.

A sua primeira exposição de pintura ocorreu no Clube Naval Setubalense, em 1929, a que se seguiram exposições individuais e colectivas em Setúbal, Lisboa, Coimbra, Porto e outras cidades do País. A sua extensa carreira decorre não só em Portugal e nas Ilhas, mas também em Angola, Moçambique, países da Europa e América.

Exposições em Edimburgo, Sevilha, Madrid, Catalunha, Uruguai, Itália e Brasil; bolsas, estudos e viagens em Itália, França, Grã-Bretanha, representação em oito museus portugueses, Angola e Moçambique, bem como em Galerias de Madrid, Estados Unidos e Edimburgo; conquista de dezanove prémios de pintura em modalidades distintas como o desenho, óleo e aguarela; estes alguns dos muitos apontamentos da extensa biografia de Álvaro Perdigão. Como é a pintura de Álvaro Perdigão? Normalmente as palavras são insuficientes para uma

descrição deste tipo, de qualquer modo aqui vos deixamos algumas apreciações feitas à obra deste artista. Começamos por Lima de Freitas, que escreveu o seguinte em Março de 1985: «...Diríamos que Álvaro Perdigão é um paisagista da luz e do tom, roçando a abstracção como a roçou Morandi (com o qual o nosso companheiro tem alguns pontos de contacto); e um pintor das coisas singelas e das figuras humildes do povo da sua terra. Barrancos descarnados, sentidos menos como uma tectónica de grandes tensões

musculares, como em certas paisagens de Hogan se vê, mais como luz a derramar-se sobre os relevos orográficos, como uma ternura cromática, e também uma simplificação dos planos cujos pormenores e acidentes foram dissolvidos na íntima impressão de comprazimento contemplativo. Paisagens de falésias, de areias, de silêncios: os muros das pobres casas impregnam-se de sol, dormentes, uma matéria feita de argamassa, saibro, branca de cal e de saudosa solidão...» Urbano Tavares Rodrigues

escreveu, em 1971 no «O Seculo», sobre uma Exposição Retrospectiva de Álvaro Perdigão em Março daquele ano: «O que se impõe ao olhar do visitante são os seus admiráveis óleos, testemunhando uma trajectória firme, percorrida em procura, autenticidade e intransigência.» Outra fase da obra de Álvaro Perdigão, contava o artista 73 anos, foi assim comentada por «A Capital» em 1983: «Álvaro Perdigão é um pintor que não estagnou, apresentando agora na sua exposição, na Galeria de São

Francisco, uma série de óleos, denominada «Demolições», que, para além do seu achado, dão uma prova insofismável da renovação do artista e da sua capacidade de captar novos aspectos da realidade. A partir da ideia dos tijolos, o pintor desenvolve superfícies que ora os evidenciam ora os sugerem, conferindo-lhes o valor de personagens chamados à cena ou ocultos que vivem o seu destino e, finalmente, a destruição.» Em 1971, na antiga Emissora Nacional, o dr. Fernando Pamplona na sua «Crítica de Artes Plásticas»

classificava Álvaro Perdigão de «visceralmente moderno, mas agarrado ao figurativo. Ele deforma-o, para lhe dar maior intensidade de expressão. Deforma-o para o reduzir ao essencial. Porque é o essencial que ele procura nas pessoas, nas coisas, na Natureza, para além das aparências mentirosas. Exprime-se através de um geometrismo severo, paredes meias com o cubismo. Exprime-se através de linhas neutras, embaciadas, tristonhas, que adençam o drama da vida». Em contrapartida, Raul Rego, em

1962, dizia no «Diário de Lisboa» que «a sua maneira solitária, linear, as cores fortes e aquela luz admiravelmente bem distribuída por todo o ambiente, puseram-no na primeira fila dos nossos pintores». Todo um conjunto de opiniões que provam pelo menos uma coisa: a obra de Álvaro Perdigão, pela sua extensão, diversidade e qualidade, tem de ser dada a conhecer em toda a sua dimensão a um público vasto e heterogéneo. Esta uma possibilidade oferecida agora a todos nós pela 6.^a Bienal da Festa do «Avante!» ■

Nascido no distrito de Setúbal em 1910, Álvaro Perdigão é uma referência obrigatória no panorama das artes plásticas do nosso país. Nas Bienais da Festa do «Avante!» a sua obra tem estado sempre presente

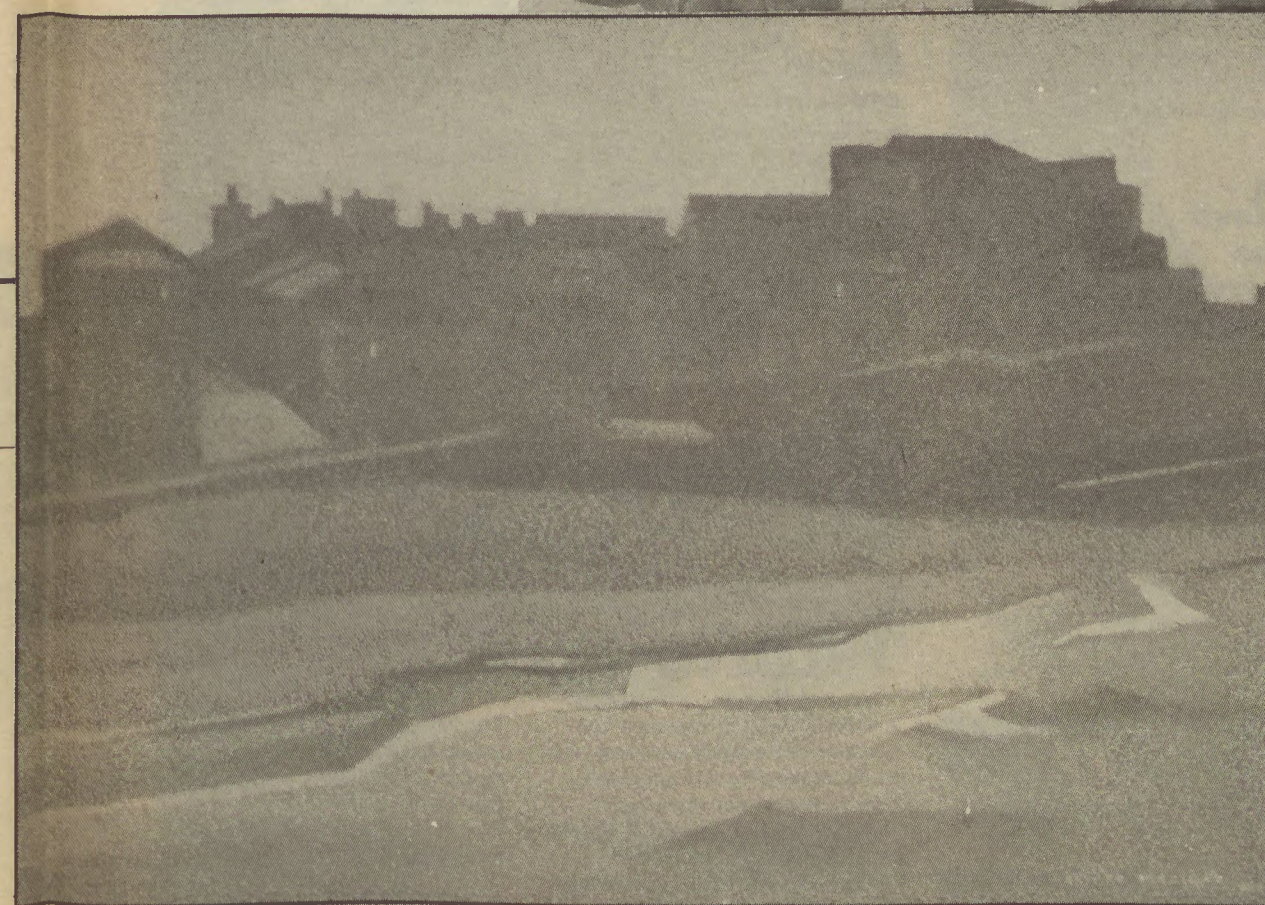
À atenção dos artistas portugueses

É já no final deste mês, mais concretamente a 30 de Julho, que termina o prazo de inscrição de todos os artistas que desejem participar na 6.^a Bienal da Festa do «Avante!». Aqui se recordam algumas das particularidades do regulamento desta Bienal, que terá uma extensão na cidade do Porto, entre 29 de Setembro e 8 de Outubro, no Palácio de Cristal, onde vão estar todos os artistas convidados e participantes na Quinta do Infantado.

Os participantes poderão enviar um máximo de três obras, em qualquer modalidade das Artes Plásticas, que serão submetidas à apreciação de um júri de admissão constituído por 5 membros da Comissão Executiva e dois representantes dos artistas participantes. As obras e as fichas de inscrição deverão ser enviadas para os seguintes locais:

- Av. António Serpa, 26-3.º Dt.º-Frente, Tel 76 91 41 – 1000 LISBOA.
- Av. da Liberdade, 170, Tel. 53 21 61 – 1200 LISBOA.
- Soc. Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro – 1200 LISBOA.
- Av. da Boavista, 31 a 37, Tel. 69 79 48 – 4100 PORTO.
- Rua da Sofia, 73-1.º, Tel. 2 66 77 – 3000 COIMBRA.
- Rua de Aviz, Tel. 2 63 67 – 7000 ÉVORA.
- Av. 5 de Outubro, 47, 6.º-Esq.º, Tel 2 69 23 – 2900 SETÚBAL.

Já agora diga-se que os participantes deverão enviar juntamente com o boletim de inscrição, que pode ser obtido nos locais acima indicados, algumas notas biográficas e uma reprodução fotográfica de uma das obras, para a eventual apresentação no catálogo da Exposição. ■



INFANTADO

Vamos ao terreno!

● Implantação da Festa entra em nova fase

Santo e Comercial de Lisboa (BESCL), que combinaram uma jornada para o próximo **sábado** (dia 8), com convívio, sardinhada e trabalho solidário para ajudar a erguer a Festa. A propósito da deslocação de camaradas e amigos de Lisboa para o Infantado recorda-se que continua a funcionar o serviço de **autocarro especial** com partida às **8.30h** do **Vitória**, na Av. da Liberdade, 170, e regresso às **18.30h**. Os grupos, organizações e células do Partido devem marcar com antecedência os seus lugares.

Nova fase de trabalho

Entretanto, no Infantado, a «face» do terreno começa a mudar. Os camaradas falam-nos mesmo do «**arranque para uma outra fase do trabalho**». Depois das construções de apoio à Festa, começa-se a avançar para os pavilhões e as estruturas. Numa palavra: a Festa começa a aparecer... Com a terraplanagem concluída, o trabalho regista também avanços significativos no que toca ao armazém de abastecimentos e à

recuperação da rede de saneamento. Está na hora das organizações do Partido tomarem a iniciativa! Há que discutir e analisar com dinamismo as questões da implantação da Festa. Há que dinamizar a promoção e organização das deslocações para as jornadas de trabalho. Também nesta matéria a criatividade, o espírito de iniciativa e a imaginação terão um papel especial.

Apelo especial

No terreno tudo está a postos para receber e «enquadrar» os

participantes nestas jornadas, parte integrante do convívio e da amizade que a Festa proporciona. Falámos já de camaradas que organizam sardinhas no Infantado. É um exemplo do convívio. Mas quem quiser poderá utilizar os serviços do refeitório da Festa. Mal chegue ao terreno deve marcar a sua refeição. Apelando à participação de todos os camaradas e amigos e ao empenhamento das organizações do Partido, a Festa continua a dirigir um apelo especial aos **montadores de andaimes, carpinteiros e electricistas**. Colaborem! ■



A migos da Festa do «Avante!» oriundos de Lisboa, Sintra, Cascais, Amadora, Setúbal, Palmela, Sines, Moita, Montijo e Montemor-o-Novo estiveram no terreno no passado fim-de-semana, especialmente no domingo, e deram alguns avanços significativos no trabalho de implantação.

O ritmo, entretanto, não pode abrandar e para a próxima jornada de trabalho está previsto um «programa» ambicioso que inclui o «ataque» às instalações sanitárias, bares, zona do desporto (bancada do polidesportivo e não só...) e eventualmente alguns restaurantes centrais.

BNU e BESCL em força

O plano para o próximo fim-de-semana está definido. No terreno está tudo a postos. A resposta passa agora, pela deslocação de camaradas e amigos, como vai acontecer, por exemplo, com as organizações do Banco Nacional Ultramarino (BNU) e Banco Espírito

Imagens que ficam...



Artesanato. A Festa já nos habituou à sua presença. Na sua edição de 1989, a Festa do «Avante!» marca de novo um encontro com o artesanato que enriquece o nosso país, de Norte a Sul, dos Açores à Madeira. Artesanato, um espectáculo de cor e formas, com itinerário a passar por todas as regiões. Para apreciar ou comprar. Para transformar também em recordação dum convívio que não se esquece. Em Loures, entre 8 e 10 de Setembro próximo, a Festa do Artesanato. Escolha bem!

Ténis de mesa

Vitória do convívio

A próxima Festa do «Avante!» terá um aliciante programa desportivo que muito brevemente será anunciado, refere o gabinete de Imprensa da Festa do «Avante!» num *telex* em que faz o balanço da presença em Portugal de jovens tenistas de mesa da Checoslováquia e Bulgária, convidados pela Festa. Szillard Csolle e Rabek Konstal, da Checoslováquia, que nos Campeonatos Europeus de 1988 ficaram classificados em segundo e terceiro lugar; Kostadin Lenguerov e Marin Kostadinov, da Bulgária, considerados segundo e terceiro melhor juniores do seu país, participaram em 5 torneios de ténis de mesa com jovens tenistas nacionais dos distritos de Évora, Santarém, Lisboa e Setúbal. Esses torneios realizaram-se em Vendas Novas, Benavente, Loures, Amadora e Paio Pires, e tiveram o apoio das respectivas autarquias e de diversos clubes e colectividades locais.

Constituíram sem dúvida boas jornadas técnicas e de divulgação da modalidade, tendo proporcionado a oportunidade de contactos internacionais aos nossos jovens tenistas de mesa.

O torneio da Amadora, por exemplo, reuniu 104 tenistas de oito clubes nacionais. As classificações ficaram assim ordenadas:

1.º, Rabek Konstal, checoslovaco; 2.º, Szillard, checoslovaco; 3.º, Marin Kostadinov, búlgaro; 4.º, Paulo Silva, Estrela da Amadora; 5.º, Luís Proença, Estrela da Amadora; 6.º, Pedro Tojal, Estrela da Amadora; 7.º, Hugo Matos, Arrudense; 8.º, Jorge Guilherme, Estrela da Amadora.

Por equipas venceu o Estrela da Amadora, seguida do Arrudense, SL Benfica, Casa Pia, Ginásio da Amadora e Cosmos da Buraca.

Este torneio foi organizado conjuntamente pelo Clube do Bairro Janeiro, CM da Amadora e Festa do «Avante!» ■

Números

Uma Festa com a dimensão daquela que se vai realizar em Loures, de 8 a 10 de Setembro, implica necessariamente números gigantescos. Em termos de abastecimentos centrais, por exemplo, sabemos que serão postos à disposição dos visitantes qualquer coisa como **70 mil gelados**, **7400 «grades»** de águas minerais e **3700 de refrigerantes diversos** (números que poderão subir ainda mais se o calor apertar). ■

Atesta
RONDA
 pelas
 organizações
 regionais
 do PCP

Leiria A festa do vidro

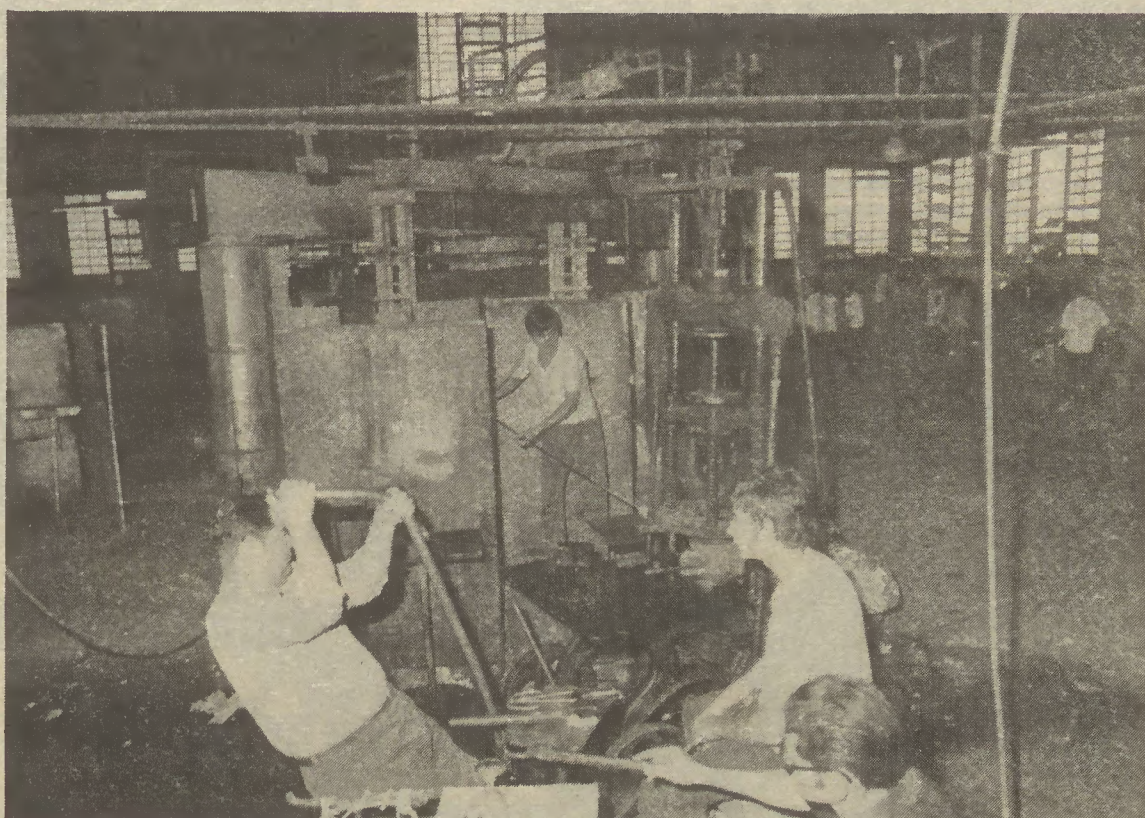
O vidro vai marcar presença saliente na Festa do «Avante!» que se aproxima. Falamos do vidro e, naturalmente, vem à baila o concelho de Marinha Grande, a arte dos mestres vidreiros, a situação, os problemas e as perspectivas das unidades industriais do sector e dos seus trabalhadores. Vidro, expressão dum ofício, duma arte carregada de história. Presença em foco no Infantado, a 8, 9 e 10 de Setembro próximo.

À volta do forno

Situada sensivelmente no mesmo local do ano passado, a Organização Regional de Leiria (ORLEI) do PCP está a preparar cuidadosamente a sua representação no grande convívio de Loures, apostando na renovação do espaço que vai «gerir» na lezíria e, como já referimos, na presença

do vidro, dando particular relevo ao cristal.

A comissão regional de Leiria da Festa do «Avante!» está a trabalhar no sentido de levar a Loures alguns mestres, que, ao vivo, poderão mostrar ao vasto público da Festa como trabalham os maçariqueiros, os lapidários ou os gravadores à roda. Por isso, amigo leitor, se encontrar uma aglomeração na zona da ORLEI já sabe: serão os olhares curiosos à volta do forno de vidro e do trabalho dos mestres.



O cristal vai marcar presença destacada em Loures



Artesãos ao vivo: um grande espectáculo em perspectiva para o Infantado

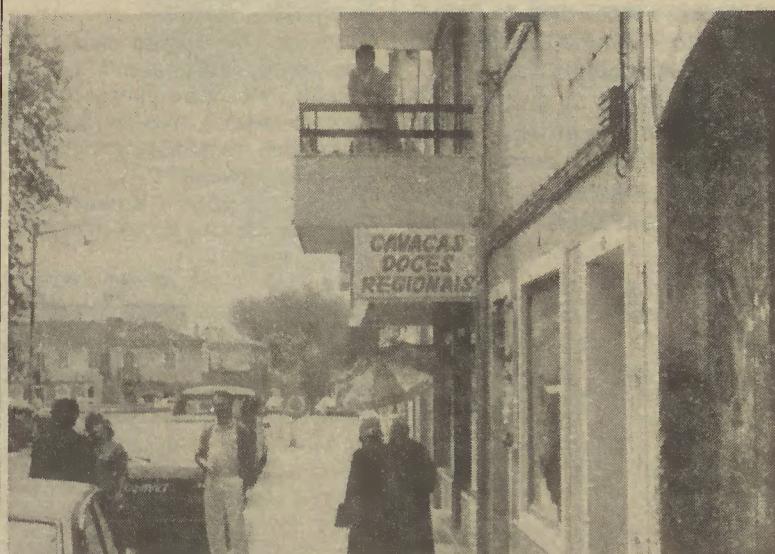
as lutas das populações, os protestos dos agricultores, a intervenção dos comunistas na vida regional e as questões do desenvolvimento merecem atenção especial.

Mariscos e pão quente

Vincando a questão da qualidade, os comunistas do distrito de Leiria vão pôr em relevo (e justamente) alguns símbolos valiosos da região. Por exemplo: os barros das Caldas da Rainha e os mariscos oriundos do mar de Peniche e da Nazaré. A padaria (um sucesso já confirmado!), uma quermesse de se lhe tirar o chapéu e um bar com petiscos rápidos e económicos fazem parte do plano da ORLEI para a Festa. Está previsto para o próximo fim-de-semana uma deslocação dos camaradas de Leiria ao terreno. ■



Nazaré: a brisa do mar vai chegar a Loures...



Caldas da Rainha: as cavacas são importantes, mas, que dizer dos barros de qualidade? Na zona da ORLEI eles vão estar presentes

■ Lígia Calapez

POLÓNIA

«Isto aqui é um laboratório»

Falar da Polónia neste tão particular e complexo momento da história deste país socialista e da vida do seu povo — surge como uma difícil aposta.

Antes do mais, porque no país tudo está em movimento. E isso sente-se.

Mesmo nas ruas, ainda com os restos dos cartazes afixados para as eleições, apesar de aqui ser norma o seu arranque, após o período em que se justificava a sua presença nas paredes. Sente-se nas conversas, misto de esperanças e dúvida. Na multiplicidade de títulos de jornais de diferentes opções. Na convicção dos comunistas, de que a via escolhida é a aposta certa, apesar do desaire eleitoral (e portanto político) que atinge o POUP, numa ressaca de todos os problemas acumulados, da economia à história. Nas evidentes incertezas, quanto ao futuro.

«Todo o mundo socialista está a procurar vias efectivas de desenvolvimento», começou por sublinhar com a imprensa no Comité Central

do POUP, Stanislaw Ciosek, primeiro-secretário do CC.

Mas mesmo neste quadro de transformação, em que se diversifi-



Encontro, na sede do CC do POUP, com Stanislaw Ciosek



Uma imagem da festa do Tribuna Ludu, festa que se caracteriza por ampla participação popular

cam vias, e se afirmam processos e situações originais, a Polónia é possivelmente um caso particular.

«Isto aqui é um laboratório» — afirmou Ciosek, no encontro já referido, para logo de seguida se perguntar — «mas que experiências darão resultado?»

É natural que a grande questão que se levanta, e em particular para nós, comunistas, é que futuro estará em gestação na Polónia. É possível um recuo histórico para o capitalismo? Que sentido tem o esmagador resultado do Solidariedade? E o que é hoje o próprio Solidariedade? Como se vai desenvolver a acção dos comunistas num quadro político fundamentalmente novo?

Muitas perguntas — para as quais a resposta está longe de ser linear, pois não serão unívocas as

variantes possíveis de futuro — a que tentaremos dar aqui simples esboços de respostas. Dentro daquilo que nos foi possível ver e ouvir, nos limites de um contacto ao vivo de uma escassa semana.

Sem esquecer entretanto uma questão determinante — que está bem longe de ser um dado novo — as condições de vida determinam a consciência. Uma das afirmações do velho Marx, que a vida não pára de confirmar. Mas que, como outras, só formalmente, ou nem isso, muitas vezes terá sido tomada em devida conta.

No domínio socioeconómico — como no político — a Polónia é um mundo de contradições. Facies inseparáveis de uma mesma realidade. Que mutuamente se condicionam. ■

A difícil procura dos caminhos do futuro

«Uma forte oposição cresceu nas falhas do nosso trabalho.» É a opinião avançada por Stanislaw Ciosek, primeiro secretário do CC do POUP, no encontro realizado nestes dias da festa anual do «Tribuna Ludu», com a imprensa comunista. Falhas que são de ordem económica e de ordem política (défice de democracia, ainda nas palavras do dirigente do POUP).

Hoje aposta-se numa recuperação de atrasos acumulados no «desenvolvimento da economia de acordo com as leis da economia», para produzir quantidades adequadas de bens. Desenvolvem-se mecanismos que liguem a quantidade e qualidade do trabalho ao vencimento de cada trabalhador.

Mas entretanto a situação socioeconómica está bem longe de ser brilhante.

Em Maio, segundo a informação

que nos foi dada por Ciosek, registavam-se sintomas de degradação do mercado.

E as consequentes erupções de descontentamento, face às dificuldades do dia-a-dia («as bichas são a principal forma de propagação contra nós»).

Aumenta o dinheiro disponível sem correspondência com a base material. Rebentam greves, por razões económicas, mas em que são avançadas «reivindicações igualitárias, impossíveis».

«Poder-se-ia usar a força, mas achamos que não é bom método», afirma Ciosek.

«A factura dos 45 anos passados», somam-se dificuldades duma dura fase transitória. «Começámos a usar sistemas de motivação (do trabalho), aumentando as diferenças... talvez com demasiada pressa e pouca sabedoria... apareceram diferenças muito visíveis, casos de riqueza e de humilhante pobreza.»

Em véspera de eleições, o nível de aumento de dinheiro em circulação sem correspondente aumento de mercadorias, era 5 vezes supe-

rior ao dos anos 87/88. Simultaneamente diminuía a produção material.

O momento não seria particularmente propício a um processo eleitoral (bem sabemos como no capitalismo, se recorre a técnicas múltiplas de «caça aos votos» em véspera de eleições — do aumento das pensões à inauguração de um qualquer hospital...). Mas «tivemos que fazer as eleições, porque a alternativa seria a força».

Os resultados eleitorais sofrem o peso de todos os problemas, passados e presentes. Nas palavras de Ciosek, o actual quadro político «não corresponde à situação real das forças políticas na Polónia».

Perspectivas

Para Stanislaw Ciosek, a realidade actual caracteriza-se por uma «desmonopolização das estruturas políticas — de enorme significado». No plano concreto, entretanto, e em fase dos resultados eleitorais, o quadro político está longe de ser fácil.

Na sequência dos acordos assinados na mesa-redonda, e naturalmente das eleições, a oposição ao POUP conta com 35% dos lugares na Dieta e praticamente 100% no Senado (o Parlamento polaco é actualmente constituído por duas câmaras, podendo o Senado aprovar ou vetar as leis debatidas na Dieta).

Na Dieta cabem 65% dos lugares à coligação do POUP com os partidos Camponês e Democrático. Ao POUP propriamente, e por sua iniciativa, cabem apenas 38% dos deputados.

Em termos aritméticos — e políticos — estes dados significam a necessidade de uma prática sistemática de acordos com as forças de oposição. Com uma preocupação — «defender os interesses das massas trabalhadoras». Pois, «não é socialismo uma política dirigida contra os interesses das massas trabalhadoras». Nesta batalha política, o POUP parece contar com determinados elementos da realidade sociopolítica polaca.

Sublinha-se, por um lado, que a «tendência será a criação de novos

movimentos político-sociais». O que conduz ao pluralismo, não à bipolarização.

Por outro, afirma-se que não é o socialismo que está em causa. Mas certos métodos e modelos.

«Quando se fala no concreto — diz Ciosek — não se questionam as bases do socialismo. Por exemplo, a reprivatização dos meios de produção, a sua venda ao capital estrangeiro — essa ameaça não existe. Há um programa de socialização da propriedade, de desestatização. Mas não de privatização».

Para o POUP trata-se, hoje, «de se livrar do peso do passado, ligando-se a um programa para o futuro». Num quadro político muito difícil, mas que se concretiza por iniciativa dos próprios comunistas. «Não há monopólios políticos hoje, mas essa liberdade nasceu aqui (na sala do Bureau Político)».

Perspectivas? São mais as perguntas que as respostas. Mas é essa hoje a realidade. No laboratório da Polónia ainda se desconhece que experiências darão bom fruto para o povo polaco. ■

Cimeira de Madrid (1)

Consenso para União Monetária traz mais problemas do que soluções

No passado dia 27 de Junho, os chefes de Estado e de Governo da CEE, reunidos em cimeira em Madrid, chegaram a consenso sobre a concretização da chamada União Económica e Monetária (UEM), um projecto que visa a convergência das economias dos países da comunidade, a instituição de um sistema europeu de bancos centrais e a criação de uma moeda única. Um consenso que embora não signifique o desaparecimento das dificuldades e divergências existentes entre os doze em relação ao referido projecto, lança de facto as bases de entendimento mínimo para o seu desenvolvimento a partir de 1 de Julho do próximo ano.

Ao contrário do que as declarações optimistas do Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, poderiam deixar supor, as perspectivas para Portugal decorrentes de todo este processo estão longe de ser as mais favoráveis e as inquietações levantadas pelo projecto da UEM longe de desaparecerem do horizonte nacional.

Mas afinal o que é a União Económica e Monetária? Em que medida a sua concretização se vai fazer sentir em Portugal? Quais as suas consequências sobre a soberania nacional? E que incidências vai ter na tão falada — como adiada — coe-

são económica e social no seio da Comunidade?

Estas algumas das questões a que importa responder.

Que nem tudo são rosas fizeram já notar os deputados do PCP ao Parlamento Europeu, em conferência de imprensa de que damos conta em separado, sobretudo devido à política que a nível interno o Governo continua a desenvolver e que em nada contribui para preparar a economia nacional para o Mercado Único Europeu, mas também porque na Europa dos doze é já hoje insofismável que as preocupações do

grande capital caminham muito mais depressa para a defesa dos seus interesses do que para a resolução dos problemas sociais.

No essencial, pode dizer-se que a União Económica e Monetária visa, numa primeira fase a criação do mercado interno financeiro, cujo objectivo é a plena liberalização dos movimentos de capitais entre os residentes nos países membros da CEE, a liberdade de estabelecimento de instituições financeiras e a livre prestação de serviços financeiros.

Trocando por miúdos, significa que as actuais barreiras existentes à circulação de capitais desaparece, permitindo a qualquer indivíduo ou entidade no seio da CEE investir, prestar serviços, obter empréstimos em qualquer país da Comunidade.

Em igualdade de circunstâncias, o projecto poderia ser aliciente; mas

atendendo à realidade de na CEE coexistirem países ricos, remediados e pobres, o panorama muda de figura. Naturalmente, os países ricos estão em vantagem.

De acordo com o plano elaborado pela comissão encarregada de estudar a UEM — presidida por Jacques Delors e integrada pelos 12 governadores dos Bancos Centrais dos países membros e outros especialistas em questões económicas e monetárias — a construção da União Económica e Monetária deverá passar por três fases.

A primeira, a implementar como se disse já em Julho de 1990, tem como objectivo o reforço da convergência entre as economias dos doze países, bem como a coordenação das diferentes políticas económicas e monetárias.

Será nesta etapa que a adopção

e aplicação de directivas comunitárias vão abrir o caminho para o mercado interno financeiro, com a eliminação dos obstáculos físicos, técnicos e fiscais na Comunidade; preparar a integração de todas as moedas no Sistema Monetário Europeu e eliminar os obstáculos ao uso privado do Ecu.

Sendo Portugal o país da CEE com menor desenvolvimento económico, com maiores taxas de inflação e de juros, com elevados défices comerciais e orçamental, com um sistema financeiro pouco evoluído e muito protegido, sem experiência no controlo monetário por meios indirectos, com elevadas margens de intermediação bancária, a criação do mercado financeiro comunitário tem óbvias implicações e coloca riscos que não podem deixar de ser considerados, como veremos no próximo número. ■

Deputados comunistas ao PE comentam a cimeira de Madrid

O PSD e o seu Governo continuam a não procurar potenciar o poder negocial português encarando os assuntos da CEE como se coutada sua se tratasse, com manifesto prejuízo dos interesses nacionais — afirmou na passada segunda-feira o camarada Carlos Carvalhas no decorrer de uma conferência de imprensa em que, com os outros dois deputados comunistas ao Parlamento Europeu, Joaquim Miranda e Barros Moura, foi comentada a cimeira de Madrid e a preparação da economia portuguesa para o Mercado Único de 1993. Na ocasião, Carlos Carvalhas criticou o facto de mais uma vez se ter realizado uma cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CEE sem que o Governo português «tenha previamente informado e discutido os temas da agenda na Comissão dos Assuntos Europeus» o que é uma violação da lei de acompanhamento pela Assembleia da República dos assuntos europeus.

Para o eurodeputado comunista, que anunciou ir o ministro dos Negócios Estrangeiros ser chamado àquela Comissão para prestar informações sobre a cimeira, está-se perante nova subalternização da oposição e dos parceiros sociais pelo Governo, o que levou já representantes sindicais e das entidades patronais a tomarem posição sobre o assunto.

No respeitante aos resultados da cimeira de Madrid, os deputados comunistas ao PE consideram que continuam a ser feitas «generosas concessões» à livre circulação de capitais e «se vai avançando na União Monetária», enquanto os prin-

cípios da «coesão económica» e da dimensão social do desenvolvimento «continuam sem medidas concretas e em manifesta subalternização».

Também nesta matéria a posição do Governo português merece críticas, já que coloca reservas à «Carta Social Europeia», limitando os aspectos sociais à livre circulação de pessoas, o que no entender dos deputados comunistas revela qual o entendimento prático do Executivo da «dimensão social do desenvolvimento».

Afirmando que o «PCP continuará a lutar por uma verdadeira carta dos direitos sociais fundamentais vinculativa», Carlos Carvalhas salientou que no entender dos comunistas a «dimensão social» não se reduz à Carta Social, continuando a ser prioritárias «a luta contra o desemprego e o trabalho precário e a luta pelo

desenvolvimento económico e social das regiões em atraso».

Segundo aquele deputado, as questões levantadas na Cimeira de Madrid sobre a União Económica e Monetária vieram dar razão ao PCP «que há muito reclama a especificidade da economia portuguesa e medidas concretas para a efectivação do princípio da coesão económica e social».

Como foi lembrado à imprensa, os comunistas consideram ser necessário o preenchimento de algumas condições prévias para a integração do escudo no Sistema Monetário Europeu, designadamente a utilização de «todos os períodos transitórios e de todas as derrogações e cláusulas de salvaguarda ao nosso alcance, com vista a preparar o melhor possível o sistema e as instituições financeiras nacionais para enfrentarem o mercado finan-

ceiro»; a manutenção da «flexibilidade das taxas de câmbio nominais para garantir o mínimo de independência na política monetária até que se registre uma adequada aproximação dos níveis de desenvolvimento do País e das suas principais variáveis macroeconómicas (taxas de inflação, défice orçamental, etc.) à média dos países comunitários»; e a recusa à «adesão do escudo ao Sistema Monetário Europeu sem que se verifique uma correcção estrutural consolidada do défice da Balança de Transacções Correntes e nunca antes da entrada da libra, do dracma e da peseta e sem uma margem de garantia de flutuação do escudo pelo menos idêntica à que tem a lira italiana».

A justeza da posição do PCP, salientou Carlos Carvalhas é tão indiscutível que o próprio Governo do PSD acabou por vir defender alguns

destes requisitos prévios junto dos parceiros europeus.

Economia não está preparada para o Mercado Único

No entanto, o Governo continua a não preparar a economia portuguesa para o Mercado Único de 1993.

Como disse Carlos Carvalhas, «a evolução dos défices das contas externas, que a própria Comissão da CEE considerou «inquietante», a retoma da inflação, a perda de quotas de mercados externos, os cortes e o encarecimento do crédito, a acentuação de um perfil de especialização desvalorizado, a crescente compra de empresas nacionais por estrangeiros, o leilão do riquíssimo património público do Sector Empresarial do Estado, mostram que o Governo continua a desbaratar oportunidades e a acentuar os perigos do Mercado Único».

Por outro lado, «a política salarial do Governo, a acentuação das desigualdades, nomeadamente na distribuição do Rendimento Nacional, a não aceitação dos valores do Salário Mínimo propostos pela Intersindical, a não actualização extraordinária das pensões e reformas, as recentes declarações do ministro da Indústria sobre a reestruturação de indústrias (têxtil e outras) à custa do desemprego, sem a criação de alternativas de ocupação, mostram a clara opção por modelos de crescimento subalternos assentes na mão-de-obra barata».

Ao contrário do que parece considerar o Governo, o PCP entende — disse Carlos Carvalhas — que Portugal não está condenado ao triste destino de país fornecedor de mão-de-obra barata, submetido às ordens e interesses dos países mais desenvolvidos da CEE, conformado com o atraso e com a perda da soberania. ■



Férias

O Governo continua freneticamente a procurar convencer-nos que vivemos bem e tudo marcha sobre rodas neste pretenso «laranja» à beira mar plantado, só que factos são factos, né? e quando eles se põem de pé (ainda por cima empurrados por um organismo oficial) não há demagogia que resista. Foi o que sucedeu mais uma vez com um estudo realizado pela Direcção Geral de Turismo, que concluiu há dias que cerca de cinco milhões de portugueses não gozaram férias o ano passado (o tal das abundâncias cavaquistas), por motivos tão sérios como a falta de dinheiro, questões profissionais e de saúde. Assim, só cerca de 32% da população nacional com mais de 15 anos gozou férias em 1988 e, destes, apenas 22% o fizeram fora da residência habitual. Era por isso que o PSD dizia que «Vamos mudar Portugal». Estamos de facto cada vez mais irreconhecíveis.

Nacionalidade

Classificando de «grande erro» o receio de que a autonomia progressiva possa levar ao federalismo ou ao separatismo, o presidente da Assembleia Regional dos Açores, Reis Leite (do PSD) considerou em artigo saído numa publicação do Instituto

Açoriano da Cultura («Atlântida») que «o único limite da autonomia é a vontade dos açorianos serem portugueses». Trata-se de um raciocínio um bocado ortorrômbo. É que os povos não costumam ter **vontade de ser** esta ou aquela nacionalidade — basta-lhes **ter a sua nacionalidade**, em geral adquirida à nascença e assumida tranquilamente ao longo da vida como um elemento óbvio e indiscutível de identidade. Daí ser incompreensível esta «vontade» de Reis Leite em «ser português», considerando-a, ainda por cima «um limite automático». A não ser que o homem não se sinta, de facto, português e ande ainda à procura da sua identidade nacional. Nesse caso deve demitir-se imediatamente do cargo de presidente da Assembleia Regional dos Açores. Um apátrida não pode fazer parte dos aparelhos de Estado, por muito pungente que seja o seu drama individual...

Faça-se luz!

Segundo o gerente da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), milhares de habitantes da região de Ribeirão Preto, no interior do Estado de S. Paulo, Brasil, estão a receber energia eléctrica produzida a partir do bagaço de cana-de-açúcar. Razão, afinal, têm os nossos «copofónicos» quando apontam para o copo vazio e

Pontos Cardeais

se lamentam com a conhecida frase «isto está completamente às escuras!»

Vacas

A imprensa noticiou amplamente as recentes e diversas violações do cessar-fogo em Angola praticadas pela Unita, nomeadamente emboscando três viaturas civis no troço Camacupa-Kuito (de que resultaram 10 feridos, uma viatura destruída e um poste de alta tensão derrubado), ou em Ambaca, no Quanza-Sul (cinco mortos, duma empresa estatal de café). Noticiando também o acontecimento, o «Diário de Lisboa» de sábado passado não encontrou melhor título que este (seguindo-se ao antetítulo «Angola — conversações interrompidas temporariamente»): «**Cessar-fogo foi violado por uma ... vaca**». É claro que o «DL» explicava a seguir a razão do título (teria sido uma vaca que accionara uma mina colocada em redor de um poste de alta tensão, cortando assim a energia a Luanda). Só não explicou por que singularizava num incidente anedótico um acontecimento

cuja gravidade, extensão, responsabilidade consequências ultrapassavam, de longe, a acção fortuita de um animal. A não ser que se admita que foi a vaca que pôs lá a mina. Ou que o drama angolano seja uma coisa para avacalhar.

Devagarinho

«Não há bela sem senão», desculpava-se o ministro Mira Amaral num almoço com empresários expositores na Feira Comercial e Industrial de Coimbra, ao tentar explicar a necessidade de se baixar o ritmo de investimento no nosso País para 10% (segundo ele, o ano passado crescera 15 a 20%). Isto tudo porque Portugal «não consegue aguentar ritmos de investimento tão elevado», dado que tais níveis «têm uma forte componente de importação, o que contribui para a degradação da balança comercial». Portanto vão continuar a vender o País ao capital estrangeiro, mas com uma cautela: passam a fazê-lo mais devagarinho.

Gazetilha

por **Ignotus Sum**

Barqueiros

Jovem — que jovem era
Naquela tarde quente
E tinha o Sol em frente
E tinha a vida à espera

Estala a bala das mãos de um governo que oprime
Foi contra o povo de Barqueiros foi o crime

Povo que tem razão
nenhuma força o cala
mata homens a bala
mas a justiça não
A Guarda é que disparou
mas quem é que a
c h a m o u
mas quem é que a
m a n d o u
quem o fogo ordenou
Jovem — que jovem era
Naquela tarde quente
E tinha o Sol em frente
E tinha a vida à espera

Conclusão

Foram de Cavaco assim
palavras naquele instante:
— Para mim
o aumento da CDU é inquietante.

Foi o meu contentamento bem concreto
depois de ouvir aquilo
pois se está o Cavaco mais inquieto
está o povo português mais tranquilo...

Demita-se o povo!

Depois das eleições
governo meditou sobre o revez.
Andou aos trambolhões
meteu as mãos pelos pés.

Este argumento seu
corre o país, às postas:
— O povo português não entendeu
nossas propostas...

Para o PSD, está no miolo:
o povo é tolo...

Ridículo consolo
ridícula esperteza.
Aqui, se alguém é tolo,
não é, aí não, o povo, com certeza.

Como, pelo resultado,
ficou provado...

PSD já anda em propaganda

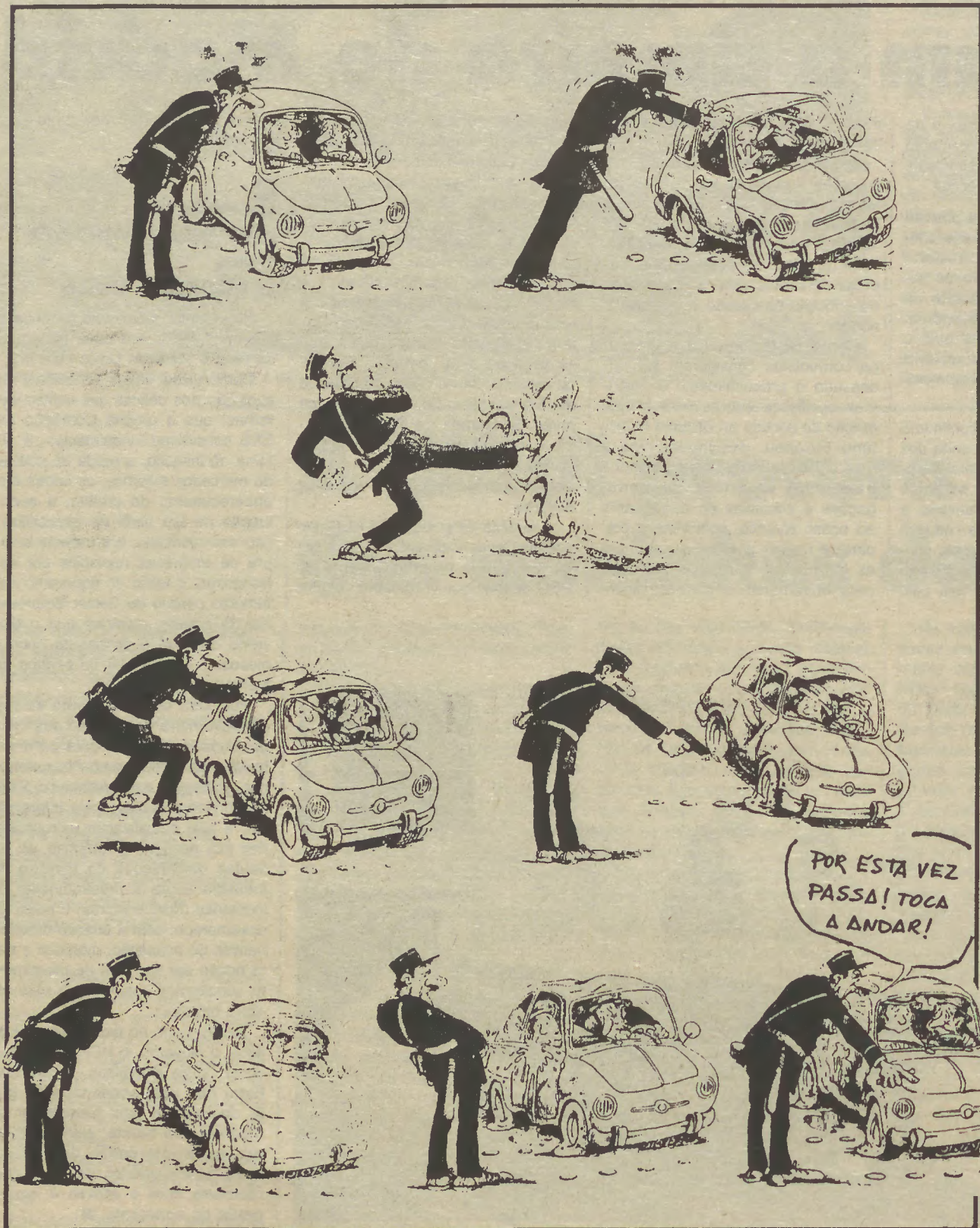
O Primeiro-Ministro visitou
diversas autarquias. Esteve lá
falou, e festejou e inaugurou
com basto foguetório e fungagá...

Atrás dele, na mira da TV,
em largo espaço
vimos o estardalhaço
dos mortiços pendões do PSD.

Ei-lo, nas calmas. Anda
(nem disfarça, afinal)
em propaganda
eleitoral

Este governo é o raio de empreiteiro
atascado em apuros.
Nós damos o dinheiro
e o PSD é quem recebe os juros...

Se isto não é roubar, como dão fé,
digam lá o que é...



No fim-de-semana Convívio e amizade marcam encontro

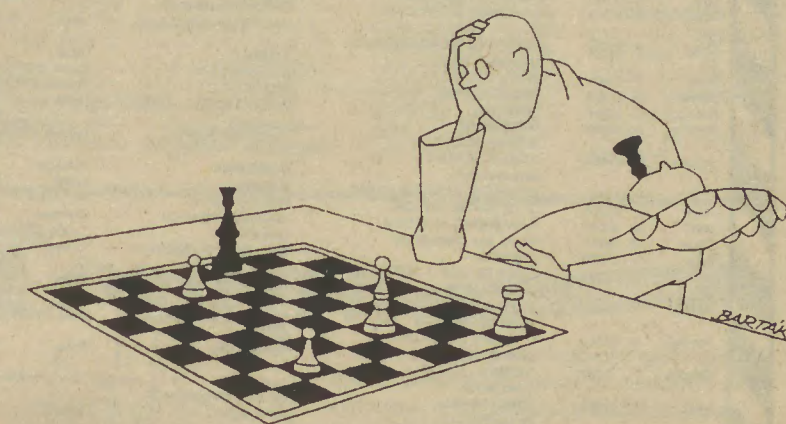
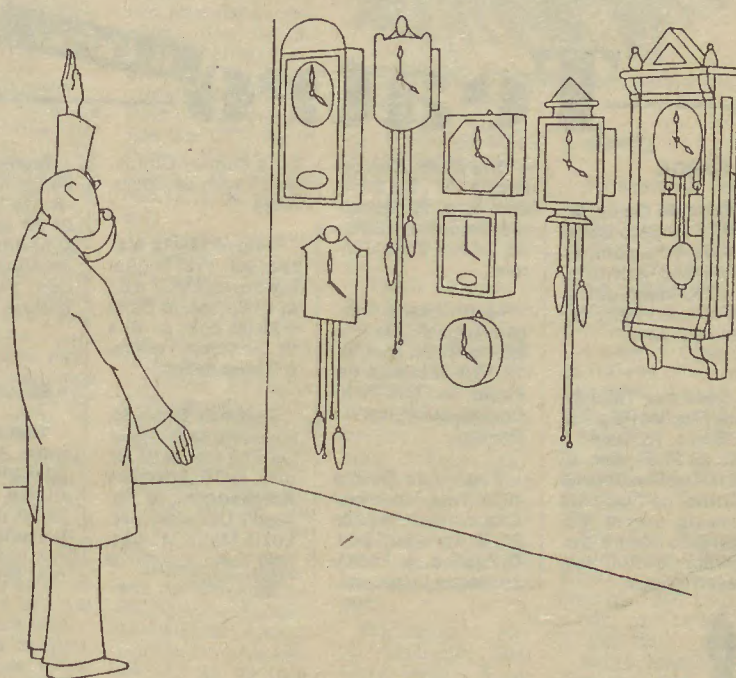
- Bancários de Lisboa erguem a Festa e provam sardinha assada

- Autocarro especial parte do Vitória, na Av. da Liberdade, às 8.30h de sábado e domingo

- Um apelo especial aos *montadores de andaimes, carpinteiros e electricistas*

- Em Loures, arranca uma nova fase do trabalho de implantação da Festa. Colabora!

ANTOLOGIA



BARTÁK, Miroslav, (6/6/1938) Checoslováquia. In «Os Sindicatos Checoslovacos»
— Revista. do Conselho Central dos Sindicatos — n.º 3 de 1989

TV O Programa

Quinta

RTP1

09.00 — Bom Dia
10.00 — Às Dez
12.15 — Brega e Chique
13.00 — Jornal da Tarde
13.40 — Um Anjo na Terra
14.15 — Desconhecidos (série, 3.º epis.)
14.40 — Os Anos que Contam
15.05 — Festival de Ankara (3.º progr.)
16.00 — América Selvagem (283.º epis.)
16.30 — Ponto Por Ponto
17.25 — Brinca Brincando
18.20 — P'ra Variar
19.30 — Telejornal
20.05 — Boletim Meteorológico
20.20 — Sassaricando (77.º epis.)
21.15 — A Conquista da Última Fronteira (2.º epis.)
22.05 — Tóiros Corrida TV
00.25 — 24 Horas
00.55 — Remate.

RTP2

15.00 — Filhos e Filhas
15.25 — O Grande Sertão: Veredas (repetição, 13.º epis.)
16.30 — Lá em Casa Tudo Bem
16.55 — Sinhá Moça (98.º epis.)
17.30 — Trinta Minutos Com...
18.00 — TV 101 (8.º epis.)
19.00 — Music Box Nino Fretto
19.55 — Os Intocáveis
20.45 — Cem Grandes Quadros

21.00 — Jornal das Nove
21.30 — Maude
21.55 — Sinais do Tempo
22.55 — Hitchcock Apresenta...
23.30 — Magazine Musical.

Sexta

RTP1

09.00 — Bom Dia
10.00 — Às Dez
12.15 — Brega e Chique
13.00 — Jornal da Tarde
13.30 — Gloss (4.º epis.)
14.25 — Imagem e Imagens
15.05 — Festival de Ankara (IV)
16.05 — América Selvagem
16.30 — Ponto Por Ponto
17.25 — Brinca Brincando
18.20 — P'ra Variar
19.30 — Telejornal
20.05 — Boletim Meteorológico



20.20 — Sassaricando
21.15 — Telemundo
21.45 — Jogos Sem Fronteiras
23.20 — 24 Horas
23.50 — Remate
00.10 — Pela Noite Dentro
«Quando o Ramo Quebra», real. Warris Hussein (telefilme, EUA/1986, 96 min.).

RTP2

15.00 — Filhos e Filhas
15.25 — Agora, Escolha



16.55 — Sinhá Moça
17.30 — Giramundo
18.00 — A Aventura do Impossível (3.º epis.)
19.00 — Haja Música
19.55 — Os Intocáveis
20.45 — Cem Grandes Quadros
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — Um Homem dos Diabos (3.º epis.)
22.30 — Rumo aos Céus (7.º epis.)
23.20 — Entre Barreiras
23.50 — Rotações.

Sábado

RTP1

09.00 — Juventude e Família (Desporto e Ciência, Era uma vez a Vida, O Safari do João Valentão, Cervos e Gamos, As Aventuras de Teddy Ruxpin, Get Smart)

12.05 — O Trânsito (1.º epis.)
13.00 — Notícias
13.10 — Recordes Guinness
13.35 — Parlamento



14.05 — Sessão da Tarde «Um Anjo de Verde», real. Marvin Chomsky (telefilme, EUA/1987, 96 min.)
15.40 — Gala dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz
17.00 — Crime, Disse Ela
17.45 — Vivamúsica
18.30 — Lisboa (Documentário)
19.10 — Sete Folhas
19.45 — Totoloto
20.00 — Jornal de Sábado
21.15 — Boletim Meteorológico



21.35 — As Noites de Belgrado e Lisboa



23.05 — Noites Revolucionárias (série, 1.º epis.)
00.05 — Cinema da Meia Noite — «Escândalo na TV», real. Sidney Lumet (EUA/1976, 121 min.).

RTP2

10.00 — A Malta de Bronx (11.º epis.)
10.45 — Vestígios (Série, 4.º epis.)
11.40 — A Nossa Turma
12.50 — Compacto Brega e Chique
16.00 — Estádio — (incluindo o Campeonato de Ténis de Wimbledon)
19.30 — Quem Sai aos Seus
19.15 — Music Box
20.50 — Elogio da Leitura
21.15 — A Saga do Padrinho — (4.º epis.)
22.15 — Segredos e Mistérios
23.45 — Especial Desporto.

Domingo

RTP1

09.00 — Juventude e Família
11.25 — Missa
12.05 — 70x7
12.30 — TV Rural
13.00 — Notícias
13.10 — Por Todo o Ouro do Transval (5.º epis.)
14.00 — Alô, Alô
14.30 — Terra X
15.30 — Gala dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz
17.00 — Jogos de Verão (1.º progr.)
19.00 — O Justiciero
20.00 — Jornal de Domingo
20.30 — Boletim Meteorológico
20.35 — Alf, uma Coisa do Outro Mundo
21.15 — O Barco e o Sonho (6.º Epis.)
22.15 — Domingo Desportivo.

RTP2

09.00 — Music Box
10.00 — Troféu
13.00 — Caminhos
13.30 — Novos Horizontes
13.50 — Troféu
18.00 — Derrick (6.º epis.)
18.50 — O Mundo em Extinção


Filmes

«Quando o Ramo Quebra» — 6.ª, 00.10, RTP-1
«Um Anjo de Verde» — sáb. 14.05, RTP-1
«Escândalo na TV» — sáb. 00.05, RTP-1
«O Testamento de Orfeu» — dom. 22.00, RTP-2
«Katzelmacher» — 3.ª, 22.00, RTP-2
«Yang-Tsé em Chamas» — 4.ª, 21.25, RTP-1

Música
Quinta

15.05, RTP-1: Festival de Ankara
23.30, RTP-2: Magazine Musical

Sexta

15.05, RTP-1: Festival de Ankara

Sábado

17.45, RTP-1: Vivamúsica
19.55, RTP-2: Music Box

Terça

16.25, RTP-2: Magazine Musical

18.00, RTP-2: Music Box

Quarta

15.05, RTP-1: Chet Baker
23.15, RTP-2: Som da Surpresa

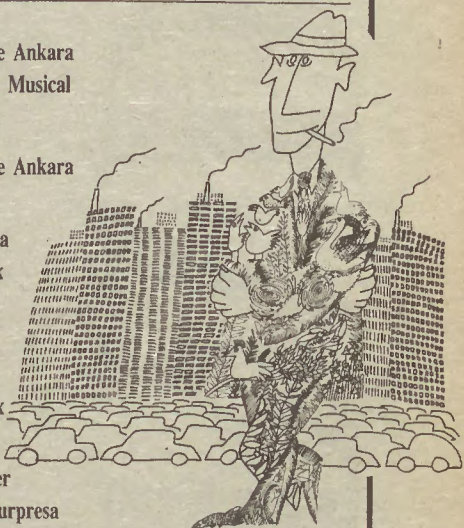
Desporto

Remate — RTP-1, 5.ª (00.55), 6.ª (23.50), 2.ª (00.15), 3.ª (00.15) e 4.ª (00.45).

Rotações — RTP-2, 6.ª, 23.50

Estádio — RTP-2, sáb., 16.00

Troféu — RTP-2, dom. (10.00 e 13.50)



Teatro O Cartaz

LISBOA

Casa da Comédia, R. S. Francisco Borja, 24. De 5.ª a dom. às 21.15, sáb. e dom. às 17.00. O Irmão, de David Mourão-Ferreira, enc. João Ávila.

Casa dos Tabuenes, Rua dos Poiais de S. Bento, 75. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. Um Demónio na Vitruve, de Fialho de Almeida, dramat. Manuel João Gomes, enc. Silvina Pereira, pelo Teatro Maizum.

Ritz Club, Rua da Glória, 57. De 3.ª a dom. às 22.00. Comunidade, de Luiz Pacheco, encen. José Carretas.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A Marmitta de Papin, de Clara Pinto Correia, enc. Fernando Gomes.

Teatro do Bairro Alto, Rua Ten. Raul Cascais. De 3.ª a 6.ª às 21.30, dom. às 16.00. O Público, de Federico Garcia Lorca, enc.

Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a 6.ª às 21.30; sáb. às 20.30 e 23.00; dom. às 16 e 21.30. Quem Tramou o Comendador.

Teatro da Trindade, Rua Nova da Trindade. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. Artistas e Admiradores, de Alexandre Ostrovsky, enc. Luzia Maria Martins, pelo Teatro Estúdio de Lisboa (até 9/7).

Teatro Villaret, Av. Fontes P. de Melo, 31-A. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. O Leitinho do Nenê, de Alfonso Paso, encen. Francisco Nicholson.

ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto Figueiredo, Monte Estoril. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. Lisistrata, de Aristófanes, enc. Carlos Avilez, pelo TEC.

VI FESTA DE TEATRO DE ALMADA

4 A 18 DE JULHO 1989

PALÁCIO DA CERCA

PROGRAMA

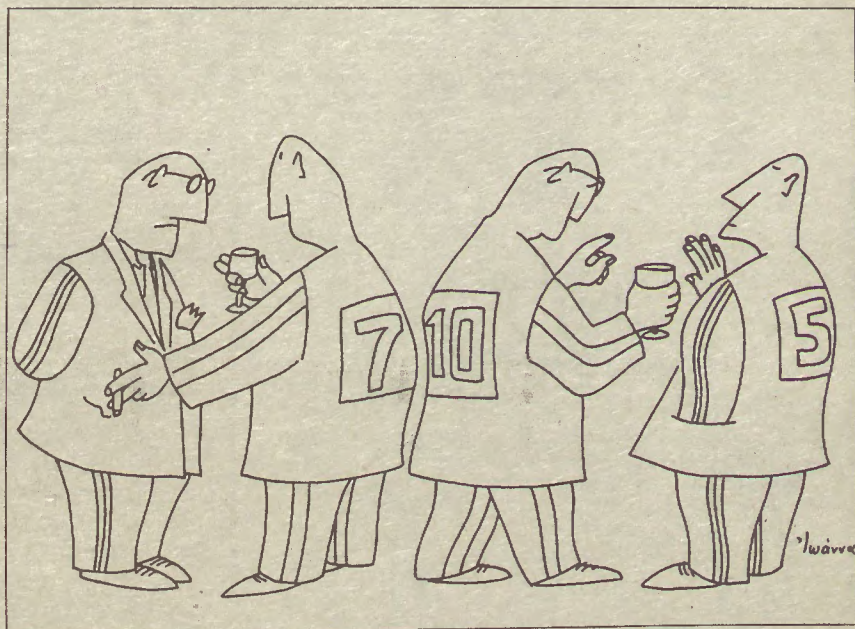
Terça	4	21.30 h	O BAILE, de Helder Costa	A BARRACA	Lisboa
Quarta	5	21.30 h	O TANCEIRO, de Thomas Arne	ÓPERA DE CÁMARA DO REAL THEATRO DE QUELUZ	Lisboa
Quinta	6	22.00 h	AMOSTRA DE COMÉDIA FRANCESA	INTERVALO	Lisboa
Sexta	7	22.00 h	de Labiche a Feydeau	TEATRO MAYA	Poznan (POLÓNIA)
Sábado	8	22.00 h	MY LITTLE COUNTRY	THEATR ANFAS	Charkow (URSS)
Domingo	9	21.30 h	HAMLET (spectáculo de mimica)	MARIONETAS DE S. LOURENÇO	Lisboa
Domingo	9	23.00 h	BARNUM	TEATRO DEL NORTE	Lugones (ESPAÑHA)
Segunda	10	22.00 h	DEVOCIONÁRIO de Etevíno Vasquez	O SEMEADOR	Portalegre
Terça	11	21.00 h	O MARIDO AUSENTE de Norberto Ávila	O BANDO	Lisboa
Terça	11	21.30 h	ESTILHAÇOS, de Mário de Carvalho	PETER ROBERTS	INGLATERRA
Quarta	12	22.00 h	O «METRO» DA FANTASIA	TEATRO DO RIBATEJO	Charnusca
Quinta	13	22.00 h	O CASAMENTO, de N. Gogol	MARGEN	Oviedo (ESPAÑHA)
Sexta	14	21.00 h	RIEGO, de F. Prieto Benito	ORQUESTRA GULBENKIAN	Lisboa
Sexta	14	23.00 h	CONCERTO	CENTRO CULTURAL DE EVORA	Evora
Sábado	15	22.00 h	TODOS OS ANOS O MESMO	STUDENTINA THEATR	Sofia (BULGÁRIA)
Domingo	16	22.00 h	A ÓPERA DOS TRES VINTENS de Berthold Brecht	SCALZACAMI	Italia
Segunda	17	22.00 h	O TRIUNFO DE ARLEQUIM de Dima Vezanni	LA GOTERA	Gijon (ESPAÑHA)
Terça	18	22.00 h	HACEMOS LA CALLE	COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA	Almada
Terça	10	22.00 h	Teatro de Rua		
Terça	10	22.00 h	MARCO MILHÃO de Eugene O'Neill		

Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	A Leitora	—	—	—	★★★★
B	Fuga sem Fim	—	★★★★	—	★★★★
C	Histórias de Nova Iorque	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★★
D	Irmãos Inseparáveis	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
E	Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos	—	★★★★	★★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Michel Deville — **Amoreiras/7** (14.30, 16.30, 19.00, 21.30, 00.15) — Lisboa.
 B — Real. Sidney Lumet — **Alfa/3** (14.15, 16.45, 21.45, 00.15), **Amoreiras/3** (14.30, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. M. Scorsese, F.F. Coppola e W. Allen — **Quarteto** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 23.30) — S. Jorge/2 (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
 D — Real. David Cronenberg — **Alfa/Clube** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras/5** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — **Mundial/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
 E — Real. Pedro Almodóvar — **Amoreiras/8** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.30, 00.15), **Las Vegas/1** (15.15, 18.30, 21.30), **Londres** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) **Quarteto/2** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.



Exposições

• LISBOA

Amália Rodrigues — 50 Anos — A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18.

Ángela Garcia — Pintura em batik. Gal. Espiral. Praça Ilha do Faial, 14. De 2.ª a sáb. das 12 às 21.30.

Bernardo Marques — Retrospectiva de desenho (1920-1962). Galeria do Museu do CAM. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Carlos Carneiro — Pintura. Alliance Française, Rua Bramcamp, 13, 1.º. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30 (até 21/7).

Colectiva de pintura (António Palolo, António Viana, Daniel Nave, Isabel Garcia, João Moreira, José Paulo Ferro, Luís França, Rocha Pinto, Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a 6.ª das 10 às 19, sáb. até às 13.

Colectiva de pintura (Adão Rodrigues, António Inverno, António Sem, Helena San-Payo, Ribeiro Farinha). Gal. Miron, Rua do Mirante, 14 r/c. De 2.ª a sáb. das 15 às 20 (até 28/7).

Colectiva de pintura (Artur Bual, Hilário Teixeira Lopes, Maria Viegas, Rogério Amaral). Gal. S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19 (até 22/7).

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias do Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

«Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» — no Museu Nacional do Teatro (estrada do Lumiar, 10), de 3.ª a dom., das 10 às 13 e das 14.30 às 17 horas.

Eduardo Luiz — Pintura. Gal. Ygreco, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C. De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 20.

Escultura Contemporânea Americana. (Colectiva integrada nos Encontros

Luso-Americanos de Arte Contemporânea). Fundação Calouste Gulbenkian, piso 0. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até 9/7).

Esculturas de alunos do ARCO (Francisco Peres, Gilberto Reis, Noémia Leal, Paulo Ferreira). Gal. João Hogan, R. Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20 (até 14/7).

Félix Marques — Pintura. Galeria da Biblioteca Nacional, 1.º piso. De 2.ª a sáb. das 9.45 às 20.00.

Gravuras Italianas do Séc. XVII. — Museu Nacional de Arte Antiga, Rua das Janéias Verdes (até 30/7).

Isidro Bigares — Pintura. Galeria de Arte dos CTT, Forum Picoas. De 2.ª a 6.ª das 11 às 13.30 e das 14.30 às 19 (até 8/7).

Lima de Carvalho — Pintura. Galeria de S. Mamede, Rua da Escola Politécnica, 167. De 2.ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19.

Livros Antigos Portugueses (impressos e manuscritos) sobre a História dos Descobrimentos. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.

Livros Portugueses de Cozinha — Bibliográfica. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb. das 10 às 19 (até Julho).

Manuela de Sena — Pintura. Livraria Barata, Av. de Roma, 11.

Maria João Franco — Pintura. Gal. S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 24/7).

Maria Kell — Azulejos. Museu Nacional do Azulejo, Rua da Madre Deus 4. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Marta Wengorovius — Pintura e desenho. Gal. Módulo, Calç. dos Mestres, 34. De 2.ª a sáb. das 16 às 20.

Paula Rego — Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 111. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 15/7).

Paulo Oliveira — Fotografia subaquáti-



BERNARDO Marques, retrospectiva em Lisboa

ca. Centro de Actividades Subaquáticas, Rua Alto do Duque, 45. De 2.ª a 6.ª das 15.30 às 20 e das 21.30 às 24 (até 23/7).

Pedro Calapez — Grafites sobre madeira. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1-F. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.

Raquel Oliveira — Pintura e desenho. Mãe D'Água das Amoreiras, Pç. das Amoreiras, 10 (ao Rato). De 2.ª a 6.ª das 16 às 22; sáb. e dom. das 10 às 13 e das 16 às 22 (até 30/6).

Romualdo — Pintura-instalação. Gal. Novo Século, R. do Século, 23. De 2.ª a sáb. das 14 às 20 (até 6/7).

Sérgio Taborda — Escultura. Galeria Tapeçarias Portalegre, Rua da Academia das Ciências, 2-J. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30 (até 24/7).

Tapeçarias do Séc. XVI. Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Três Escultores Portugueses (António Campos Rosado, Pedro Campos Rosado e Rui Sanches — exposição integrada nos Encontros Luso-

Americanos de Arte Contemporânea). Galeria Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17 (até 9/7).

• PORTO

As Artes na Televisão — das artes tradicionais ao vídeo, «exposição-espectáculo» produzida pelos museus Stedelijk de Amsterdão e de Arte Contemporânea de Los Angeles. Casa de Serralves, Rua de Serralves. De 3.ª a dom. das 14 às 20.

Rui Paes — Pintura. Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 14/7).

Stephan Reusse — Fotografia. Galeria Roma e Pavia, R. Manuel II, 346. De 2.ª a sáb. das 14.30 às 20 (até 12/7).

Tiago Manuel — Desenho. Gal. Quadrado Azul, Rua de Costa Cabral, 777. De 2.ª a sáb. das 10 às 12 e das 15 às 22.

• OUTRAS LOCALIDADES

IX Salão Nacional de Pintura Nalf. Casino Estoril. Das 15 às 24 (até 5/7) ESTORIL.

Sewen Situ — Pintura. Sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal LOURES.

Luís Andrade — Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.

Colectiva de pintura — Gal. Neupargama (Rua Mig. Bombarda, 15). De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 10 às 13 e das 16 às 19 TORRES VEDRAS.

...e ainda Música, debates, etc.

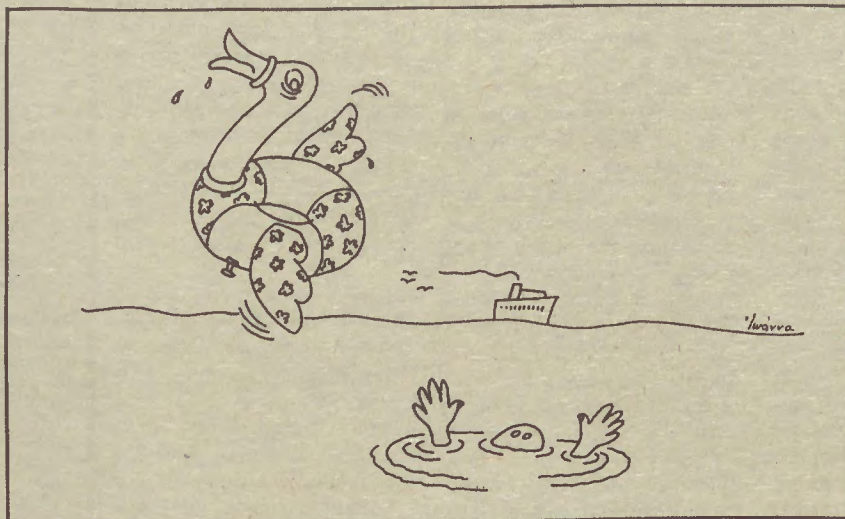
Duas cantoras

Famosas, embora em círculos não coincidentes e por diferentes motivos, são as duas cantoras que neste fim-de-semana vão estar em Lisboa, para concertos únicos.

É a primeira — amanhã, na Aula Magna, às 21.30 — a soprano **Gwyneth Jones**, *Dame* Gwyneth Jones, uma voz preciosa do repertório clássico, grande intérprete de Wagner, de Richard Strauss, mas também da ópera italiana. São, aliás, de Verdi e Puccini as árias que interpretará na primeira parte do recital, sendo a segunda parte integralmente preenchida com trechos de «Tannhäuser» e «Crepúculo dos Deuses» de Wagner.

No sábado, na abertura do IX Festival de Música dos Capuchos, apresentará-se no Teatro Nacional de S. Carlos, às 21.30, a italiana **Milva**, que se tornou conhecida no início dos anos 60 vencendo o Festival de S. Remo, que nunca abandonou a intervenção na área da música ligeira, e entretanto enveredou também pelo repertório operário moderno, cantando na Ópera de Florença, de Hamburgo, de Paris.

Em Lisboa, Milva apresentará um espectáculo encenado por Giorgio Strehler inteiramente preenchido com canções de Brecht, com músicas de Kurt Weill e Hans Eisler.



Festivais de Música

O **Festival dos Capuchos**, que agora se inicia com Milva, vai prosseguir até 26 de Agosto com um alto nível de qualidade para que decerto vão concorrer as várias mulheres concertistas cuja presença está anunciada: **Maria João Pires** (já no dia 15), **Anabela Chaves**, **Tania Achot**, **Olga Prats**, **Maria José Falcão**, a soprano **Elsa Saque**.

Outro festival que começa é o **Costa do Estoril**, cujo 2.º espectáculo — dia 10, às 21.30 — é preenchido com a interpretação de obras de Bach, Vivaldi, Wasse-naer, Mozart, Boccherini e Bartok pelo **Festival Strings Lucerne**, uma das mais antigas e prestigiadas orquestras de Câmara da Europa.

O concerto realiza-se no Casino Estoril mas o preço dos bilhetes — a 1200\$00 — pouco excede o que é habitual para

este tipo de espectáculos...

Sob o signo do piano e do romantismo prossegue entretanto o Festival de Sintra, que tem anunciada até final a apresentação de uma série de grandes solistas: **Michel Beroff** amanhã, dia 7, às 21.30, no Palácio de Queluz; **António Rosado** no domingo, dia 9, às 18.00, na Quinta da Penha Longa; **Jean-Yves Thibaudet** na terça, dia 11, às 18, no Palácio da Pena; e **Pedro Burmester** interpretando obras de Schumann e Schubert no concerto de encerramento — na quinta-feira, dia 13, às 18.00, na Quinta do Vinagre.

Teatro em Almada

Durante esta semana o Festival de Teatro de Almada apresenta os seguintes espectáculos:

— **De Labiche a Feydeau**, pelo Grupo Intervalo (Portugal) — hoje às 22.00;

— **My Little Coun-**

try, pelo Teatro Maya (Polónia) — amanhã às 22.00;

— **Hamlet**, pelo Teatr Anfas — sábado, às 22.00

— **Barnum** pelo grupo Marionetas de S. Lourenço (Port.) — domingo às 21.30 e

Devocionario, pelo Teatro del Norte — domingo às 23.00;

— **O Marido Ausente**, pelo grupo O Semeador (Port.) — segunda-feira às 22.00;

— **Estilhaços**, pelo grupo O Bando — terça-feira, às 21.30;

— **O Casamento**, pelo Teatro do Ribatejo (Port.) quarta-feira às 22.00.

Este festival é organizado pela Companhia de Teatro de Almada e a Câmara Municipal de Almada e encerra no dia 18 com uma nova produção da companhia organizadora.

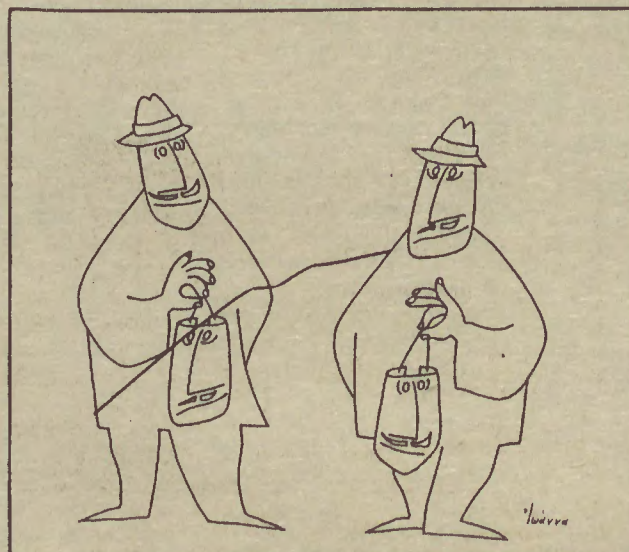
Festival sindical de teatro

Em Évora, de 7 a 16, realiza-se a fase final do Festival Sindi-

cal de Teatro de Amadores, para a qual foram seleccionados 16 grupos em representação de 9 regiões (agrupando a totalidade dos 18 distritos do Continente).

Os grupos presentes nesta fase final farão 16 representações exclusivamente para apreciação do júri no Teatro Garcia de Resende e no Teatro Joaquim António de Aguiar. Paralelamente, os grupos farão 34 representações em todo o distrito de Évora, noutras tantas localidades, em espectáculos organizados pelas respectivas câmaras municipais e dirigidos às populações, que assim têm a oportunidade de participar nesta grande festa do teatro amador — o maior festival de teatro que se realiza em Portugal, pelo número de grupos que envolve.

A CGTP-IN, que organiza este Festival, tem na fase final a colaboração da Associação de Municípios de Évora.



Plenários em Oeiras

Ambos com a participação de camaradas do Comité Central, realizam-se nos próximos dias plenários

— dos militantes da freguesia de **Oeiras** — amanhã, dia 7, às 21.30, no Centro de Trabalho de Santo Amaro

— e dos militantes de **Barcarena** — no sábado, às 15.00, no Centro de Trabalho de Tercena.

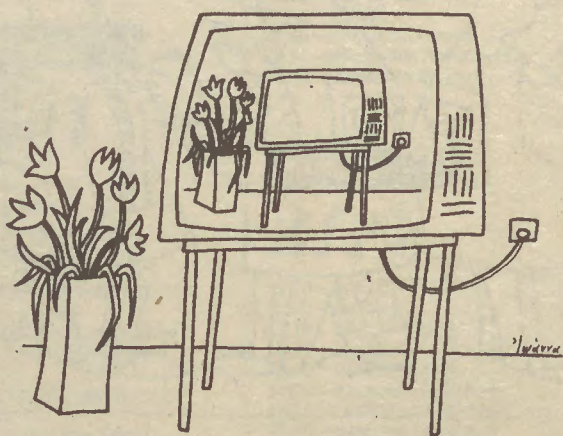
Tempo Fim de Semana



Para sábado e domingo céu geralmente limpo, vento fraco soprando moderado de noroeste na faixa costeira ocidental para a tarde. Subida de temperatura (antevisão do INGM).

(Antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

a TV



Quebrar a espinha

Os trágicos acontecimentos de Barqueiros conheceram na Televisão dois aspectos bem distintos. Por um lado, o esforço dos repórteres para nos darem uma visão correcta e vivida, apesar dos múltiplos obstáculos que encontraram. Por outro lado, o deficiente aproveitamento do seu trabalho, não se sabe em nome de que critérios...

Por exemplo: o jornal da tarde publicou um extraordinário documento humano com as reacções dos familiares do jovem assassinado. A mãe queixava-se de tanta desgraça, aquele jovem era quem sustentava a casa, incluindo cinco irmãos mais novos. «E agora, perguntava ela, agora é a Guarda ou o Governo quem nos vai sustentar?».

Pois dessa reportagem, Telejornal não deu sequer uma imagem. Finalidade: quebrar a espinha à adesão emocional da audiência, colocar uma parede entre a reprobção popular e o Governo sentado no banco dos réus.

Aliás, essa tendência foi bem visível noutros momentos da exposição do Telejornal. Uma tristeza.

Evidentemente...

Julgámos por momentos, que eram imagens do Tempo de Antena do PSD: Cavaco Silva, os ajuntamentos, as bandeiras...

Mas não eram. Quer dizer, eram. Ou melhor, eram sem o deverem ser, pois a cena passava-se, não no Tempo de Antena, propriamente dito, mas no Telejornal, assim propriamente dito, pois **Tempo de Antena** propriamente dito é que lhe ficava a matar...

Soubemos que em Baião e em Marco de Canaveses os melhoramentos são bestiais, coisa de truz. Mas o PSD, ou seja, o Governo, promete mais. Nos próximos anos virão da CEE **cinco mil milhões de contos**, que serão distribuídos pelos concelhos.

Mais por aqueles que se **portarem bem**, evidentemente...

Onde se prova que

Isto não se faz! — dirão alguns leitores atentos à necessidade de se respeitar o bom nome de toda a gente, sem qualquer exclusão — **O que se que quer insinuar é que o PSD, instalado no Governo, está a fazer chantagem...**

Bem. Eu quis insinuar isso. Mas agora não apenas insinuo, mas afirmo. Afirmo-o com base nas palavras do prof. Freitas do Amaral ditas na televisão: o PSD acenou com verbas especiais para determinado concelho, se o autarca, do CDS, se quisesse passar para o PSD...

Tal foi dito. Tal foi ouvido por milhões de pessoas. E ninguém desmentiu.

Digam: será ilegítimo concluir que o Governo, ao acenar com os «milhões da CEE» está a querer tirar dividendos partidários?

Conquistar Lisboa: uma grande esperança popular

Notícias do PSD são **manchete**. Notícias dos outros, são para a **síntese**. E mesmo aqui há *nuances*.

Na mesma **síntese**, reuniões do CDS e da CDU. Mas enquanto a Coligação Democrática Unitária apenas tem imagens, o CDS tem imagens e depoimento directo.

Dois pesos, duas medidas.

Bem curioso, aliás, o depoimento de Basílio Horta. Assim: o CDS concorre sempre sozinho, menos nos concelhos onde há «perigo» do domínio comunista, como em Lisboa, «que corre o sério risco de cair nas mãos do PCP»...

Obrigadinho, Basílio, pelas suas palavras, na linha doutras proferidas por Cavaco Silva. Assim se prova à evidência quem combate realmente a direita.

Assim se prova em quem, de facto, deve o povo português ter confiança.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Lisboa e as autárquicas

Aí estão as previsões, as intenções, as alianças e as contra-alianças, os candidatos e os candidatos a candidatos. Aproximam-se as eleições para os órgãos das autarquias locais e os partidos começam a mexer-se para este lado. Fala-se muito de Lisboa, mas esquece-se frequentemente que a CDU já avançou com um candidato. Será por causa do «receio» que alguns manifestam de que a câmara da capital seja presidida por um comunista?

Jogos de fim-de-semana

«Pinto Leite decidiu abrir o jogo. Não só recusa Pimenta como, além de defender a coligação, transmite expressamente ao líder do PSD o nome do seu candidato: Marcelo Rebelo de Sousa. No final da semana passada, recebe luz verde para o sondar e poder propor.

Durante o domingo, Pinto Leite e Marcelo têm duas conversas decisivas, ambas na zona do Estoril. O presidente da distrital faz o convite e expõe a sua estratégia: nunca perder a iniciativa. Precisa do *sim* para avançar. Na primeira conversa, Marcelo está ainda relutante. A condição financeira do autarca e a dificuldade na relação com Cavaco Silva jogam contra a sua disponibilidade.

Sabe-se, entretanto, que Eurico de Melo, barão de grande influência, afirma, aqui e ali, que, se a proposta de Marcelo vier, não será vetada. No entanto, os círculos próximos de Fernando Nogueira continuam a «alertar para o perigo»: segundo esses círculos, Marcelo só pretenderia ser convidado para logo recusar. Chegam a prever uma desistência a meio caminho.

No domingo, Marcelo está mais optimista. Aceita em princípio. Põe condições: quer liberdade na escolha da equipa camarária, liberdade na escolha do presidente da Assembleia Municipal, empenhamento total na campanha e, já se sabe, um encontro com Cavaco Silva. Para planejar exactamente o seu mandato, designadamente em termos orçamentais. E para conhecer o pensamento de Cavaco Silva sobre a sua candidatura. Diz, claramente, que só se candidata a um mandato. Quatro anos e não mais.

(«O Independente», 30 de Junho)

Em pulgas

«Estava convencido de que, na dúzia e meia de anos que Deus fará o favor de me deixar andar por cá, não haveria eleições capazes de me despertar o interesse, dado o estado de paz pobre reinante neste país. Mas enganai-me. Estou já em pulgas em relação às próximas. Venha daí a campanha para as autárquicas da capital. Com o Marcelo a candidato vai ser uma agitação pegada. Um fartote. E como eu gosto de me rir!»

(«Correio da Manhã», 4 de Julho)

Abranger

«O PS vai estabelecer contactos com várias forças polí-

ticas, "que podem incluir a CDU", para encontrar "uma candidatura abrangente" à Câmara de Lisboa — disse, ontem o secretário-geral socialista Jorge Sampaio.

O líder do PS falava após cinco horas de reunião do Secretariado Nacional do partido, excepcionalmente aberta ao secretário nacional adjunto para as autarquias, Vasco Franco.

Durante o encontro foi aprovado a constituição de uma comissão, integrada por membros do Secretariado e da concelhia de Lisboa, com o objectivo de estabelecer os contactos com outras forças políticas.

Jorge Sampaio não especificou quais as forças políticas que os socialistas vão contactar, mas admitiu que entre elas "podem incluir-se a CDU".

"Temos o nosso próprio 'timing'" — disse Sampaio, que remeteu uma decisão final sobre a candidatura à Câmara de Lisboa para "os próximos dias".

Entretanto, um grupo de militantes da Juventude Socialista de Lisboa entregou ao Secretariado Nacional um texto, com 25 assinaturas, de apoio à candidatura de João Soares à presidência da CML.

Este dirigente socialista não perde tempo e, ontem mesmo, apressou-se a proclamar que se considera "o homem de esquerda melhor colocado para derrotar Marcelo Rebelo de Sousa" na candidatura à Câmara.

João Soares, que várias vezes anunciou já a disposição de concorrer à presidência da Câmara de Lisboa, considerou não se tratar de "imodéstia", mas sim de "um combate político de forma clara e determinada".

(«Diário Popular», 1 de Julho)

Acordos ... de pé atrás

«O apoio do CDS à candidatura de Marcelo Rebelo de Sousa para a presidência da Câmara de Lisboa "não envolve nenhuma crítica" a Krus Abecasis, disse no sábado o dirigente centrista Basílio Horta. Em declarações à agência Lusa antes do início de uma reunião da comissão política do CDS, Basílio Horta elogiou o actual presidente da edilidade lisboeta.

Recordou, no entanto, que este manifestara a intenção de não se candidatar "se aparecesse outro candidato que suscitasse o consenso do CDS e do PSD", o que sucede com o nome de Rebelo de Sousa.

O nome do futuro candidato à câmara da capital, já ne-

gociado entre os dois partidos, não deve, portanto, ter levantado qualquer controvérsia na reunião, que a comissão política centrista dedicou parcialmente à preparação das autárquicas que se avizinhavam.

Durante a reunião, os centristas analisaram também os resultados das eleições europeias, onde o CDS registou uma descida de votos que lhe custou a perda de um deputado.

(...)

«Entretanto, o presidente do Partido Renovador Democrático, que no sábado visitou o distrito de Braga, disse em conferência de imprensa que o seu partido "está em condições de reganhar a confiança dos portugueses".

Hermínio Martinho comentava assim os resultados eleitorais para o Parlamento Europeu, mostrando mais uma vez "a insatisfação e o descontentamento", que reinam no PRD devido à leitura que o PS fez dos mesmos resultados.

Mostrou-se ainda descontente pela forma como decorreu a campanha eleitoral com o PS, e disse que continuam as negociações, tendo em vista as eleições autárquicas.

Hermínio Martinho afirmou que não adiantava pormenores, e escusou-se mesmo a responder a algumas questões colocadas pela comunicação social, "pois decorrem ainda conservações com o PS".

Disse ainda que "o acordo foi feito em espírito de abertura, serenidade e boa-fé, mas depois dos resultados para o Parlamento Europeu vamos estar de pé atrás (gato escaldado de água fria tem medo)".

Martinho admitiu a hipótese de acordos com o PS ou com outros partidos que façam crescer a "esquerda democrática, mas nunca para tirar câmaras ao PS..."

(«A Capital», 3 de Julho)

Coligações!

«O PCP recusa "esbater a sua identidade" em listas de outras forças políticas e colaborar na "bipolarização PS-PSD", no momento em que "o voto popular lhe acaba de aplicar um sério golpe", considerou ontem Luís Sá, da Comissão Política do partido.

O dirigente comunista, que falava num comício-festa, realizado no Pinhal Novo, adiantou que o PCP "gostaria que o PS arrepiasse caminho e que aceitasse as coligações que lhe propusemos, para enfrentar a direita, designadamente em Lisboa".

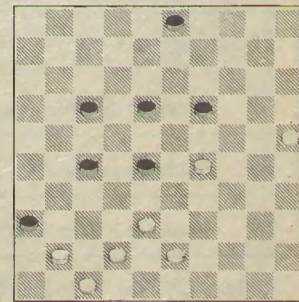
Precisou Luís de Sá que os comunistas continuam disponíveis para o "diálogo entre as forças democráticas e para a unidade, na base do respeito mútuo e para defender os interesses das populações". O dirigente comunista recordou ainda que, após encontros entre as direcções dos dois partidos, houve "uma recusa formal" das propostas do PCP por parte do PS, "ao mesmo tempo que admitiu coligar-se com a direita em vários municípios".

Luís de Sá disse ainda que "entre grandes forças políticas só são admissíveis coligações e o PS sabe-o, por isso mesmo quaisquer referências a outras fórmulas destinam-se a ocultar a responsabilidade da direcção socialista na frustração das justas expectativas e anseios unitários dos democratas".

(«Diário de Notícias», 3 de Julho)

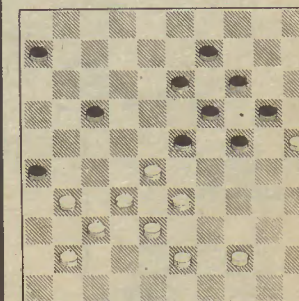
Damas

CCIX — 6 de Julho de 1989
Proposição N.º 209
Por: A. W. Ouarov
— 1972
Fonte: Dam Miniaturem
pg. 69 (N.º 636)
Pr.: [7]: 3-17-18-19-27-28-36
Br.: [7]: 25-19-38-41-42-43-47



Jogam as Brancas e ganham

GOLPE N.º 209
Por: Aubertin (Tours)
Campeonato de França, 1980
Pr.: [10]: 6-9-13-14-17-19-20-23-24-26
Br.: [10]: 25-28-31-32-33-37-38-41-43-44



Jogam as Pretas e fazem Dama

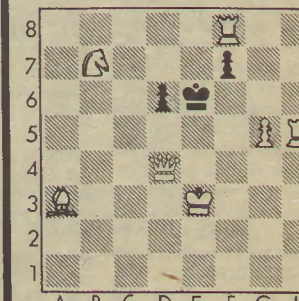
SOLUÇÕES DO N.º CCIX

Miniatura N.º 209 (A.W.O.): 38-32 (28x39); 47-42 (36x38); 29-24 (19x30); 25x23+
Golpe N.º 209 (A.): (24-30); 25x34 (23-29); 33x15 (14-20); 15x24 (19x48=D)+

A. de M. M.

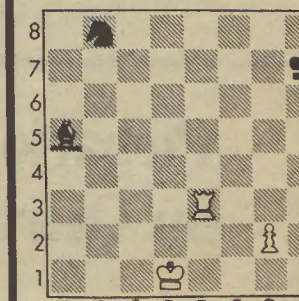
Xadrez

CCIX — 6 de Julho de 1989
Proposição N.º 209/A
Por: Sam Loyd
«La Stratégie», 15-II-1867
Pr.: [3]: Ps.d6, f7-Ré6
Br.: [7]: Pg5-Cb7-Ba3-Ts.f8, h5-Dd4-Ré3



Mate em 2 lances

Proposição N.º 209/B
Por: L. J. (K.A.L.) Kubbel
«Schachmatny», 1923
Pr.: [3]: Cb8-Ba5-Rh7
Br.: [3]: Pg2-Té3-Rd1



Jogam as Brancas e ganham

Soluções do N.º CCIX

N.º 209/A (S.L.): 1. Dg4+f5; 2. g:f5 en passant!++
N.º 209/B (L.J. [K.A.L.] K): 1. Tb3, Cc6; 2. Tb5, Bd8; 3. Td5, Bc7; 4. Td7, Rg6; 5. Tc7++
Se: 1. ..., Bc7; 2. Tb7, Ca6; 3. Ra7++

A. de M. M.